

***A Esperança* (1919-1938): A Materialização de uma Revista Católica de Formação Social Madeirense**

A Esperança (1919-1938): The Materialization of a Madeiran Catholic *Bildung* Magazine

Bruno Abreu Costa¹

Resumo

O presente artigo procura analisar *A Esperança* (1919-1938), uma revista católica fundada na diocese do Funchal. A ligação desta aos clérigos da Congregação da Missão, às diversas associações cristãs estabelecidas ao período e a sua longevidade (por comparação com revistas de teor semelhante) atribuem-lhe especial relevância. Com base em diversos textos e metatextos percorreram-se os 300 volumes da publicação com o objetivo de a caracterizar e desvendar a sua historicidade. Para tal, intentou-se conhecer o contexto de fundação, descobrindo os múltiplos fatores que promoveram o estabelecimento de um periódico católico num período republicano, mas igualmente estudar quem pertenceu aos seus quadros, incluindo editores, diretores e demais colaboradores. Após essas análises, o foco radicou n' *A Esperança* enquanto objeto físico e em constante evolução, através do estudo do título e subtítulos, capa e contracapa, dimensões, periodicidade, edições, grafismo e publicidade. Por último, fez-se uma breve caracterização da sua difusão, revelando as tipologias de aquisição, o preço e o seu público. Desse modo, pretende-se que o estudo d' *A Esperança* contribua, num primeiro plano, para um maior conhecimento da Boa Imprensa madeirense de inícios do século XX e, ultimamente, para um conhecimento da sociedade, da cultura e da religiosidade dos madeirenses desse período.

¹ Técnico Superior no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, pertencente à Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciado em História (2011) e mestre em História – Sociedades, Políticas e Religiões (2013) pela Universidade de Coimbra. Doutorando em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional pela Universidade da Madeira. Autor de diversos estudos sobre o clero, a Igreja e a religiosidade no arquipélago madeirense durante os séculos XV a XVIII, e colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra) e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade da Madeira. Endereço eletrónico: bruno.a.costa@madeira.gov.pt.

Palavras-chave: Publicações Periódicas na Madeira; Imprensa Católica; *A Esperança* (1919-1938); Congregação da Missão.

Abstract

This article aims to analyse *A Esperança* (1919-1938), a catholic magazine founded in the diocese of Funchal. Its relation with the Congregation of the Mission, the multiple Christian associations established during the same period, and its longevity (whilst comparing it to similar publications) provides a valuable insight to the cultural milieu of Madeira. Based on texts and metatexts from its 300 volumes, the main objective of this study is to characterize the magazine in its multiple facets. Hence, one must start with the context in which it was created, by analysing the determining factors that made its establishment possible. After that, one must delve into the producing process of the publication, by knowing who the editors, directors and collaborators were. Then it is relevant to observe it as a material object, with its own evolution, by surveying features such as title and subtitles, front and back cover, periodicity, various editions, graphical aspect, and the advertisement. Finally, a study of its reception, concerning the forms of acquisition, price, and its audience. Thus, one can better know about the Good Press in the archipelago of Madeira, during the first three decades of the 20th century, but also about the society, culture, and religiosity of Madeirans.

Keywords: Periodical Publications in Madeira; Catholic Press; *A Esperança* (1919-1938); Congregation of the Mission.

A Nossa Esperança!

«A Imprensa é o pregoeiro e o arauto do pensamento e das ideias. Vai a toda a parte: ao palacio do rico, á casa humilde do operario, á mansarda do indigente. [/] A esses logares pode levar a luz ou a treva, a verdade ou o erro, a moral ou o vicio». Assim declarou, a 11 de março de 1930, o P.^o Jacinto da Conceição Nunes, pároco da Sé no Funchal, durante o sermão proferido na capela de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, localizada no Hospício da Princesa D. Maria Amélia desta cidade². Essa característica – a do vasto alcance da imprensa, que lhe conferia um papel determinante na propagação dos ideais católicos – foi assinalada pela Santa Sé desde

² J. N., 01-05-1930, «A Festa de “A Esperança”», in *A Esperança*, ano 12.^o, n.º 3, pp. 86-89 (suplemento); a citação encontra-se na p. 87. Façam-se duas explicações que permeiam este texto. Como clarificado futuramente, a «grande edição» d’*A Esperança* teve uma dupla paginação: uma numeração atribuída à «pequena edição» e outra a uma adenda que foi inicialmente designada de “Suplemento Doutrinário e Literário”. Optou-se por, nas referências em rodapé, acrescentar “(suplemento)” quando o número corresponde às páginas desse acréscimo. Por sua vez, utilizou-se “[/]" nas citações para indicar uma mudança de parágrafo no texto original.

o final de oitocentos, e a mensagem foi reproduzida tanto nos próprios periódicos como por aqueles que, como o P.^e Jacinto, se ocupavam dos seus rebanhos.

Registe-se que, nos séculos XIX e XX, o liberalismo, a secularização e o anticlericalismo abalaram a Igreja Católica, socorrendo-se de novos meios para a disseminação das suas ideologias³. Em 1912, um artigo no *Boletim Eclesiástico da Madeira* (1912-1919) advertia: «O mesmo *direito natural* que veda ao homem comer alimentos envenenados, proíbe-lhe também o perverter o espírito com o veneno, *certo e manifesto*, das más leituras». Porém, na impossibilidade de extirpar os “maus” livros, jornais e revistas, continua o autor, os católicos tinham somente dois métodos de os combater: «um *directo*, não os lendo, não consentindo que outros os leiam, inculcando aberta e desassombadamente por toda a parte a obrigação de não os ler[;] outro *indirecto*, mediante as *boas leituras*»⁴.

Foi com base nesta dicotomia, amplamente antagónica, que surgiu o conceito de “Boa Imprensa”, inicialmente utilizado por escritores e casas editoriais de pendor católico e mais tarde adotado pelo papado⁵. A título de exemplo, a sociedade secreta Amicizia Cristiana (1780-1817, e depois Amicizia Cattolica) tinha como um dos seus objetivos principais a promoção da “boa” leitura, através da publicação e distribuição de “bons” livros⁶; já María José Ruiz Acosta refere que o uso do termo generalizou-se após a fundação da editora Maison de la Bonne Presse, em 1873⁷. Por sua vez, foi o papa Leão XIII (1878-1903) o primeiro sucessor de Pedro a promover a difusão da “buona stampa”, da “Boa Imprensa”⁸.

Reiterando a mensagem papal, o P.^e Jacinto, no dito sermão, distinguiu com clareza as características entre duas tipologias opostas:

«A Imprensa é boa, conscienciosa, livre de sectarismos, iluminada pelos clarões do Evangelho? Será então um agente de felicidade para a família e para as nações. A Imprensa é má, dirigida por ambiciosos e amorais, por homens sem Deus, nem Moral, sem amor ao trabalho mas eivados de odios satanicos contra os favorecidos da fortuna? Então exercerá uma influencia terrivel e conduzirá os povos ao desespero, á ruina e ao despotismo atraz dos ditadores aventureiros e ateus»⁹.

³ CLARK & KAISER, 2003, «Introduction. The European Culture Wars».

⁴ S. A., 01-10-1912, «Apostolado da Oração», in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 1.º, n.º 8, p. 188, itálicos no original.

⁵ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 87.

⁶ GUNZBERG, 1992, *Strangers at Home* [...], pp. 63-64.

⁷ RUIZ ACOSTA, 1999, «El Despegue de la “Buena Prensa” y el *Correo de Andalucía* en la Sevilla de comienzos del siglo XX», p. 230.

⁸ Consulte-se ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 87-108, para uma análise do papel de Leão XIII em relação à imprensa católica.

⁹ J. N., 01-05-1930, «A Festa de “A Esperança”», in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 3, p. 87 (suplemento).

Retenha-se: a “Boa Imprensa” despontou por contraste à “Má Imprensa”, claramente num processo reacionário a uma imprensa laica e anticatólica¹⁰. Assumia-se, assim, não simplesmente como um conjunto de textos e de periódicos da autoria de ou dirigidos a católicos, mas como uma fação de um combate, cada uma com seu exército de livros, jornais e revistas pronto a atacar e a defender-se¹¹. Para tal embate foi fulcral promover uma imprensa que «instrue os ignorantes, emenda os viciosos com o latego justiceiro d’uma severa crítica, orienta os indecisos, robustece os fracos e contribue assim mais poderosamente para a verdadeira felicidade do homem, do que qualquer outro benefício material, por grande e imenso que seja», como assinalou a pena de um autor anónimo¹².

O P.^e Henri Janssen, da Congregação da Missão (C. M.), capelão do Hospício da Princesa D. Maria Amélia – assinando como *Miles Christi*, o “soldado de Cristo”¹³ –, exaltou o «escritor católico», indicando que este era um produtor de obras com o propósito de «doutrinar, moralisar, educar e espiritualisar milhares, por vezes milhões de seres humanos»¹⁴. Já o P.^e João Vieira Caetano, pároco na Ponta do Sol, urgiu: «Para se cumprir o mandamento divino – ide e ensinai toda a creatura – precisam os católicos, os mandatários de Cristo, de utilizar os melhores meios de propaganda, sendo um destes incontestavelmente a imprensa»¹⁵. Assim, a Boa Imprensa assumiu o papel de apóstolo, qual missionário que disseminava a moral e a religião católica na paróquia, na diocese, e no Mundo.

Segundo Paulo Alves, a imprensa católica exerceu uma função relevante no conflito social originário da implantação da República em Portugal (1910). O «espírito de cruzada», em defesa dos direitos cerceados pelos republicanos, tornou-a numa «imprensa de combate», numa Boa Imprensa¹⁶. Algo que, de acordo com o P.^e Jacinto, no mesmo sermão proferido em 1930, produziu os resultados esperados: «Foi a Boa Imprensa que em Portugal conduziu a governação ao terreno da ordem, do respeito às crenças, e que fez possível e viável uma administração progressiva e em harmonia com os supremos interesses do Continente e das Colónias»¹⁷. E foi esta resposta

¹⁰ Como bem explicaram ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 85 e 95 e MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 27.

¹¹ SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 2005, «El Pan de los Fuertes [...]», p. 53.

¹² «Aos Dedicados Amigos de “A Esperança”», 01-05-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 5, p. 36.

¹³ A identidade deste pseudónimo foi revelada em GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 610.

¹⁴ Miles Christi, 01-04-1938, «Porque é que se ama a Imprensa?», in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 2, pp. 22-23.

¹⁵ P. C., 01-03-1932, «Parabem», in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 1, p. 24.

¹⁶ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 127.

¹⁷ J. N., 01-05-1930, «A Festa de “A Esperança”», in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 3, p. 89 (suplemento).

católica – por escrito e difundida por todo o país, ilhas e possessões coloniais através de jornais, revistas e pasquins – que interessou investigadores como Jacinto Guerreiro¹⁸, Paulo Alves¹⁹ e José Machado²⁰.

Jacinto Guerreiro, na apresentação de um projeto que procurava estudar a imprensa católica portuguesa ao longo do século XX, afirmou que esse seria mesmo «o melhor meio para compreender a articulação e vitalidade do *movimento católico* com a sociedade a partir da presença institucional da Igreja»²¹. Através dessa análise seria possível avaliar a relação entre a Igreja e o Estado e, ainda, questões associadas à cultura, à missionação, à educação, à espiritualidade, e até outras características de natureza social, pastoral e teológica²². Enfim, observar as mudanças sociais, políticas, culturais e económicas através da lente da Igreja. Já Paulo Alves e José Machado propuseram objetivos mais concretos e concentrados. O primeiro explorou a imprensa católica durante a Primeira República (1911-1926), em contexto nacional, com o objetivo de conhecer a sua evolução, multiplicidade e complexidade, integrando-a num dos mecanismos que, ao período, procuraram «a recristianização e a renovação da sociedade»²³. O segundo focou-se nas publicações periódicas de pendor católico produzidas no arquipélago dos Açores entre 1900 e 1926; os propósitos foram semelhantes aos de Paulo Alves, mas a análise de um outro espaço insular permite comparações relevantes, apesar de extemporâneas a este estudo, com os periódicos madeirenses.

Numa tentativa de adaptar, ainda que de forma limitada, os intentos das investigações anteriores ao arquipélago da Madeira, recorreu-se à revista *A Esperança*, uma publicação católica produzida no Funchal. *A Esperança* foi encetada a 1 de março de 1919 e interrompida, definitivamente, a 1 de outubro de 1938, contabilizando duas décadas de atividade. A revista foi disponibilizada com uma periodicidade mensal, apesar de rapidamente se ter tornado quinzenal; porém, à conta das dificuldades económicas, regressou, após seis anos de quinzenário, à sua qualidade de mensário. Devido às ditas características, conhecem-se 300 volumes d'*A Esperança*²⁴.

¹⁸ GUERREIRO, 1998, «A Imprensa Católica no Século XX em Portugal [...]».

¹⁹ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...].

²⁰ MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...].

²¹ GUERREIRO, 1998, «A Imprensa Católica no Século XX em Portugal [...]», p. 387, itálicos no original.

²² GUERREIRO, 1998, «A Imprensa Católica no Século XX em Portugal [...]», pp. 385-388.

²³ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 20.

²⁴ Atente-se que, por diversas vezes, se atribuíram dois números (o algarismo aposto na capa) a um só volume (o objeto físico), como por exemplo no volume datado de 25 de dezembro de 1925, cuja numeração é a de «N.ºs 20 e 21». Contabilizou-se estes casos como somente um único volume, o que totalizou os 300 já referidos.

Infelizmente, ignora-se o paradeiro do arquivo institucional da revista, que conteria os documentos administrativos e financeiros necessários ao bom funcionamento desta. Tal falta embarga o estudo aprofundado que se gostaria de produzir; contudo, considerou-se que a análise dos textos impressos nas páginas d'*A Esperança* permite concentrar a investigação numa tipologia documental ainda pouco estudada na historiografia madeirense: a publicação periódica. Mais, com frequência, a revista publicou “metatextos” que abordavam, a sua vivência e as suas dificuldades, o que possibilita reconstituir a sua historicidade e conhecer os meandros da sua existência. É a estes textos e metatextos que, neste artigo, se dará atenção, de modo a alcançar os objetivos estipulados.

Há, no entanto, que apontar “falhas” nas fontes consultadas, que não se conseguiram sanar mesmo após pesquisas no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), na Biblioteca Municipal do Funchal, na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

A primeira destas consistiu na impossibilidade de verificar todas as edições de todos os volumes d'*A Esperança*, dado que não foi possível aceder a muitos exemplares da «pequena edição»²⁵. Na medida em que se acredita que a «pequena edição» continha os textos da «grande edição», excetuando aqueles presentes no “Suplemento”, algo que se confirmou nos números aos quais se teve acesso às duas versões, presume-se que essa falha não prejudicará a análise. É à grande edição, ou à única existente em determinados casos, que se alude em todas as referências feitas em nota de rodapé.

Por sua vez, não foi possível consultar dois números da grande edição: o número 12 do 12.º ano (de 1 de fevereiro de 1931) e o sexto número do 20.º ano (de 1 de agosto de 1938). Em relação ao primeiro destes casos, não se conseguiu encontrar nenhuma das edições nas quatro bibliotecas consultadas, pelo que se presume que não chegou a ser publicado²⁶. No segundo caso, somente se acedeu à edição de 36 páginas, o que por comparação com os volumes anteriores correspondia à pequena edição. Todavia, esse facto poderá não indicar uma falha documental. Registe-se que se trata de um volume do último ano da revista e as dificuldades financeiras assoberbavam a administração, tanto que o quinto número desse ano (de 1 de julho de 1938) foi, também ele, publicado com somente 36 páginas. A diferença reside na

²⁵ Com a entrada no quinto ano de publicação (1922-1923), a direção da *A Esperança* optou por publicar duas versões do mesmo número. A que continha menos páginas foi designada de «pequena edição», enquanto a complementada pelo “Suplemento Literário e Doutrinário” adquiriu a denominação de «grande edição».

²⁶ Esta questão será abordada, com maior detalhe, aquando da análise da periodicidade da revista.

seguinte informação impressa no volume de julho: «Sentimos não poder apresentar aos nossos prezados assinantes que se nos conservaram fieis, senão 36 paginas de leitura em vez das 52 habituais. A falta de recursos obriga-nos a impor-lhes este sacrificio»²⁷. Apontamento que não foi repetido no número do mês seguinte, de agosto, mas que se poderá supor, ainda que sem inequívoca certeza, ser a causa da redução de páginas. Estas constituem, assim, dificuldades heurísticas, intransponíveis nesta fase, mas que não minimizam a consulta dos restantes volumes desta publicação.

Para a reconstituição da vivência d'*A Esperança*, uma revista²⁸, adotou-se uma metodologia tipicamente utilizada nos estudos sobre a imprensa. Tal metodologia parte de um pressuposto fulcral: a impossibilidade de se considerar estas fontes como veículos de informação imparcial, desapaixonada ou neutra. Isto porque, segundo José D'Assunção Barros, um periódico, tendencialmente, é uma fonte «multiautoral», composto por uma profusão de escritores com interesses e perspetivas distintas, mesmo que guiado por linhas editoriais bem definidas que congreguem e homogeneizem opiniões e formas de observar factos e eventos²⁹. Nesse sentido, como referiu Renné Zicman, «as informações não são dadas ao azar mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação[;] todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio "filtro"»³⁰. Assim, não há que negar que a imprensa periódica apresenta um discurso sobre a realidade, umas vezes mais informativo outras mais opinativo e ainda outras nas quais a mescla de ambos é tão intrínseca que destrinçar componentes seria autopsiar os próprios textos. Retenha-se, então, que toda a imprensa procura alavancar interesses políticos, económicos, sociais, culturais, etc., numa tentativa de formar a opinião pública.

Logo, é natural reexaminar considerar como fonte um documento que, *a priori*, se sabe não possuir a neutralidade esperada. Todavia, os periódicos tornam-se fundamentais para os historiadores de épocas recentes. A sua regularidade – quais séries documentais, tão valorizadas pela Escola dos Annales – permite observar realidades e fenómenos não só na curta como na média e longa duração. É fundamental, como expuseram Heloisa Cruz e Maria Peixoto, «entender a Imprensa como linguagem

²⁷ «Expediente», 01-07-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 5, verso da capa.

²⁸ Segundo José D'Assunção Barros, a revista distingue-se do jornal pelas suas características essencialmente materiais – tamanho, preço, grafismo, qualidade do papel, etc. – ainda que rivalize em importância com este, como se refere em BARROS, 2021, «Sobre o uso dos jornais como fontes históricas [...]», p. 398, nota 1 e BARROS, 2022 «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas [...]», p. 589.

²⁹ BARROS, 2022 «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas [...]», pp. 590-591.

³⁰ ZICMAN, 1985, «História através da Imprensa [...]», p. 90.

constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe»³¹. E, desse modo, converter esses meios de comunicação em fontes históricas.

Faça-se uma distinção primacial: o estudo que se apresenta consiste num exercício de História da Imprensa e não de História através da Imprensa. Essa escolha leva à adoção de técnicas descritivas da realidade no passado já testadas. Pierre Albert, estudioso da imprensa francesa, recomendou observar por “de trás” (*derrière*), por “dentro” (*dans*) e em “frente” (*devant*) de um jornal³². Analisar um periódico por detrás implica compreender o seu processo de produção, a empresa produtora e os seus recursos, os editores e administradores, etc.; por dentro, impõe um estudo das características formais, dos artigos, das imagens, da publicidade...; e, por fim, uma abordagem aos seus meios de distribuição e ao seu público, a dianteira da publicação³³. José D’Assunção Barros reforçou essa divisão e lembrou que toda a existência de um periódico se baseia na «intrincada dialética trinitária que coloca em interação o “polo editor” (1), o conjunto de discursos, conteúdos e mensagens encaminhadas (2), e, por fim, o “polo receptor” (3)», legitimando a abordagem tripartida³⁴. Já Heloisa Cruz e Maria Peixoto procuraram simplificar o processo, com uma primeira análise sumária, através do registo dos elementos identitários de uma publicação – título, subtítulos, datas-limite e periodicidades – e uma investigação acerca dos «grupos produtores» e do «projeto gráfico/editorial», assente nas temáticas, autores, condições materiais (papel, capa, tamanho), elementos de distribuição (tiragem, preço, público, espaço de circulação), entre outras características a reportar³⁵.

Seguindo estes considerandos metodológicos, espera-se contribuir para a História da Imprensa no arquipélago da Madeira – uma vertente da historiografia insular que conta já com alguns estudos, mas com muito potencial para desbravar novos caminhos³⁶ –, através da historicidade d’*A Esperança*, ao mesmo tempo que se apre-

³¹ CRUZ & PEIXOTO, 2007, «Na Oficina do Historiador [...]», p. 258.

³² ALBERT, 1988, «L’histoire de la presse [...]», p. 15.

³³ ALBERT, 1988, «L’histoire de la presse [...]», pp. 15-17.

³⁴ BARROS, 2022 «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas [...]», p. 593.

³⁵ CRUZ & PEIXOTO, 2007, «Na Oficina do Historiador [...]», pp. 261-269.

³⁶ Tais como: OLIVEIRA, 1969, *Arquipélago da Madeira* [...], pp. 184-216; PITA, 1985, «Decadência e Queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da Época [...]»; PITA, 1986, «Decadência e Queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da Época [...]»; BARROS & SANTOS, 2007, *Terra de jornais* [...]; RODRIGUES, 2008, «Olhando sobre a *Margem* [...]»; FLORENÇA, 2010, «Imprensa republicana madeirense [...]»; SANTOS, 2012, *A Revista Atlântico (1985-1989)* [...]; CASTRO, 2016 «Periódicos Literários

senta diversos apontamentos que complexificam o conhecimento acerca do contexto sociocultural e económico do arquipélago nas primeiras décadas do século XX.

Após esta introdução, com apontamentos metodológicos, o restante artigo propõe analisar a materialização d'*A Esperança*, em duas perspetivas: numa primeira fase, através da sua concretização, expondo os contexto de fundação; para depois se abordar a materialidade – *A Esperança* enquanto objeto físico – seguindo os preceitos expostos por Pierre Albert, José D'Assunção Barros e Heloisa Cruz e Maria Peixoto. Desse modo, intenta-se caracterizar esta importante publicação periódica madeirense e as circunstâncias espaço-temporais em que ela se insere.

1. A Fundação

«A nossa esperança!». Assim principiou o editorial inaugural da recém-criada publicação periódica católica na diocese do Funchal, com a data de 1 de março de 1919. O artigo pretendia dar a conhecer aos futuros leitores d'*A Esperança* as razões da fundação desta nova revista.

Segundo o autor, não identificado, *A Esperança* nasceu de um conflito social que opunha duas fações: entre aqueles que possuíam «doutrinas subversivas e anti-sociais» e os que queriam «adorar o mesmo Deus de seus pais». A nova publicação pretendia servir de veículo disseminador dos ideais deste segundo grupo, que almejava melhores dias: «Queremos, sim, ter esperança num futuro risonho de felicidade para a nossa estremecida patria, para a sociedade portuguesa. [/] Virão dias bonançosos, não o duvidamos, depois de todas estas medonhas tempestades que tantas ruínas tem produzido neste solo abençoado»³⁷. Não obstante tais princípios, os articulistas não esqueceram uma justificação mais prosaica: *A Esperança* «[s]ucede ao *Boletim Eclesiástico*, que suspende temporariamente a sua publicação; sucede lhe ainda mais reduzida em numero de paginas, em razão da crise financeira que continua a avassalar as empresas modestas da índole desta publicação»³⁸.

Tais motivos – o conflito social e a substituição do *Boletim Eclesiástico da Madeira* – foram recordados mais tarde, aquando da celebração do décimo aniversário da revista. Durante a missa, o P.^e João Vieira Caetano, pároco-coadjutor da Ponta do Sol e antigo diretor de um outro periódico católico madeirense, *O Brado do Oeste*,

[...]; SILVA, 2016, *De Hintze a Afonso Costa* [...]; LEMOS, 2020, «1931 – A Imprensa dos Revoltosos [...]; CARMO, 2020, «Imprensa Católica»; e SANTOS, 2022, «Atlântico, revista», além de outros.

³⁷ «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

³⁸ «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

relembrou o momento embrionário:

«Nasceu a Esperança num momento critico. Se bem me recordo, havia nuvens no horizonte. Os dias eram de desalento e desesperança para os que só confiam nos favores humanos e só olham para a Terra. A uma situação política de benevolência para com a Igreja, sucediam homens, no governo do Paiz, que apareciam animados de má vontade. Tinha suspenso o unico semanário de feição catolica que se publicava no Funchal. Á situação Sidonio Paes, sucedera uma politica de despeitos e desforra... Os dias eram de desalento, havia nuvens escuras no horizonte. [...] Nesses dias de desalento, quando havia nuvens negras no ceu, apareceu A Esperança»³⁹.

É de atentar que os contextos que deram origem à *A Esperança* foram múltiplos, sendo necessário elucidar as realidades regionais, nacionais e internacionais que possibilitaram a dita fundação.

A Primeira República Portuguesa

O leitor d'*A Esperança* depara-se, logo no dito primeiro editorial, com uma imagem sombria da sociedade: «O mundo está perdido, a sociedade não póde levantar-se do abismo em que jaz corroida de paixões degradantes e victima do seu orgulho desmedido», por culpa do «ódio inextinguivel a Deus, á sua religião, aos seus ministros e sequases mais ferverosos», promovido pela República e pelos republicanos, depois de um longo movimento liberal e anticlerical⁴⁰. Foi desta dicotomia – de um confronto social que opôs os que possuíam «doutrinas subversivas e anti-sociais [...] que pretendem suplantar a lei sublime e a obra gigantesca do Evangelho» e os que eram «odiados, execrados [sic] por aqueles [primeiros], como seus inimigos, como entes indignos de respirarem estas brisas balsâmicas do lindo rincão natal, por causa do nefando crime de respeitarem as tradições nacionais, querendo adorar o mesmo Deus de seus pais»⁴¹ – que *A Esperança* nasceu.

Assim, para contextualizar a fundação do periódico, torna-se necessário aludir a diversos eventos ocorridos nas primeiras décadas do século XX. A implantação da República (1910), a “Questão Religiosa” e a *Lei da Separação do Estado das Igrejas* (de 20 de abril de 1911) foram momentos disruptivos da vida católica da sociedade portuguesa⁴². Na Madeira, segundo os estudos de Gabriel Pita, a *Lei* foi implementada

³⁹ P. C., 01-03-1928, «A Esperança», in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 4.

⁴⁰ «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 1.

⁴¹ «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

⁴² Veja-se, para a contextualização da «Questão Religiosa», SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX* [...] e MOURA, 2010, *A «Guerra Religiosa» na I República*. Atente-se, todavia, que a legislação anticatólica não se resumiu à *Lei da Separação*, proliferando ainda antes da promulgação desta, como alertou NETO, 2010, «A questão religiosa [...]», pp. 132-133.

com celeridade, tomando-se medidas como a atribuição de pensões aos clérigos, o arresto de bens eclesiásticos, a punição de sacerdotes por desrespeito ao cumprimento da lei e o encerramento das instituições de ensino religioso⁴³. O decreto – que, como assinala Pita, ao invés de separar as instituições, submeteu a Igreja ao Estado⁴⁴ – não gerou acicatadas contendas, dada a *sede vacante* da diocese funchalense⁴⁵. Para este autor, e por comparação com o ocorrido no espaço continental, foi a ausência de antístite, *de jure*, a razão para uma transição razoavelmente pacífica⁴⁶. Não obstante tais considerações, certamente que diversas camadas da sociedade regional, mormente os membros do clero local, responderam adversamente à nova situação política e às implicações sociais das suas reformas.

Segundo Paulo Fontes, após o Apelo de Santarém (1913)⁴⁷, as forças clericais relegaram as divisões internas e unificaram-se contra os inimigos republicanos⁴⁸. A partir desse momento, procedeu-se a uma mudança, numa paulatina aproximação entre Igreja e Estado, catalisada pela fundação do Centro Católico Português (1917)⁴⁹ e pelo golpe de Estado encabeçado por Sidónio Pais (a 5 de dezembro de 1917). A anulação dos desterros dos eclesiásticos, a revisão da *Lei da Separação*, o restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé e a participação de membros do governo, como o próprio Sidónio, em cerimónias religiosas – nos atos fúnebres, por exemplo, por alma dos soldados falecidos na I Guerra Mundial⁵⁰ – incrementaram a proximidade entre as fações durante o Sidonismo⁵¹. Com o fim trágico do estadista (a 14 de dezembro de 1918), o Centro Católico Português

⁴³ PITA, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República [...]».

⁴⁴ PITA, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República [...]», p. 108.

⁴⁵ PITA, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República [...]», p. 104. A Sé funchalense encontrava-se vaga devido ao falecimento de D. Manuel Agostinho Barreto, a 26 de junho de 1911, e pelo atraso na sua substituição, algo que só viria a acontecer a 2 de outubro de 1914 com a nomeação do vigário-capitular do Funchal, António Manuel Pereira Ribeiro, para prelado e cuja sagração e tomada de posse ocorreu somente em 1915. Para a biografia e atuação destes prelados consulte-se os estudos de COELHO, 2015, «D. Manuel Agostinho Barreto [...]»; ALMADA, 2017, *O ministério de D. Manuel Agostinho Barreto* [...]; e SILVA, 2012, *D. António Manuel Pereira Ribeiro* [...].

⁴⁶ PITA, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República [...]», p. 104.

⁴⁷ A 10 de julho de 1913, os prelados portugueses, reunidos em Santarém, apelaram aos católicos que deixassem as anteriores divisões políticas e se unissem contra as investidas republicanas, estabelecendo uma União Católica. Consulte-se, sobre a importância do Apelo de Santarém, FONTES & FERREIRA, 2022, «A I Guerra Mundial na imprensa católica [...]» e SILVA, 2022, «Percurso e conflitos no catolicismo político e seu confronto com a sociedade liberal [...]».

⁴⁸ FONTES, 2000, «O catolicismo português no século XX [...]», p. 142.

⁴⁹ SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX* [...], pp. 238-240.

⁵⁰ NETO, 2010, «A questão religiosa [...]», p. 145.

⁵¹ SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX* [...], pp. 249-263.

ganhou ainda maior relevo político e a República aproximou-se ainda mais do Catolicismo⁵².

É necessário compreender que a realidade conflitual das relações entre a Igreja e o Estado, vivida no início da década, sofrera alterações, não sendo manifestamente a mesma em 1919, aquando da fundação d'*A Esperança*. Todavia, como demonstra o editorial, a passagem do tempo não aligeirou uma certa contenda social, nem o ressentimento contra as ofensas impostas pela *Lei da Separação*. O mesmo foi perceptível a nível nacional, com a imprensa católica a realçar a necessidade de reverter a dita *Lei* mesmo após a revisão desta com o *Decreto Moura Pinto* (de 22 de fevereiro de 1918), e a anotar os ataques a membros do clero e a penúria a que a República os sujeitara⁵³. Assim, tanto a situação político-social vivida no arquipélago como a ocorrida em Portugal Continental deram o mote para a existência de um conflito que serviu de pretexto para o aparecimento de uma nova revista.

A Situação Económica

A secunda justificativa para o aparecimento da revista assentou na suspensão do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, «em razão da crise financeira que continua a avasalar as empresas modestas da índole desta publicação»⁵⁴, uma situação com origem na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e nas suas consequências económicas.

A escassez de produto e a inflação resultantes da Grande Guerra levaram a um agravamento generalizado da economia portuguesa⁵⁵. Se tal acontecera já em 1914, a situação acentuou-se em 1916 com a entrada de Portugal no conflito, pois os navios portugueses passaram a ser alvo dos submarinos alemães⁵⁶.

A inflação resultou no aumento do custo de vida, incluindo bens de primeira necessidade. As estatísticas oficiais, com base no *Anuário Estatístico Português*, permitem registar um incremento de 293%, ao comparar os preços de 1918 com os

⁵² SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX* [...], pp. 265-273.

⁵³ ALVES, 2021, «A Ação de Combate da Imprensa Católica na Primeira República (1910-1926) [...]», pp. 151-153.

⁵⁴ «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

⁵⁵ Veja-se, sobre este assunto, MATA & VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal* [...], pp. 179-184.

⁵⁶ MATA & VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal* [...], pp. 180-183. Registe-se que um submarino alemão atacou, em dezembro de 1916, dois navios franceses e um britânico no Porto do Funchal, afundando-os. O evento foi relatado em «Notícias Locais», 01-1917, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 5.º, n.º 11, pp. 255-260 e noutras publicações locais, como se refere em WILHELM, 2011, «O Ataque de um Submarino Alemão ao Porto do Funchal [...]».

de 1914⁵⁷. A título de exemplo, os custos de produtos como o pão e o bacalhau tiveram um aumento no valor de 227% e de 270%, respetivamente⁵⁸. E nos anos seguintes à Guerra, apesar da escassez de mercadorias ter reduzido, a inflação manteve-se elevada, causando um acréscimo do custo de vida de 24% entre 1918 e 1919, mas de 235% entre 1919 e 1920⁵⁹.

Apesar das tentativas de fazer frente à inflação através de um reforço salarial⁶⁰, presume-se que tanto a população portuguesa como a madeirense utilizaram os seus rendimentos na compra de bens de primeira necessidade em detrimento do pagamento de assinaturas de periódicos.

Além do incremento dos preços reduzir a venda de periódicos, diminuindo as receitas das publicações, há ainda que considerar o encarecimento da produção. Para o caso em concreto, não se sabe se a «Tipographia Camões», que imprimia o *Boletim* e mais tarde *A Esperança*, passou por um processo de modernização nas primeiras décadas do século XX, como acontecera com algumas tipografias em Portugal⁶¹. Tal poderia levar a que as gráficas aumentassem o preço das impressões para compensar o investimento na eletrificação e na aquisição de novas impressoras⁶². De igual modo, desconhece-se se os tipógrafos madeirenses participaram nas diversas greves que ocorreram em Portugal Continental durante este período⁶³. Caso estas circunstâncias tenham ocorrido no arquipélago, o custo de produção do *Boletim* terá disparado⁶⁴. Porém, além destas duas causas, incertas, outra situação, desta vez muito bem documentada, dificultou a produção de publicações periódicas no período: o aumento do preço do papel.

As dificuldades na obtenção de papel, ainda que a maioria fosse nacional⁶⁵, começaram a ser sentidas em meados da primeira década do século XX. O periódico

⁵⁷ PAIS *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos [...]», p. 469.

⁵⁸ PAIS *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos [...]», p. 416.

⁵⁹ PAIS *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos [...]», p. 469.

⁶⁰ FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», p. 465.

⁶¹ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República [...]*, p. 173.

⁶² BARRETO, 1982, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)», pp. 185-186.

⁶³ Veja-se, sobre as condições materiais e de trabalho dos tipógrafos, BARRETO, 1981, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)» e BARRETO, 1982, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)».

⁶⁴ Ao contrário d'*A Esperança*, o *Boletim* prestou poucas informações relativas à sua historicidade. As referências à evolução do custo de produção e do preço que o leitor pagava para adquirir os volumes são, assim, escassas, o que impossibilita a confirmação da modernização das tipografias e da participação dos tipógrafos madeirenses nas greves.

⁶⁵ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República [...]*, p. 176. O argumento assentou no conhecimento acerca da profusão de fábricas de papel nacional e nos elevados custos de importação.

A *Nação* agendou para 20 de janeiro de 1916 uma reunião para discutir a carestia e o preço daquela matéria-prima⁶⁶. O diário católico *A Ordem* relatou, em 1918, que o papel para impressão custava 50 centavos ao quilograma; em 1914, esse preço era de oito centavos ao quilograma⁶⁷! Tratou-se de um incremento de 625% em quatro anos, pelo que os editores exigiram que o governo republicano procurasse soluções. Estas tardaram, pois só em 1920 o Ministério do Comércio e Comunicações decidiu taxar a venda avulsa dos jornais, impondo que os mesmos não pudessem ser vendidos a menos de 50 centavos quando avulsos e por 18 escudos com uma assinatura anual⁶⁸.

No caso das ilhas, como demonstra o estudo de José Machado para os Açores, as dificuldades no acesso ao papel foram ainda maiores, o que levava a que as tipografias ou as próprias publicações necessitassem de criar reservas que pudessem corresponder às demandas da impressão⁶⁹. Desconhece-se se existiram, ao período, fábricas de papel no arquipélago da Madeira. Provavelmente, a situação seria semelhante ao caso açoriano, onde a maioria do papel era importado ou de Portugal Continental ou de outros espaços europeus ou mundiais, incrementando os custos de produção⁷⁰. A redução da disponibilidade desta matéria-prima levou à quebra na qualidade, à transformação ou mesmo à extinção de periódicos. Assim aconteceu com o jornal açoriano *A Verdade* que referiu, em agosto de 1916, a necessidade de reduzir a sua dimensão, alegando o «excessivo e constante aumento do preço do papel, o que já tem levado muito jornais a suspenderem a sua publicação»⁷¹; algo que o *Boletim Eclesiástico da Madeira* também se viu obrigado a fazer.

As dificuldades económicas foram lembradas no editorial inaugural d'*A Esperança*, na medida em que se informa que esta nova publicação foi criada para ser mais sustentável, através da redução do número de páginas – e, logo, do custo de produção. E registre-se que a contenção idealizada foi concretizada: após um primeiro ano (1912-1913) no qual o *Boletim* possuiu um número variado de páginas, este estabilizou em 24 páginas por número mensal e em 20 páginas nos volumes finais;

⁶⁶ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 177-178.

⁶⁷ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 180.

⁶⁸ Ministério do Comércio e Comunicações, 24-06-1920, «Decreto n.º 6:703», in *Diário do Governo*, I.ª série, n.º 131, pp. 859-860.

⁶⁹ MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 88.

⁷⁰ É o que leva a crer a informação presente em «Subscrição dos Amigos d'«A Esperança»», 15-04-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 4, verso da contracapa, onde se refere que «[o] papel chegado de Lisboa pelo [navio] «Lima» já nos chegou com 10\$000 de majoração no preço de cada resma e com ordem de pagamento imediato».

⁷¹ Citado em MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 88.

já *A Esperança* começou a ser publicada com 12 páginas por mês, efetivando a redução pretendida.

Há, no entanto, não só que atentar nas justificações alegadas para a fundação – a necessidade de uma voz contra a República e as agruras económicas do período –, mas observar outros condicionalismos que permitiram o estabelecimento de uma nova publicação periódica.

O Fim do *Boletim*

A primeira das condições facilitadoras, associada às dificuldades económicas da época, foi mesmo a suspensão, que se revelou definitiva, do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, em fevereiro de 1919.

O *Boletim* surgiu no contexto da Boa Imprensa contra a República, e serviu de agregador de outras publicações extintas pela instabilidade política e social do período. Segundo Paulo Fontes, foi através dos boletins que os prelados e os seus clérigos se defendiam contra os ataques republicanos, o que explicou o aparecimento do *Boletim do Algarve* (1911-1912), do *Boletim Eclesiástico dos Açores* (1912-1987), do *Boletim da Diocese do Porto* (1914-1936), do *Boletim da Diocese de Coimbra* (1915-1916), do *Boletim da Diocese da Guarda* (1915-1932), do *Boletim da Diocese de Viseu* (1915-1938) e da *Acção Catholica*, «Boletim Archidiocesano» de Braga (1916-até aos nossos dias)⁷².

O *Boletim* madeirense correspondeu, assim, ao órgão oficial da Diocese do Funchal⁷³. Teve uma periodicidade mensal e uma duração de sete anos, perfazendo um total de 84 volumes, publicados entre março de 1912 e fevereiro de 1919. Foi inicialmente dirigido pelo P.^e Manuel Francisco Camacho, clérigo secular, e, desde julho de 1918, pelo P.^e Manuel Silveira, C. M., ostentando na capa a sua pertença à Câmara Eclesiástica do Funchal. Paulo Alves considerou o *Boletim* como um periódico doutrinário, dado que a maioria dos ensaios, artigos de opinião, crónicas, e, inclusive, os textos literários, tinham um pendor moral. Além destes, publicaram-se diversas pastorais episcopais (inicialmente pela mão do vigário-capitular, António Manuel Pereira Ribeiro, e bispo a partir de 1914), encíclicas papais, artigos assinados por cónegos e clérigos seculares e secções de “perguntas e respostas”

⁷² Veja-se FONTES, 2000, «O catolicismo português no século XX [...]», p. 144. Para as datações apresentadas, seguiu-se ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 627, 648, 650 e 652 e SOUSA, 2010, «A Diocese do Algarve e a Implantação da República [...]».

⁷³ Esta análise baseou-se na consulta dos 84 volumes do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, sem pretender, no entanto, elaborar-se um estudo exaustivo.

acerca de comportamentos morais e religiosos. Apesar de se assumir como não-informativo – «Embora este “Boletim” não tenha foros a folha noticiosa»⁷⁴ –, o *Boletim* registou eventos da atualidade, mantendo uma «Secção Noticiosa» ou de «Notícias Diversas» ao longo dos anos, com referências à Grande Guerra e a acontecimentos nacionais, coloniais e internacionais.

Registe-se que o *Boletim* diferiu d’*A Esperança* numa característica essencial: a ligação à cúpula religiosa. Apesar de se conhecerem textos assinados por cónegos nesta última – e de não se ter a certeza de quem se esconderia por detrás de certos pseudónimos –, *A Esperança* não publicou, com regularidade, bulas, encíclicas, pastorais, ou outros documentos tidos como oficiais. Em relação às semelhanças, note-se que os dois primeiros anos da revista não divergiram muito – na estrutura gráfica, nas temáticas, nas colunas incluídas, etc. – do *Boletim*. O mesmo aconteceu com certos autores, como Ernest Schmitz e *Ignotus* (identificado como o P.^e António Álvaro, C. M.)⁷⁵, que transitaram de uma publicação para a outra. Do mesmo modo, tanto um periódico como o outro possuíram uma estreita ligação à Obra de S. Francisco de Sales: no último número do primeiro ano (de 1 de fevereiro de 1913) do *Boletim* foi feito um «Aviso Importante», no qual constava que «[t]encionamos d’ora em diante publicar no nosso Boletim, quanto possível todos os mezes, uma pequena secção destinada aos interesses da Obra de S. Francisco de Sales. [...] Em cada numero haverá por via de regra algum assumpto attinente a esta associação»⁷⁶; já *A Esperança* apresentou-se, durante os primeiros sete anos (1919-1925), como o «Orgão da Obra de S. Francisco de Sales».

O *Boletim* terá deixado de ser publicado pelas razões oficiais que alega: as dificuldades financeiras que possuía e que impossibilitaram o seu sustento. Estas parecem ter principiado no quinto ano da publicação, entre março de 1916 e fevereiro de 1917. Logo no primeiro volume desse ano, o artigo que assinalou o quinto aniversário, «Mais um ano», refere as agruras que atravessavam. O redator afirmou que, apesar das tentativas de melhorar o periódico, pouco podiam fazer com tão poucas assinaturas, das quais nem todas eram cumpridas. Escreveu ainda que o número de assinantes não aumentava não só pelas adversidades financeiras, mas igualmente pela existência de uma Má Imprensa, pelo «mau paladar que a imprensa sectária e corrutora criou na sociedade»⁷⁷. E continua:

⁷⁴ «Noticias Diversas», 01-1919, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 7.º, n.º 11, p. 188.

⁷⁵ A identidade deste pseudónimo foi revelada em GUIMARÃES, 2017-2018, *Apointamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 618.

⁷⁶ «Aviso Importante», 01-02-1913, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 1.º, n.º 12, p. 323.

⁷⁷ «Mais um ano», 01-03-1916, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 5.º, n.º 1, p. 1.

«Periódico que não faça soalheiro d'escândalos políticos e sociais, que não ponha a descoberto a vida íntima das famílias e dos indivíduos, que seja refractário ás influências da pornografia, que não seja veículo de blasfémias contra Deus e contra a Igreja, está de ordinário condenado a uma vida eriçada de dificuldades de toda a ordem, sobretudo económicas.

Por isso, sendo este “Boletim” a única publicação genuinamente católica, – isto é, que só se ocupa de assuntos religiosos, – que existe nesta religiosíssima Diocese, conta apenas algumas centenas de assinantes, quando é certo que deveria contar milhares, entrando em casa de todas as famílias católicas onde ha gosto pela leitura, ou, melhor, onde ha alguém que saiba ler»⁷⁸.

No ano seguinte, o lamento mantém-se: «O jornal católico tem sempre uma vida de penúria. Não só não é uma empresa lucrativa, mas nem atinge receita que dê para pagar o papel, impressão e distribuição»⁷⁹. O redator aludiu, ainda, à pretensão de introduzir melhorias na publicação: «Continuamos alimentando a esperança de que em breve será este “Boletim” substituído por outra publicação que corresponda melhor às necessidades religiosas desta diocese»⁸⁰. Já no derradeiro ano, entre março de 1918 e fevereiro de 1919, a queixa não foi genérica: no mês de junho, pediam «encarecidamente aos dignos leitores do *Boletim* o obsequio de satisfazer os seus débitos»⁸¹; no mês seguinte, relembram-lhes o pagamento, enfatizando que «as dividas á imprensa católica, são dívidas sagradas»⁸²; para no último número do ano, se encerrar a publicação informando

«[O]s nossos assinantes de que a administração do “Boletim” está lutando com as maiores dificuldades para poder satisfazer os encargos da sua publicação, sendo possível que se veja forçada a suspende-lo para não avolumar mais o *deficit* actual que é muito grande. Vai proceder-se imediatamente á cobrança das assinaturas em divida, esperando nós que os srs. assinantes não demorem o pagamento, afim de regularisarmos as nossas contas e decidirmos sobre o futuro desta publicação»⁸³.

José Machado afirmou que a situação observada – a de converter periódicos em outros, do *Boletim* para *A Esperança* – não seria invulgar. Algumas publicações faziam-no com o objetivo de criar espaço para novos projetos jornalísticos; noutros casos a autoridade diocesana poderia decretar o encerramento para que outros periódicos tivessem maior projeção; ou a extinção dar-se-ia por «esgotamento da

⁷⁸ «Mais um ano», 01-03-1916, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 5.º, n.º 1, p. 1.

⁷⁹ «Mais um ano», março/abril-1917, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 6.º, n.º 1, p. 14.

⁸⁰ «Mais um ano», março/abril-1917, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 6.º, n.º 1, p. 16.

⁸¹ «Um pedido urgente», 01-06-1918, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 7.º, n.º 4, p. 76.

⁸² «Pedimos aos assinantes do “Boletim”», 01-07-1918, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 7.º, n.º 5, verso da contracapa.

⁸³ «Administração do “Boletim”», 02-1919, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 7.º, n.º 12, p. 191.

linha editorial», quando o objetivo da sua fundação se concretizava; ou, por último, quando as dificuldades económicas ditavam a suspensão do periódico⁸⁴. Parece ter sido esta última situação a que terá ocorrido com o *Boletim*. Porém, não se poderá ignorar as diferenças significativas entre o *Boletim* e *A Esperança* nem as múltiplas referências às tentativas de melhoramento daquela publicação, o que poderia indicar o reconhecimento da necessidade de um novo propósito editorial, no qual o periódico não se apresentasse exclusivamente como porta-voz da diocese funchalense, mas como um exemplo da Boa Imprensa.

A Boa Imprensa e o Dinamismo Local

Além dos contextos locais, é necessário atentar, igualmente, em fatores internacionais que incentivaram a fundação e difusão de publicações periódicas católicas, através da análise da complexa relação entre o papado e a imprensa. E retenha-se um pressuposto primordial: a atitude da Igreja para com este novo meio de difusão das ideias modificou-se ao longo do século XIX.

O Liberalismo e as suas repercussões fizeram sentir-se no catolicismo⁸⁵. Foi contra esse catolicismo de pendor mais liberal que Gregório XVI (1831-1846) se insurgiu ao criticar os partidários dos periódicos franceses *L'Avenir* e o *Le Correspondant*, sem, no entanto, os nomear na encíclica *Mirari Vos* (de 15 de agosto de 1832)⁸⁶. Já Pio IX (1846-1878) apercebeu-se da importância da imprensa, mas seguiu as políticas do antecessor, desconfiando da liberdade dada aos jornalistas e aos articulistas. A encíclica *Nostis et Nobiscum* (de 8 de dezembro de 1849) alertou para produção de “maus” livros e para o possível uso perverso da imprensa. O pontífice instruiu, ainda, que a difusão dos “maus” livros deveria ser combatida por clérigos doutos que publicassem pequenas obras com o objetivo de propagar a fé; obras que, obrigatoriamente, teriam de ser aprovadas pelos seus prelados⁸⁷. No ano seguinte, a urgência de se adaptar aos tempos levou a que o sucessor de Pedro, no seguimento de solicitações de um grupo de jesuítas, fundasse o periódico *Civiltà Cattolica*, escolhendo todos os funcionários do jornal e assinando o editorial inaugural⁸⁸. O ato demonstra a relutância de Pio IX em relação à “nova” arma propa-

⁸⁴ MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], pp. 82-113; a citação encontra-se na p. 82.

⁸⁵ Veja-se, sobre este assunto, RODRIGUES, 1980, «Problemática Religiosa em Portugal no Século XIX, no Contexto Europeu», pp. 414-416.

⁸⁶ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 85-86, nota 20.

⁸⁷ PIO IX, 1849, «Nostis et Nobiscum».

⁸⁸ GUNZBERG, 1992, *Strangers at Home* [...], p. 65.

gandística da fé, apesar de compreender a necessidade de retribuir os ataques da imprensa anticlerical através dos mesmos meios.

É com Leão XIII (1878-1904) que a perspetiva papal relativa ao periodocismo se modificou consideravelmente⁸⁹. A transformação parece ter ocorrido em 1882. Na carta *Cognita Nobis* enviada aos prelados de Milão, Turim e Vercelli, datada de 25 de janeiro de 1882, o pontífice reconheceu a existência de jornais católicos nessas arquidioceses que se pautavam pelos princípios da “Verdade” e que defendiam a Igreja e o Papado. O bispo de Roma exortou, por isso, que os antístites incentivassem os jornalistas católicos, para que, seguindo os preceitos da “Verdade” e da “Justiça”, corrigissem os escritos “impróprios”. Todavia, lembrando Pio IX, Leão XIII aconselhou que os escritores cuidassem da sua arte, executando-a com honestidade e moderação, pois a grande difusão da imprensa lhes outorgava um papel fundamental na criação e divulgação da opinião pública⁹⁰. Já no mês seguinte, a encíclica *Etsi Nos* (de 15 de fevereiro de 1882), dirigida aos bispos de Itália, admitiu a necessidade de promover os “bons” escritos e a mais-valia de “opor textos a textos” («scripta scriptis opponenda»)⁹¹. Os “bons” textos – de onde surge a Boa Imprensa – deveriam, assim, contra-argumentar os que atacavam a Igreja e que mantinham o pontífice “prisioneiro no Vaticano”⁹².

Em anos posteriores seguiram-se múltiplos documentos papais, com diversos destinos, alertando para a importância da imprensa na defesa dos ideais católicos⁹³. A título de exemplo, refira-se a encíclica *Dall’Alto Dell’Apostolico Seggio* (de 15 de outubro de 1890), na qual Leão XIII se insurgiu contra a Maçonaria, alertando que o principal instrumento por esta adotado fora a imprensa, e que os católicos se deveriam opor àquela através de uma “boa” imprensa, que se pugnassem pela Verdade, pelo amor à religião e pelos direitos da Igreja⁹⁴.

Já Bento XV (1914-1922), em março de 1915, fundou a Obra Nacional da Boa Imprensa (Opera Nazionale per la Buona Stampa), com o objetivo principal de impulsionar os periódicos católicos que «difundissem o pensamento e o sentimento

⁸⁹ Consulte-se ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 87-108, para uma análise do papel de Leão XIII em relação à imprensa católica.

⁹⁰ LEÃO XIII, 1882, «Cognita Nobis». Agradece-se à Ana Salgueiro o auxílio na leitura deste e de outros documentos originalmente em latim.

⁹¹ LEÃO XIII, s.d. (1882), «Etsi Nos».

⁹² Sobre a “Questão Romana” e o confronto político do Vaticano com a reunida Itália consulte-se SMITH, 1997, *Modern Italy* [...], especialmente as pp. 83-92.

⁹³ Em data incerta, a Maison de la Bonne Presse publicou uma coletânea de excertos de documentos de Leão XIII sobre a imprensa, em LEÃO XIII, s.d., «León XIII et la Presse d’après ses lettres et actes publics». Sabe-se que, em 1951 e em 1959, essa coletânea foi traduzida para português, como se refere em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 88.

⁹⁴ LEÃO XIII, 1890-1891 (1890), «Dall’Alto Dell’Apostolico Seggio».

católico»⁹⁵. O estabelecimento da Obra e as funções desta tiveram repercussões na criação de diversas associações destinadas à constituição e manutenção da Boa Imprensa.

Registe-se que, na promoção da imprensa católica, Leão XIII mandou diretivas especificamente para as dioceses portuguesas em duas ocasiões: na encíclica *Pergrata Nobis* (de 14 de setembro de 1886), e na carta *Pastoralis Vigilantiae* (de 25 de junho de 1891) dirigida aos arcebispos e bispos de Portugal. No primeiro documento, o sucessor de Pedro assinalou a existência de “más” leituras que corrompiam a moral dos fiéis, devendo os prelados portugueses extirpar tais livros e periódicos. Ao mesmo tempo, Leão XIII incentivou à fundação de diários católicos pelos antístites, que os manteriam sob a sua alçada e procurariam que os articulistas fossem prudentes na sua escrita⁹⁶. Na carta *Pastoralis Vigilantiae*, Leão XIII solicitou que os prelados mantivessem a vigília sobre as publicações, de modo a que estas promovessem a boa doutrina e as virtudes católicas, combatendo os inimigos da Verdade e impedindo o contágio pelos maus exemplos⁹⁷.

Ainda nesse final de século, as dioceses portuguesas, com base em exemplos internacionais, desenvolveram um “Apostolado da Boa Imprensa”, conscientes da necessidade de combater a «secularização da sociedade e a laicização das instituições», observando a palavra impressa como uma arma de combate tão relevante quanto outras⁹⁸. O Congresso dos Escritores e Oradores Católicos (1871-1872) e o Congresso dos Jornalistas Católicos Portugueses (1905) promoveram a criação de comissões diocesanas, designadas de “Ligas da Boa Imprensa”, que deveriam incitar ao aparecimento e facilitar a preservação de publicações católicas⁹⁹; já no Congresso das Agremiações Populares Católicas (1906), o bispo do Algarve, D. António Mendes Belo (1884-1908), propôs a fundação da Associação Nacional de Proteção à Boa Imprensa¹⁰⁰. Desse modo, as Ligas da Boa Imprensa foram surgindo em todas as dioceses e possuíam um fundo, oriundo de peditórios, para a constituição de periódicos próprios ou para a manutenção, promoção e melhoria de outros já existentes¹⁰¹.

⁹⁵ Citado em TACCHI, 2017, «La propaganda dell'errore non si combatte se nom mediante la propagazione della verità [...]», p. 165, tradução nossa.

⁹⁶ LEÃO XIII, 1886-1887 (1886), «Pergrata Nobis».

⁹⁷ LEÃO XIII, s.d. (1891), «Pastoralis Vigilantiae».

⁹⁸ FONTES, 2000, «Imprensa Católica», p. 423.

⁹⁹ CARMO, 2020, «Imprensa Católica» e GOMES, 1987-1988, «O Pensamento Teológico Contemporâneo em Portugal», pp. 432-433.

¹⁰⁰ GOMES, 1987-1988, «O Pensamento Teológico Contemporâneo em Portugal», p. 432.

¹⁰¹ GOMES, 1987-1988, «O Pensamento Teológico Contemporâneo em Portugal», p. 432.

Com estes incentivos, a Boa Imprensa ganhou tração e em todas as dioceses portuguesas estabeleceram-se publicações periódicas¹⁰².

O estudo de Paulo Alves sobre a imprensa católica fundada durante a Primeira República (1910-1926) permite, da mesma forma, contextualizar a materialização d'*A Esperança*, na medida em que a insere nos meandros de um movimento nacional¹⁰³. O autor referiu exatamente o «espírito de cruzada» dos periódicos, cujos objetivos seriam «reforçar a vida religiosa, educar e moralizar o católico com a leitura de “bons jornais e revistas”, preservando-o das más influências que, temerosamente aos olhos da Igreja, o poderiam afastar dos ensinamentos cristãos católicos, ministrados desde Roma»¹⁰⁴. Todavia, as características destes periódicos não foram estanques nem uniformes durante essa década e meia. Alves observou mutações, dividindo os títulos em três fases. Enquanto o primeiro estágio (1911-1913) caracterizou-se por uma «imprensa de combate», de modo a promover a Igreja e a desacreditar a República, o segundo (1914-1918) representou um momento de transição, de descontentamento popular com a República e de aproximação do poder político à Igreja, com o Centro Católico Português e o Sidonismo, o que invariavelmente se refletiu na imprensa¹⁰⁵. Após um grande crescimento em 1914, influenciado pelo Apelo de Santarém, Alves registou uma quebra no aparecimento de novas revistas e jornais católicos, associada à crise económica da Primeira Guerra Mundial e à atenuação do combate com a República¹⁰⁶. No terceiro período (1919-1926), no qual *A Esperança* se insere, o investigador observou uma redução de novas publicações que, embora não o refira explicitamente, se presume que estará relacionada às condições políticas do final do período anterior – por exemplo, a reversão de algumas das medidas da *Lei da Separação* a 22 de fevereiro de 1918, com o decreto de Moura Pinto, e o restabelecimento das relações com a Santa Sé, a 10 de julho do mesmo ano¹⁰⁷ – e às dificuldades económicas dos portugueses e das casas editoriais. A fundação da revista deverá ser, então, associada às agruras do pós-guerra

¹⁰² Como se demonstra em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 765-769.

¹⁰³ Atente-se que o autor considerou nove publicações periódicas madeirenses no seu estudo, analisando-as no conjunto com outros 157 títulos: *A Boa Nova*, *A Esperança* (1914), *A Esperança* (1919-1938), *Boletim Eclesiástico da Madeira*, *Brado d'Oeste*, *Calendarium Ecclesiasticum Funchalense*, *O Madeirense*, *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* e *Vida Diocesana*, como se observa em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 767.

¹⁰⁴ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 116.

¹⁰⁵ Veja-se a análise destes dois períodos em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 125-149 e 205-429.

¹⁰⁶ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 138-140. Registe-se que este decréscimo atingiu valores ainda menores entre 1919 e 1926, como se afirma nas pp. 150-152.

¹⁰⁷ SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX* [...], pp. 252-259.

e à fase inicial da Nova República. Os periódicos desta época, segundo Alves, caracterizaram-se por uma reversão do carácter puramente doutrinário e pelo aparecimento de novas publicações mais informativas, que procuraram dar «à população católica a sua versão dos factos»¹⁰⁸. Ainda que tal distinção não seja fácil de observar n'A *Esperança*, a componente informativa é, de facto, superior à do seu antecessor direto, o *Boletim Eclesiástico da Madeira*.

Além dos incentivos internacionais e dos contextos nacionais, para compreender a fundação d'A *Esperança* é necessário ter em conta o dinamismo local. Partindo de uma lista, que se sabe incompleta¹⁰⁹, apresentada pelo Visconde do Porto da Cruz nas suas *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, é possível calcular que *A Esperança* representou somente 0,96% dos periódicos fundados entre 1900 e 1940. Seguindo o referido elenco, entre 1821 e 1899 (79 anos) foram publicados 160 periódicos, correspondendo a uma média de 2,03 novas publicações por ano. Esse valor ascendeu aos 2,5 periódicos por ano durante 1900 e 1940 (40 anos), contabilizando-se 104 novos títulos nesse período. Destruindo estas décadas, entre os anos de 1911 e 1920 apareceram 43 publicações inéditas, valor superior ao período anterior (1900-1910, 31) e subsequentes (1921-1930, 26; 1931-1940, quatro)¹¹⁰. As estatísticas apresentadas demonstram a vitalidade da imprensa madeirense durante o início do século XX, e mormente na segunda década deste, dado o surgimento de novos periódicos, em número mais avultado que nos períodos anteriores.

Neste dinamismo, é igualmente relevante anotar o largo espectro de publicações de pendor católico, desde diários, boletim e revistas, que coexistiram no primeiro quarto do século: *O Domingo Católico* (1872-1901), a *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* (1901-1910 / 1911-1912), *A Cruz* (1901-1902), *O Jornal* (1906-1910 / 1923-1926 / 1927-1932 / 1932-1952 / 1953-2015 / 2015-até aos nossos dias¹¹¹), a *Esperança: Revista Litteraria Mensal* (1907-1910), *O Brado d'Oeste* (1909-1918), *A Boa Nova* (1912), o *Boletim Eclesiástico da Madeira* (1912-1919), *O Madeirense*

¹⁰⁸ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 159. Para uma análise completa do período consulte-se as pp. 150-161 e 431-581.

¹⁰⁹ *O Domingo Católico*, por exemplo, não consta da lista citada. Ainda assim, para a exígua abordagem estatística aqui apresentada não se considera que as faltas, que não devem ser tão significativas, modifiquem drasticamente os resultados obtidos; o que justifica a sua utilização.

¹¹⁰ Estas análises partem, como referido, da lista publicada em PORTO DA CRUZ, 1953, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, pp. 311-313.

¹¹¹ *O Jornal* interrompeu a sua publicação em 1910, retornando somente em 1923 como *Jornal da Madeira*, designação que reverteu em 1927 para a original. Já em 1932, *O Jornal* foi adquirido pela Diocese do Funchal continuando a sua publicação até 1952, altura em que assumiu o título de *Jornal da Madeira*. Em 2015 encurtou o nome para *JM*. Veja-se, sobre este assunto, CARMO, 2020, «Imprensa Católica» e SOUSA, 2020, «Jornal da Madeira disponível na plataforma de pesquisa de bibliotecas».

(1918-1919), *A Esperança* (1919-1938), a *Vida Diocesana* (1921-1931), e o *Correio da Madeira* (1922-1932)¹¹².

Os incentivos internacionais por parte do papado, a constituição de uma Boa Imprensa nacional e o fulgor do periodismo madeirense na segunda década do século XX, com um número avultado de novas publicações, contribuem para explicar o aparecimento d'*A Esperança*, na medida em que são catalisadores do surgimento de uma determinada tipologia de periódicos, como a revista em análise.

A Obra Vicentina

Difícilmente se consegue compreender a diocese do Funchal no século XX sem referir os padres da Congregação da Missão (C. M.), também designados de lazaristas ou vicentinos. A sua marca foi evidente nas diversas “obras católicas” associadas à missão do fundador, S. Vicente de Paulo, de ensinar, catequisar e evangelizar. Segundo o P.^e Bráulio de Sousa Guimarães, C. M.¹¹³, os lazaristas chegaram ao arquipélago em 1757 a pedido do bispo D. Gaspar Afonso da Costa Brandão (1756-1784) para dirigirem o seminário. Na impossibilidade de o fazerem, os padres da Congregação deambularam pela cidade e pelas vilas organizando retiros e conferências para o clero e auxiliando espiritualmente os fiéis madeirenses, permanecendo na Madeira até 1767¹¹⁴. Passados 92 anos da sua saída, em 1859, a condessa de Rio Maior, D. Isabel Maria de Sousa Botelho Mourão de Vasconcelos, solicitou ao superior da Ordem, em França, a presença de irmãs vicentinas para o hospício fundado em memória da princesa D. Maria Amélia¹¹⁵, filha do monarca D. Pedro IV, e de irmãos vicentinos

¹¹² Veja-se, sobre estas publicações, CARMO, 2020, «Imprensa Católica». As datações, quando não apresentadas por Octávio Carmo, ou discordantes deste, baseiam-se nos diversos registos dos catálogos *on-line* do Arquivo e Biblioteca da Madeira, da Biblioteca Municipal do Funchal, da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

¹¹³ Seguiu-se, para estas e outras questões associadas ao papel dos vicentinos, a obra de GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, 3 vols., publicados originalmente em 8 vols. entre 1959 e 1963. O P.^e Bráulio de Sousa Guimarães foi vice-reitor e professor do seminário do Funchal entre 1916 e 1919, e regressou ao arquipélago como visitador em 1938, pelo que testemunhou a fundação e a extinção d'*A Esperança* e presenciou alguns dos eventos relatados na sua obra. O autor tanto faz referência a documentos em arquivo – por exemplo, o manuscrito da «Da Nossa Ida e Vinda da Ilha da Madeira», publicado em ABREU, 2010, «A Congregação da Missão na Madeira [...]» – como era assinante e leitor da revista analisada, como demonstram as múltiplas alusões que faz ao longo dos volumes. Nesse sentido, julga-se que a informação que transmite, ainda que por diversas vezes não assinale a sua proveniência, é credível. Sobre o P.^e Bráulio Guimarães veja-se ABREU, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», p. 742.

¹¹⁴ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. I, pp. 257-269.

¹¹⁵ Veja-se, sobre o Hospício, *Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia [...]*, 1962.

que assegurassem o acompanhamento espiritual das religiosas e dos combalidos instalados no dito hospício. A condessa referiu igualmente que o prelado, D. Patrício Xavier de Moura (1859-1872), considerava que os lazaristas seriam úteis no seminário do Funchal¹¹⁶. Após atrasos e negociações, dois vicentinos regressaram ao arquipélago em março de 1878, o P.^e Ernest Schmitz e o irmão Désiré Descheemaker, tendo o primeiro recebido a direção do seminário, como vice-reitor, a 5 de maio de 1881¹¹⁷.

Este momento – da escolha do P.^e Schmitz para o reitorado do seminário – estabeleceu uma relação duradoura entre os lazaristas em funções na capelania do Hospício da Princesa D. Maria Amélia e aqueles que participavam no ensino religioso no seminário do Funchal. Professores e capelães transitaram com regularidade entre serviços ou chegaram a acumular ambas as funções¹¹⁸. O P.^e José Maria Luís Garcia, C. M., por exemplo, ocupou a chefia das duas instituições, sendo apontado para superior do seminário a 21 de outubro de 1908 e da capelania a 25 de janeiro de 1909¹¹⁹. Cargos que desempenhou até outubro de 1910, tendo, nessa data, se ausentado do país por receio das consequências da implantação da República¹²⁰.

Como referido, desde o seu regresso à Madeira que os vicentinos se associaram ao ensino religioso. Aludiu-se à presença dos P.^{es} Ernest Schmitz e José Maria Luís Garcia no seminário. Mas atente-se igualmente no importante papel do P.^e León Xavier Prévôt, C. M., que em 1893 fundou a Obra das Escolas de S. Francisco de Sales, com o objetivo de alfabetizar crianças e jovens e que, em 1897, já possuía 17 estabelecimentos de ensino¹²¹; ou na função catequética do P.^e Manuel Silveira, C. M., que erigiu o Centro da Penha, na capela da Penha de França, onde se ensinava catequese a mais de 300 crianças nos inícios do século XX e que, mais tarde, fundou uma biblioteca e o jardim infantil do Patronato de S. Pedro, o qual possuía um «salão-teatro» que projetava filmes de índole católica¹²². Já o P.^e Schmitz estabeleceu o Museu do Seminário, dedicado à história natural, com a fauna e a flora que recolhera e estudara,

¹¹⁶ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 303-305.

¹¹⁷ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 319 e 405.

¹¹⁸ ABREU, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», p. 743.

¹¹⁹ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 324.

¹²⁰ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 322-323.

¹²¹ ABREU, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», pp. 740-741.

¹²² GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 605-609.

e o P.^e Henri Janssen instituiu a Biblioteca Utile Dulci, que em 1937 era composta por 19 000 exemplares e emprestava anualmente 3600 livros¹²³.

Todavia, a sua atividade não ficou restrita ao campo educativo. Os vicentinos prestaram apoio espiritual a diversas associações de carácter religioso: o P.^e José Maria Luís Garcia foi diretor do Centro Catequético de Santa Clara¹²⁴ e diretor espiritual da União Sacerdotal Madeirense, cargo que o P.^e Henri Janssen passou a ocupar em 1921¹²⁵; diversos lazaristas auxiliaram a Associação das Damas da Caridade, as senhoras da Liga da Ação Social Cristã, as Conferências de S. Vicente de Paulo e a Associação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro¹²⁶; foi ainda fundação dos lazaristas as agremiações religiosas das Filhas de Maria Imaculada da Medalha Milagrosa, dos Filhos de Maria e da Associação de S. José¹²⁷. Além destas, por incentivo do P.^e Janssen, estabeleceu-se, em 1921, a União Madeirense, uma cooperativa de bordadeiras¹²⁸.

Mais, a ação dos lazaristas estendeu-se à Boa Imprensa. Desde 1894 que os padres da Congregação da Missão publicavam o *Boletim Mensal Diocesano da Obra de S. Francisco de Sales* (1894-1897)¹²⁹. A este seguiu-se, por ordem do prelado e executada pelo P.^e Prévôt, a *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* (1901-1910 / 1911-1912¹³⁰), congregando o *Boletim Mensal* e o mensário *O Domingo Católico* (1872-1901)¹³¹. Na primeira década do século XX, o seminário publicou a *Esperança* (1907-1910)¹³² e com o fim da *Quinzena*, em 1912, lançou-se por alguns meses

¹²³ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 411-413 e 617-618. Para as informações sobre o número de empréstimos e livros, veja-se Hugo de Lacerda, 31-01-1937, «Museus e Bibliotecas do Funchal», in *Diário da Madeira*, ano 25.º, n.º 7556, p. 5. Agradece-se a Martinho Mendes a referência a esta notícia.

¹²⁴ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 606.

¹²⁵ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 612.

¹²⁶ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 614-615.

¹²⁷ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 612-614.

¹²⁸ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 615.

¹²⁹ ABREU, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», p. 741.

¹³⁰ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 413-414. A *Quinzena* interrompeu a sua publicação, alegando falta de recursos, em 1910, mas retomou em fevereiro de 1911 e manteve-se até janeiro de 1912, como referem CARMO, 2020, «Imprensa Católica» e SILVA, 2016, *De Hintze a Afonso Costa* [...], pp. 144-145.

¹³¹ SILVA, 2016, *De Hintze a Afonso Costa* [...], p. 143.

¹³² GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 413.

A *Boa Nova* (fevereiro a julho de 1912), dirigida pelo P.^e Eduardo C. N. Pereira, um clérigo secular, mas sem perder a ligação à Congregação da Missão¹³³. A extinção d'*A Boa Nova* deu lugar ao *Boletim Eclesiástico da Madeira* (1912-1919), cuja direção esteve a cargo, a partir de 1 de julho de 1918, do P.^e Manuel Silveira, C. M.¹³⁴. Já em 1918, o P.^e José Maria Luís Garcia escrevia no bissemanário católico *O Madeirense* (1918-1919) e, em março de 1919, foi fundada *A Esperança* (1919-1938), dirigida e administrada por lazaristas¹³⁵. Refira-se ainda o *Vade-mecum do Seminarista* (1903)¹³⁶, o *Catecismo Pequeno da Doutrina Cristã, composto especialmente para a diocese da Madeira* (1911)¹³⁷, o livro *A Juventude Francesa e a Guerra* do P.^e Janssen¹³⁸ e a tradução de diversos textos de outros periódicos e livros partilhados n'*A Esperança*, para que se compreenda a dimensão social, educativa e cultural dos vicentinos na Madeira neste período.

Conclui-se, então, que a fundação d'*A Esperança* não radicou exclusivamente no conflito social que opôs católicos e republicanos e na extinção, e consequente substituição, do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, tal como expôs o editorial inaugural da revista. Ainda que esses fossem os “motivos” fulgurantes, será necessário atentar nas condições políticas e económicas vividas em Portugal nas primeiras décadas do século XX, com a implantação da República Portuguesa e a crise económica originária da Grande Guerra. Mas é igualmente importante considerar o incentivo externo e interno da criação e promoção da Boa Imprensa, o dinamismo da fundação de periódicos durante a República e, em particular, o fulgor do caso madeirense; e isto sem esquecer o relevante papel que os religiosos lazaristas tiveram nas múltiplas frentes da cultura e do ensino na Madeira. Foi desta confluência de contextos e condicionalismos que, citando o P.^e João Vieira Caetano, «apareceu a *Esperança*»¹³⁹.

¹³³ Escreveu o redator logo no primeiro número: «A “Quinzena Religiosa publicar-se-ha d’ora avante sob a denominação de A BOA NOVA nos dias 1, 10 e 20 de cada mez», salvaguardando que os assinantes da Obra de S. Francisco de Sales «continuarão gosando dos mesmos privilegios», como se poderá consultar em «Expediente», 01-02-1912, in *A Boa Nova*, ano 1.º, n.º 1, p. 1.

¹³⁴ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 652-653.

¹³⁵ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 616 e 610-611, respetivamente.

¹³⁶ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 512-513.

¹³⁷ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 605.

¹³⁸ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 616.

¹³⁹ P. C., 01-03-1928, «*A Esperança*», in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 4.

2. A Materialização (I): Produzir A Esperança

Como explanado anteriormente, procurou-se estudar a materialização d'A *Esperança* através dos preceitos apresentados por Pierre Albert e complementados por José D'Assunção Barros e por Heloisa Cruz e Maria Peixoto. Nesse sentido, abordou-se, em primeiro lugar, o «grupo produtor», assente na exposição da equipa editorial, composta por diretores, editores, administradores, redatores e outros tantos colaboradores. Após essa análise, o foco incidiu na produção dos volumes da revista. Concretizou-se, assim, o modelo estabelecido por Albert, de um estudo por “detrás” de um periódico¹⁴⁰.

Diretores, Editores e Proprietários

Segundo Heloisa Cruz e Maria Peixoto, «proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico»¹⁴¹. Assim, é através de um conjunto de diversas personalidades, implementando projetos gráficos e editoriais próprios, que uma revista se constitui. Normalmente, a identificação de tais individualidades, indicando as suas funções, figura na capa ou no frontispício do periódico; noutros casos, a informação é recolhida nos metatextos. Foi, desse modo, que se ficou a conhecer a equipa editorial d'A *Esperança*.

Façam-se dois apontamentos prévios, antes de se revelar as equipas editoriais: 1.º) a localização da sede foi constante ao longo da vida da publicação; e 2.º) todos os envolvidos careciam de remuneração pelas suas funções, executando-as em total gratuidade.

Particularizando o primeiro apontamento, a sede da administração e da redação d'A *Esperança* localizou-se na Rua da Imperatriz, número 6, durante os vinte anos de publicação. O P.º Bráulio Guimarães, que residiu no Funchal entre 1916 e 1919, assinalou que esta morada correspondia à «casa dos capelães do hospício»¹⁴²; uma escolha que comprova a intrínseca relação da revista com os lazaristas.

¹⁴⁰ ALBERT, 1988, «L'histoire de la presse [...]», p. 15.

¹⁴¹ CRUZ & PEIXOTO, 2007, «Na Oficina do Historiador [...]», p. 263.

¹⁴² GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 610. Cite-se uma pequena nota, que consta de «A Administração de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 4 (suplemento): «A sede da Administração de “A Esperança” tendo sido transferida novamente para a rua da Imperatriz, n.º 6, é para ahi que os nossos assinantes devem dirigir os pagamentos das suas assinaturas, mudanças de direcção, donativos, etc. etc.». Tal parece indicar que a sede da administração fora outra e que pouco antes deste número voltara à Rua da Imperatriz, 6. Porém, essa mudança nem constou das capas, onde normalmente se apontava «Redação e Administração: Rua da Imperatriz, 6», nem de nenhum metatexto.

No que diz respeito ao segundo ponto, no quinto ano de publicação (1923-1924) e prevendo queixas contra o aumento dos valores da assinatura, a administração informou que n' *A Esperança*, «todo o trabalho é sem remuneração», e que o incremento do preço seria avultado se «tivessemos de remunerar administradores [e] colaboradores, desde a cabeça até aos pés»¹⁴³. O P.^e João Vieira Caetano confirmou a afirmação anterior, ao assinalar os «trabalhos gratuitos da pena» como uma das formas de manter a revista em circulação¹⁴⁴. Tal situação é aferida pela inexistência de verbas atribuídas ao pagamento de articulistas, aquando dos relatórios anuais nos quais se apresentava os gastos de produção¹⁴⁵.

Tal situação não seria inédita. Paulo Alves detetou um grande esforço na organização de uma publicação católica, dada a presença constante de clérigos que ocupavam outras posições – em paróquias, cabidos, seminários, centros catequéticos, ou instituições religiosas e de solidariedade social – e que ainda assim se dedicavam ao “Apostolado da Boa Imprensa”¹⁴⁶. Do mesmo modo, José Machado constatou que a maior parte dos periódicos católicos açorianos, nas primeiras décadas do século XX, foi composta por uma equipa de sacerdotes que assumiram cargos administrativos e redatoriais, sempre de modo parcial e em absoluta gratuidade¹⁴⁷.

Atente-se que analisar o «grupo produtor», através de algumas destas personalidades, implicaria recolher diversas informações relativas à sua biografia e relações sociopolíticas e eclesiásticas, reconstituindo o seu papel social e cultural. Essa investigação, relevante, revela-se demasiado ambiciosa para o estudo introdutório que aqui se propõe. Procurou-se conhecer as três equipas que coordenaram *A Esperança* – a 1.^a) António Alves Torres e José Maria Luís Garcia, C. M.; a 2.^a) Vasco Tiago Nunes Quintal e Henri Janssen, C. M.; e a 3.^a) Feliciano Soares e J. Vieira Júnior –, somente elaborando pequenos apontamentos biográficos associados ao seu papel na publicação.

Comece-se com António Alves Torres: no primeiro número do primeiro ano d' *A Esperança*, consta no seu frontispício a referência ao «Director, Proprietário e Editor» António Alves Torres. Pouco se sabe sobre este. *A Luz*, um jornal anticatólico,

¹⁴³ «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», 15-03-1923, *A Esperança*, ano 5.º, n.º 2, verso da capa.

¹⁴⁴ P. C., 01-03-1928, «A Esperança», in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 6.

¹⁴⁵ Como se poderá observar em «!... 5\$00! Cinco Escudos!?!...», 01-03-1922, *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, verso da capa.

¹⁴⁶ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 169.

¹⁴⁷ MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 81. O custo elevado da produção e as dificuldades na manutenção das assinaturas obrigou a que as redações dos periódicos ficassem reduzidas ao pessoal essencial e que este não fosse remunerado pelos seus serviços, como se refere na p. 90.

a 6 de junho de 1919, identificou que o diretor da revista era «um sr. Antonio Alves Torres, farmaceutico ali da rua de João Tavira»¹⁴⁸. Tal parece indicar que Alves Torres não seria uma personalidade conhecida, pelo menos do meio editorial, na ausência de adjetivação associada à sua escrita, direção ou trabalhos passados. A revista nunca teceu comentários sobre o seu primeiro “diretor”, exceto em 1921 quando publicou duas cartas do «prezado amigo e antigo Director d’esta Revista» que se encontrava em Porto Alegre, no Brasil¹⁴⁹. Desconhecem-se os motivos para a sua ausência, e Alves Torres meramente afirmou que «[d]e coração agradeço ao Brazil o ter-me concedido a liberdade que o meu paiz me negava», sem explicitar melhor a situação¹⁵⁰.

O P.^e Bráulio Guimarães, na sua crónica da Congregação da Missão, fez um apontamento singular: *A Esperança* esteve «sob a direção nominal de António Alves Torres, mas efetiva do padre José Maria Luís Garcia, superior da casa»¹⁵¹. Não seria improvável que tal acontecesse, dada a reputação do P.^e Garcia e a sua propensão para a escrita, mas a cronologia dos eventos reduz obrigatoriamente o papel do lazarista. Sabe-se que, em julho de 1919, o P.^e Garcia foi chamado a Lisboa para representar o Hospício na assembleia provincial que decorreu nesse mês, partindo posteriormente para Paris para a assembleia geral da Ordem. O clérigo regressou a Lisboa a 19 de outubro e a 24 desse mês deu entrada no Hospital de S. Luís, com uma pneumonia, falecendo a 30 de outubro de 1919¹⁵². Não se duvida do seu papel enquanto diretor, dado que numa nota lutuosa, dois anos após a sua morte, este foi recordado como o «saudosos e infatigavel missionario e Director d’“A Esperança”»¹⁵³. Do que se duvida é do papel preponderante atribuído por Bráulio Guimarães a Garcia – e por contraposição a diminuição da função de Alves Torres – dado que se a revista principiou em março, era publicada mensalmente e Garcia ausentou-se em julho (ainda que pudesse receber correspondência até outubro), a sua direção efetiva durou entre cinco e oito meses, o que corresponde entre cinco a oito números da revista. Por sua vez, Alves

¹⁴⁸ «Divertido», 06-06-1919, in *A Luz*, ano 1.º, n.º 5, p. 4.

¹⁴⁹ Publicadas em António A. Torres, 01-07-1921, «Noticias do Brazil», in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 7, pp. 80-81 e em António A. Torres, 15-09-1921, «Noticias do Brazil», in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 14, pp. 165-167. Nesta última carta é designado de «amigo e antigo editor da nossa revista», na p. 165.

¹⁵⁰ Como o próprio refere em António A. Torres, 01-07-1921, «Noticias do Brazil», in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 7, p. 81.

¹⁵¹ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 610.

¹⁵² Todas estas informações encontram-se em GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 623.

¹⁵³ «Cronica Madeirense», 01-11-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 17, p. 203.

Torres manteve-se como diretor, pelo menos no referido frontispício, até ao fim do segundo ano de publicação (1920-1921), efetivando 35 volumes naquele cargo.

Já se referiu o papel do P.^e José Maria Luís Garcia (1869-1919) no contexto cultural madeirense. Retenha-se a sua atividade nas publicações católicas, escrevendo no *Boletim Mensal Diocesano da Obra de S. Francisco de Sales*, na *Quinzena Religiosa* e no *Madeirense*¹⁵⁴; o dom para a oratória, com presença assídua nos púlpitos e no discurso de inauguração de um retrato de D. Manuel II¹⁵⁵; o seu papel no seminário e no Hospício, desde 1896, assumindo a direção destes em 1909-1910 e em 1912-1919¹⁵⁶; além da assistência espiritual na União Sacerdotal Madeirense, na Liga da Ação Social Cristã, nas Conferências de S. Vicente de Paulo e na Associação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro¹⁵⁷.

Não obstante o papel do P.^e Garcia, o nome de Alves Torres continuou a figurar na capa e/ou no frontispício, mesmo após a morte do P.^e Garcia, até ao número 23 do segundo ano, datado de 1 de fevereiro de 1921. No volume seguinte, o último desse ano, os cargos de «Director, Proprietário e Editor» pertenciam já a Vasco Tiago Nunes Quintal. As informações biográficas sobre este são escassas, ainda que a sua relação com o jornalismo facilite a pesquisa.

Segundo Luís Marino, Vasco Quintal nasceu em Santa Cruz, em 1881, frequentou o seminário no Funchal, foi depois empregado na indústria de bordados e jornalista, trabalhando na Gráfica Regional e n' *O Jornal*. Em 1941, saiu do arquipélago e tomou o hábito da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, tendo falecido no Funchal, em 1955¹⁵⁸. A relação de Quintal com a elite clerical é apenas conjecturada através de algumas fotografias, de 1937, nas quais Vasco Quintal foi fotografado na residência episcopal com alguns colegas d' *O Jornal* e com o prelado D. António Manuel Pereira Ribeiro¹⁵⁹.

¹⁵⁴ Veja-se, sobre a biografia e atuação do P.^e José Maria Luís Garcia, o tributo feito após a sua morte em Dr. P.^e Fulgêncio de Andrade, 01-12-1919, «Tributo de saudade e amor», in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 10, pp. 73-84 e em F. A., 02-1920, «Luzeiro ardente e luminoso», in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 12, pp. 101-104.

¹⁵⁵ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 606.

¹⁵⁶ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 409 e 619-620.

¹⁵⁷ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 612-615.

¹⁵⁸ ABM, Luís Marino, cx. 4, n.º 8, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 8 (letras P, Q e R), p. 154.

¹⁵⁹ São as seguintes fotografias: ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 28, número de inventário CMS/197; ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 22, número de inventário CMS/198; ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 26, número de inventário CMS/383; e ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 26, número de inventário CMS/390.

Imagem 1. Vasco Tiago Nunes Quintal na Quinta da Paz, freguesia do Monte, a 30 de abril de 1937, por altura do aniversário d'O Jornal. Nunes Quintal é o segundo, a contar da esquerda



Fonte: ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 28, CMS/197.

Imagem 2. Vasco Tiago Nunes Quintal na Quinta da Paz, freguesia do Monte, a 30 de abril de 1937, por altura do aniversário d'O Jornal. Nunes Quintal é o segundo, a contar da direita, de pé



Fonte: ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 26, CMS/390.

Não se sabe se por razões estéticas, a partir do décimo número do quinto ano (de 15 de julho de 1923), o frontispício deixou de conter a referência ao «Director, Proprietário e Editor», passando a constar somente o título, a designação de «Revista católica» e uma citação “famosa”. Nesse sentido, e sem informações presentes em metatextos, é difícil balizar a saída de Vasco Quintal da revista.

Desconhece-se, igualmente, quando começaram as relações do P.^e Henri Janssen, C. M., – ou Henrique Janssen, como era por vezes referido – com *A Esperança*: se desde a sua fundação ou se só após o falecimento do P.^e Garcia, assumindo Janssen, em 1919, muitos dos cargos do antigo superior do Hospício. No entanto, essa relação tornou-se simbiótica com o passar dos anos, como provam alguns dos textos publicados.

Presume-se que a dicotomia “António Alves Torres – P.^e José Maria Luís Garcia” terá igualmente acontecido no caso “Vasco Tiago Nunes Quintal – P.^e Henri Janssen”, isto é, enquanto o primeiro assumiu a direção *de jure*, o segundo era o diretor *de facto*. Relembre-se que o nome de Quintal figurou nas capas e frontispícios desde fevereiro de 1921 até junho de 1923. Todavia, a 1 de setembro de 1921, no número 13 do terceiro ano, publicou-se uma carta de *Miles Christi*, o pseudónimo reconhecido de Henri Janssen, a qual foi prefaciada pela redação da revista nestes termos: «Do nosso incançável director que, por motivos de saúde, foi à sua terra natal, onde se encontra actualmente, recebemos estas [*Impressões de Viagem*, o título do artigo]»¹⁶⁰. No ano seguinte, ainda com Vasco Quintal como diretor, registou-se uma nova menção à direção de Janssen, ao felicitar-se o eclesiástico, no seguimento de uma palestra por ele proferida, pelo «valioso trabalho que o nosso querido Director, Rev. Henri Janssen, apresentou no dia 18 do passado» e acrescentando que «[t]odos os que trabalham nesta Revista, teem pelo seu Director, alta consideração e admiração devidas ao seu saber, ao seu estudo e às superiores qualidades do seu espírito»¹⁶¹.

Após a renovação do frontispício da revista (a 15 de julho de 1923), fizeram-se outras alocações às funções desempenhadas pelo P.^e Janssen. Por exemplo: partiu para Lisboa «o sr. Padre Henri Janssen, nosso querido director, tendo-nos deixado o pesado encargo desta Revista»¹⁶²; da Ponta do Sol e do Porto da Cruz, onde repousava, «o nosso querido director não deixou de enviar para a sua Revista os seus artigos habituais»¹⁶³; e «Às oito horas da manhã, o nosso querido Director, Rev.^o P.^e Henri

¹⁶⁰ Miles Christi, 01-09-1921, «Impressões de Viagem», in *A Esperança*, ano 3.^o, n.º 13, p. 146.

¹⁶¹ «La Psychologie du Holandais. Conferencia pelo Rev. Henri Janssen», 01-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.^o, n.º 23, verso da contracapa.

¹⁶² «Crónica Madeirense», 01-11-1923, in *A Esperança*, ano 5.^o, n.º 17, p. 267.

¹⁶³ «Crónica Madeirense», 15-10-1924, in *A Esperança*, ano 6.^o, n.º 16, p. 327.

Janssen C. M. rezou a missa do Espírito Santo»¹⁶⁴. Este último apontamento, feito já no oitavo ano de publicação (1926-1927), a 15 de março de 1926, contrasta com a informação de 1 de outubro desse ano, na qual se relata que «[e]ste nosso querido amigo [Henri Janssen], antigo director de “A Esperança” e seu apreciado colaborador, está passando o verão na “Quinta Esmeraldo” à freguesia de S. Martinho»¹⁶⁵. Tal deve-se à entrada de Feliciano Soares na direção da revista, dois números antes.

O P.^e Henri Janssen nasceu em 1880, em Bladel, nos Países Baixos, e entrou no Hospício em 1909¹⁶⁶. A partir desse ano, passou a residir na Madeira e chegou a ser considerado como madeirense: a redação da revista «pede licença para [*Miles Christi*, o pseudónimo que Janssen usava] ingressar na fileira gloriosa dos escritores madeirenses, pois que uns 20 anos de estada n’esta Perola do Oceano, lhe criaram por sem duvida alguma costela, e o que mais é, um coração madeirense»¹⁶⁷. Com frequência, durante o Verão, saía do arquipélago de volta à terra natal ou descansava em diversos sítios da ilha¹⁶⁸. Foi o fundador da Biblioteca Utile Dulci e autor de um livro, escrito sob o *nom de plume* de *Um Neutro*, intitulado *A Juventude Francesa e a Guerra* (1917)¹⁶⁹. Com a morte do P.^e Garcia, Henri Janssen ocupou muitos dos cargos deixados por este, como o de superior do Hospício (1919-1930), a assistência na União Sacerdotal Madeirense e na Liga da Ação Social Católica, e a direção da Associação das Damas da Caridade e de um ciclo de estudos da Juventude Católica da Madeira¹⁷⁰. Escrevia com muita frequência n’*A Esperança* e traduzia textos de periódicos e livros para nesta publicar¹⁷¹. Em dezembro de 1939, enquanto se encontrava no país natal, Janssen foi submetido a uma operação ao esfago, e do hospital passou para a casa da congregação em Panningen. De lá contactava com a Madeira, relatando que «estava esgotado por demais» e que as baixas temperaturas

¹⁶⁴ «A Esperança», 15-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 2, p. 25 (suplemento).

¹⁶⁵ «Crónica Madeirense», 01-10-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 12, p. 284 (suplemento).

¹⁶⁶ CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 263 e GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 325.

¹⁶⁷ «Expediente», 25-12-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 11, p. 352 (suplemento).

¹⁶⁸ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 619-620.

¹⁶⁹ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 616.

¹⁷⁰ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. III, pp. 612-614 e V. J., 01-04-1938, «Notas e Comentários», in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 2, p. 56 (suplemento).

¹⁷¹ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. III, p. 616.

o impediam de sair do quarto. Faleceu a 24 de abril de 1940, sem ter regressado ao arquipélago¹⁷².

Com a entrada de Feliciano Soares para o cargo de diretor, Henri Janssen passou a ser designado de «director espiritual» e, posteriormente, de «redactor-chefe». No ano seguinte à mudança, em março de 1927, a redação confirmou que Janssen «sempre foi e continuará a ser, esperamos, o grande, o inteligente orientador espiritual de todos nós que aqui trabalhamos, ao seu lado, d'alma e coração»¹⁷³; o mesmo termo foi utilizado no ano seguinte, em abril de 1928, identificando como o «Director espiritual de "A Esperança", [o] Rev.º Padre Henri Janssen»¹⁷⁴. Todavia, em outubro desse ano e após a sua saída anual, optou-se pela denominação seguinte: «[c]hega por estes dias ao Funchal o nosso presadissimo amigo e prestigioso redactor chefe desta Revista»¹⁷⁵.

Como se escreveu, apesar da passagem da equipa editorial, *A Esperança* era sinónimo de Henri Janssen, e vice-versa. Assim o estabelece um panegírico artigo de 1937, não assinado, acerca do eclesiástico. Cite-se extensivamente este texto, de modo a provar a relação intrínseca entre o clérigo e a publicação:

«Quando este numero da nossa Revista começar a ser distribuido, estará já de regresso da Holanda, seu paiz natal, onde foi passar alguns meses de férias, o nosso querido amigo, Senhor Padre Henri Janssen, da Congregação da Missão, que em *A Esperança* é conhecido como *Redactor-Chefe*.

O titulo de *Redactor-Chefe* não corresponde, de forma alguma, ás funções que sua exa. exerce na Revista. *A Esperança* é êle mesmo.

Orienta-a, organisa-a, escreve sobre os mais diversos assuntos, dá-lhe vida, imprime-lhe toda a directriz espiritual e social, vive dentro dela e vive para ela.

Isto quere [sic] dizer que o Senhor Padre Henri Janssen possui faculdades excepcionais e o seu valor intelectual, espiritual e social é verdadeiramente invulgar. Prova-o o seu trabalho em *A Esperança*.

Sim, porque *A Esperança* é dêle. Os outros, bem poucos, ajudam-no, mas sempre sob a sua direcção segura.

Ele é que marca. Ele é que diz.

E todos obedecem, pela confiança que inspiram o seu talento, o seu criterio, a sua bondade, o seu tacto.

¹⁷² GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. III, pp. 232-233.

¹⁷³ «Como se passou mais um ano», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, p. 5.

¹⁷⁴ «A Festa do Aniversário de "A Esperança"», 01-04-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, p. 50 (suplemento).

¹⁷⁵ «Cronica Madeirense», 01-10-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 8, p. 225 (suplemento). Designação que perdurou até ao fim da publicação como, por exemplo, em «Despedida», 01-07-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.ºs 5-6, verso da capa.

Esta é a verdade. Não se trata dum elogio. Trata-se de dizer as coisas pelos seus nomes. E, mesmo, como poderia singrar, como *A Esperança*, uma Revista de *Formação Católica e Social*, sem ter um timoneiro seguro?

Nórdico, profundamente nórdico, com incrustações de latino, o seu temperamento é perfeitamente equilibrado.

Sabe o que quer, o que faz e quando faz. Como psicólogo, é eminente. Como teólogo é notável. Mas é literato, é crítico, ocupa-se de ciencias. Tem, se é necessario, seus laivos de Jornalista.

Tem um interesse maximo pela difusão das boas ideias. Esclarecer dúvidas, iluminar almas, colocar Deus em todos os espiritos, eis o seu ideal adentro de *A Esperança*¹⁷⁶.

Feliciano Soares colaborou com *A Esperança*, na qualidade de redator, ainda antes de assumir a sua direção¹⁷⁷. A aposição na capa, do cargo de «Director e Editor», ocorreu a 1 de agosto de 1926 (com o décimo número do oitavo ano). Porém, na verdade, como se noticiou no mesmo volume, Feliciano e a esposa, a escritora Laura de Castro e Almeida Soares, também ela colaboradora na revista, partiram para Paris a 19 de julho e regressaram ao arquipélago em setembro desse ano, como relata a «Crónica Madeirense», pelo que deverá ter exercido o cargo somente após a sua chegada¹⁷⁸.

Feliciano José Regala Soares nasceu em Aveiro, em 1886, e faleceu no Funchal em 1952¹⁷⁹. Foi aspirante da Alfândega em Lisboa, no Porto e no Funchal, tendo-se mudado para o arquipélago em 1912¹⁸⁰. Foi professor do Liceu em Leiria (1906-1908) e fundador do Instituto do Ensino Secundário e Comercial (mais tarde renomeado de Instituto Comercial do Funchal) e da Bolsa da Estudos Antónia Georgina, nome da sua primeira mulher¹⁸¹. Escreveu vários livros: *Crucificadas* (1914), *Preocupações* (1926), *O que Eu Vi e Pensei* (1928), *O Mais Rico dos Pobres* (1935), *Uma Hora d'Anto* (1941) e *Dr. João Francisco de Almada (1874-1942) – In Memoriam* (1943)¹⁸²; e participou em

¹⁷⁶ «O Reverendo Henri Janssen C. M.», 01-10-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.ºs 7-8, pp. 81-82, itálicos no original.

¹⁷⁷ Feliciano Soares foi um «dedicado amigo e colaborador», que «tantas vezes deliciou os leitores de “A Esperança” com seus aprimorados artigos, o nosso prezado amigo e dedicadissimo colaborador», como se refere em «Crónica Madeirense», 01-08-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 11, p. 247 e em «Crónica Madeirense», 01-08-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 10, p. 232 (suplemento), respetivamente.

¹⁷⁸ «Crónica Madeirense», 01-08-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 10, p. 232 (suplemento) e «Crónica Madeirense», 01-10-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 12, p. 284 (suplemento), respetivamente.

¹⁷⁹ Bertino Daciano, no seguimento da morte de Feliciano Soares, escreveu uma biografia e crítica literária a alguns dos textos da autoria do falecido, deveras fundamental para se conhecer a vida deste. Para tal, recolheu informações junto da esposa e de conhecidos; todavia, não fez referência à *A Esperança*, como se poderá observar em DACIANO, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)».

¹⁸⁰ CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 455.

¹⁸¹ DACIANO, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)», p. 6 e CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 455.

¹⁸² DACIANO, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)», p. 9.

diversas conferências, tais como as que realizou em Coimbra e que lhe valeram um lugar de sócio do Instituto de Coimbra, e *As Crianças Salvam o Mundo* realizada na sede da Juventude Católica no Funchal, a 8 de novembro de 1928¹⁸³. A partir de 1920, tornou-se doente hepático tendo complicações de saúde até à sua morte, a 16 de setembro de 1952¹⁸⁴.

A sua escolha para diretor do *Diário de Notícias* levou a que a colaboração com *A Esperança* mirrasse. Tal é notado na substituição do cargo de «Director e Editor» para somente constar como «Director», a 1 de abril de 1931 (no segundo número do 13.º ano) e pelo apontamento no volume seguinte, de 1 de maio desse ano: «A forçada falta de colaboração nos últimos quatro anos da parte d’este talentoso escritor, não nos faz esquecer o muito que lhe deve a nossa Revista nos anos anteriores á 1927, quando não tinha ainda assumido a direcção do importante jornal local, “Diario de Noticias”»¹⁸⁵. Todavia, Soares continuou como diretor d’*A Esperança* até ao fim da sua publicação.

Ao mesmo tempo que Feliciano Soares entrou para a direcção d’*A Esperança*, «J. Vieira Júnior» assumiu o papel de «Proprietario», a 1 de agosto de 1926, e mais tarde, a 1 de abril de 1931, o de «Editor e Proprietario». É difícil apresentar informações sobre este indivíduo, dada a complexidade em confirmar a sua identidade.

Talvez seja possível identificar J. Vieira Júnior como João Rodrigues Vieira Júnior, ainda que não haja certezas de tal. Tal suposição assentou em duas referências esparsas. Em 1929, a 16 de março, faleceu João Rodrigues Vieira; este foi apresentado como «o extremoso pai do nosso bom amigo e dedicado colaborador, sr. João Rodrigues Vieira Junior, inteligente societario da “Casa Minas Gerais” e director do nosso colega “A Mocidade”», concluindo-se com «[o]s nossos pezames á família enlutada nomeadamente ao filho do finado, sr. J. Vieira Junior»¹⁸⁶. No ano seguinte, o relator da «Festa d’*A Esperança*» referiu algumas das presenças na missa celebratória de mais um aniversário da revista, anotando os «nossos dedicados colaboradores, como o Ex.^{mo} Sr. Coronel Alberto Artur Sarmiento, nosso prezado Director, Feliciano Soares e João Rodrigues Vieira Junior»¹⁸⁷. A falta de um aposto próprio, tal como “o diretor da Mocidade”, a revista da Escola de Artes e Ofícios (publicada entre 1927 e

¹⁸³ Como se refere em: «Crónica Madeirense», 01-10-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 15, pp. 311-312; «Crónica Madeirense», 15-01-1925, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 22, p. 444; e em «Crónica Madeirense», 01-12-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 10, p. 295 (suplemento).

¹⁸⁴ DACIANO, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)», pp. 7-8.

¹⁸⁵ «Feliciano Soares», 01-05-1931, in *A Esperança*, ano 13.º, n.º 3, p. 70.

¹⁸⁶ «João Rodrigues Vieira», 01-04-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 2, verso da contracapa.

¹⁸⁷ «A Festa de “A Esperança”», 01-04-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 2, p. 62 (suplemento).

1933), parece indicar que João Rodrigues Vieira Júnior pertenceria à equipa (editorial/diretiva) d'A *Esperança*.

Vejam-se, no entanto, outras referências. A 15 de novembro de 1923 – três anos antes de J. Vieira Júnior ter assumido a pasta de “Proprietário” –, a revista publicou trechos de uma conferência apresentada pelo «nosso amigo Snr. Vieira Junior», numa das sessões da Juventude Católica de Santa Maria Maior¹⁸⁸. No número seguinte, na publicidade que se fez ao volume de Natal d'A *Esperança*, anunciou-se um texto da autoria de «J. Vieira Júnior, comerciante»¹⁸⁹, que foi impresso no mês seguinte sob o título «A Paz»¹⁹⁰. Passados dois anos, um «João Vieira Junior», apelidado de «presado colaborador», começou a trabalhar para a Administração da revista, informando-se os leitores que este «passa daqui para o futuro, a fazer parte dos que trabalham, com efectividade, na *Esperança*. [/] Ficam a cargo daquêle nosso amigo os serviços d'informação referentes á administração da nossa Revista», sem que se perceba que funções específicas executava¹⁹¹. Nesse mesmo ano, um filho do «querido amigo Snr. João Rodrigues Vieira Junior», Julião Xavier Conceição Vieira, acabou os estudos primários¹⁹². Já no oitavo ano da publicação (1926-1927), ano em que assumiu o “cargo” de «Proprietario», foi publicado um artigo de «J. Vieira Junior»¹⁹³ e noticiada a participação de «Vieira Junior», do Círculo Católico de Santa Maria Maior, numa palestra da Juventude Católica do Estreito de Câmara de Lobos¹⁹⁴. Um «João Rodrigues Vieira Junior», que ocupava o cargo de vice-presidente do Círculo Católico de Santa Maria Maior, foi eleito, em 26 de agosto de 1928, para presidente da Direção dessa instituição no biénio de 1928-1929¹⁹⁵. E na celebração do 12.º ano d'A *Esperança*, a revista agradeceu um artigo publicado n'A *Mocidade* da seguinte forma: «As palavras do Director do conceituoso mensario “A Mocidade” são palavras d'um dedicado amigo de “A Esperança” que nos honra constantemente com a sua muito apreciada colaboração. O Ex.º Sr. J. R. Vieira Junior avalia o nosso esforço e o elevado fim a que visamos. Por todas estas razões, somos-lhe muito sinceramente reconhecidos»¹⁹⁶.

¹⁸⁸ Vieira Junior, 15-11-1923, «Circulo Catolico de Santa Maria Maior», in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 18, pp. 142-144 (suplemento).

¹⁸⁹ «O Numero de Natal de A Esperança», 01-12-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 19, p. 304.

¹⁹⁰ J. Vieira Junior, s.d., «Paz», in *A Esperança*, ano 5.º, n.ºs 20-21, pp. 335-336.

¹⁹¹ «A Esperança», 01-07-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 9, verso da capa.

¹⁹² «Crónica Madeirense», 15-07-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 10, p. 159.

¹⁹³ J. Vieira Júnior, 15-05-1926, «O que se diz nos “Circulos d'Estudos”. Politica ou Religião?», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 6, pp. 124-127 (suplemento).

¹⁹⁴ «Crónica Madeirense», 01-09-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 11, verso da contracapa.

¹⁹⁵ «Cronica Madeirense», 01-09-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 7, p. 220 (suplemento).

¹⁹⁶ «O Aniversario de A “Esperança”», 01-04-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 2, pp. 61-62 (suplemento).

Desconhece-se se todos estes – J. Vieira Júnior, João Vieira Júnior, Vieira Júnior, J. R. Vieira Júnior, e João Rodrigues Vieira Júnior – seriam a mesma pessoa, ainda que tal pareça que sim.

Atente-se, no entanto, que estas três equipa editoriais – António Alves Torres e José Maria Luís Garcia, C. M.; Vasco Tiago Nunes Quintal e Henri Janssen, C. M.; Feliciano Soares e J. Vieira Júnior – foram auxiliadas por diversos funcionários sobre os quais se conhece ainda menos.

Administradores, Redatores e Outros Colaboradores

Além dos elementos da equipa diretiva, conhecem-se três administradores cujo nome não foi expresso na capa ou no frontispício, mas dos quais se tem informações através dos metatextos publicados ao longo dos anos. Tratam-se de três padres lazaristas: o P.^e António Álvaro, C. M.; o P.^e «José» Jamet, C. M.; e o P.^e «João» Karregat.

António Álvaro ingressou no Hospício da Princesa D. Maria Amélia em 1910, e foi nomeado seu procurador e consultor em 1914¹⁹⁷. Escreveu sob a pena de *Ignotus*, tanto para o *Boletim Eclesiástico da Madeira*, do qual foi administrador, como para *A Esperança*¹⁹⁸. O P.^e Bráulio Guimarães afirmou que o P.^e Álvaro fora o administrador da revista desde a sua fundação, o que parece ser confirmando pelo apontamento feito na altura da sua ida para Ordins, Penafiel: a 9 de maio de 1924, António Álvaro embarcou no vapor *Lima* a caminho de Lisboa, e «“A Esperança” que muito lhe deve, pois que o Rev.^o Alvaro foi, desde sempre, o seu incansável administrador, sacrificando, por vezes, a sua saúde, deseja ao seu antigo companheiro de trabalho, a melhor viagem»¹⁹⁹.

A referência seguinte foi feita exclusivamente numa breve passagem: «Entre tantos amigos que nos deixaram estes dias, “A Esperança” lamenta sobretudo a partida do seu competentíssimo administrador o Rev.^o P.e José Jamet. Que Deus o recompense abundantemente pelo valioso auxílio prestado à nossa revista»²⁰⁰. Foi assim, através da partida do P.^e «José» (Joseph?) Jamet, a 1 de julho de 1925, que se ficou a saber que este terá substituído o P.^e António Álvaro na administração da revista durante esse ano, sem que se conheça mais sobre a sua vida e obra.

¹⁹⁷ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 619.

¹⁹⁸ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 610 e 618.

¹⁹⁹ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 620 e «Crónica Madeirense», 15-05-1924, in *A Esperança*, ano 6.^o, n.º 6, p. 151.

²⁰⁰ «Crónica Madeirense», 01-07-1925, in *A Esperança*, ano 7.^o, n.º 9, p. 140.

O terceiro administrador que se conhece, muito parcamente, é o P.e «João» (Johan?) Karregat. Segundo o P.^e Bráulio Guimarães, este religioso holandês terá chegado ao Hospício, doente, a 22 de setembro de 1925 e passou rapidamente a fazer parte dos religiosos lazaristas que prestavam auxílio espiritual, tornando-se procurador daquela instituição²⁰¹. A 1 de março de 1926, na missa em louvor à *A Esperança*, pela celebração de mais um ano de existência, estava, entre os presentes, «o Rev.^o Padre Karregat C. M. actual Administrador da nossa Revista»²⁰². Desconhece-se se, após este, outro religioso vicentino terá ocupado o cargo de administrador ou se Karregat assumiu a pasta até ao fim da publicação, dado que não se encontraram informações sobre um novo administrador até à suspensão da revista.

Por razões diversas, optou-se por não analisar os redatores d'*A Esperança*. Estas prendem-se com o facto de os textos não terem, na sua maioria, autoria explícita ou ter-se revelado difícil identificar os seus escritores – que assinavam com as iniciais do seu nome, através de pseudónimos ou de múltiplos pseudónimos e, coloque-se ainda a hipótese da utilização de *noms de plume* coletivos, que congregavam diversos articulistas. Tal situação prejudica esta análise, impossibilitando, nesta fase, um estudo sobre estes autores e a sua relação com o meio cultural, político e religioso madeirense.

Contudo, enumere-se alguns dos autores que a historiografia identificou como tendo escrito para *A Esperança*: Abel Almada²⁰³; Ana Augusta de Castro Leal de Freitas-Branco, Mário Alves e Júlia da Graça de França e Sousa²⁰⁴; António Álvaro, C. M.²⁰⁵; António Homem de Gouveia²⁰⁶; António Marques da Silva²⁰⁷; Ernest Schmitz, C. M.²⁰⁸; Fernão Favila Vieira, José Luís de Canavial Brito Gomes, Henri Janssen, C. M., João da Costa Miranda, João Marinho da Nóbrega, Jacinto da Conceição Nunes, José Bebiano da Paixão, Alberto Artur Sarmento, Feliciano José Soares e Laura de

²⁰¹ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 619-620.

²⁰² «A Esperança», 15-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.^o, n.^o 2, p. 25 (suplemento).

²⁰³ ALVES, 2019, «Almada, Abel».

²⁰⁴ PORTO DA CRUZ, 1953, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, pp. 54-55, 184, 175-176, respetivamente.

²⁰⁵ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 618-619.

²⁰⁶ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 626.

²⁰⁷ SILVA, 2017, «Silva, António Marques da».

²⁰⁸ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 624-625.

Castro Soares²⁰⁹; Jaime Vieira dos Santos²¹⁰; João França²¹¹; João Vieira Caetano²¹²; Juvenal Henriques de Araújo²¹³; Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa de Andrade²¹⁴; Maria Teresa Castro Leal de Freitas Branco²¹⁵; Perillo Gomes²¹⁶; Sebastião Pestana²¹⁷; Teodósio de Gouveia²¹⁸; além de muitos outros ainda por averiguar.

Refira-se a existência de outros colaboradores com funções definidas. Em primeiro lugar, já foi anotado que João Vieira Júnior, em 1925, passou a constar do grupo de funcionários d'*A Esperança*. Este teria a seu cargo «os serviços d'informação referentes á administração da nossa Revista»²¹⁹. Não foi clarificado no que consistia estes “serviços de informação”, ainda que se presume que estejam associados à gestão dos assinantes da revista.

Conhecem-se ainda outros auxiliares cuja função esteve associada à cobrança das assinaturas. Um pontual apontamento, de 1 de abril de 1927, foi o único que particularizou um desses colaboradores, Gertrudes Acciaioli. A administração da revista agradeceu-lhe o serviço que prestou «durante alguns anos [...] [da] cobrança de “A Esperança” na cidade do Funchal»²²⁰. O apontamento permite perceber que a recolha dos valores das assinaturas – e, provavelmente, a própria venda avulsa dos volumes – seria feita por particulares, e não pela equipa editorial. Meses mais tarde, *A Esperança* agradeceu a «todas as Ex.^{mas} Senhoras que dentro e fóra do Funchal se entregaram com tanta dedicação ao trabalho da cobrança»²²¹. Já nos anos seguintes, solicitou-se aos assinantes que recebessem com gentileza as pessoas que, com zelo, se deslocavam às casas destes para recolher os pagamentos devidos²²². No número

²⁰⁹ CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses [...]*, pp. 170-171, 228, 263, 318-319, 334, 340, 356, 431-433, 455 e 456, respetivamente.

²¹⁰ GOMES, 2016, «Santos, Jaime Vieira dos».

²¹¹ CAMACHO, 2016, «França, João».

²¹² CAETANO & PITA, 2007, *Notas Histórias e outras Estórias da Ponta do Sol*, pp. 7-10, com recolha de textos que foram publicados n'*A Esperança*.

²¹³ PITA, 2019, «Araújo, Juvenal Henriques de».

²¹⁴ TRINDADE & PAOLINELLI, 2019, «Andrade, Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa de».

²¹⁵ TRINDADE & PAOLINELLI, 2022, «Branco, Maria Tereza Castro Leal de Freitas».

²¹⁶ PITA, 2019, «Ação Católica», p. 25.

²¹⁷ VERÍSSIMO, 1994, «Sebastião Pestana».

²¹⁸ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. III, p. 230.

²¹⁹ «A Esperança», 01-07-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 9, verso da capa.

²²⁰ «Cronica Madeirense», 01-04-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 2, p. 55 (suplemento).

²²¹ «Os Amigos de “A Esperança”», 01-07-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 5, contracapa.

²²² Como, por exemplo, em: «Expediente», 01-05-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 3, verso da capa; «Pagamentos», 01-03-1935, in *A Esperança*, ano 17.º, n.º 1, verso da capa; «Pagamentos», 01-02-1937, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 12, verso da capa; «Pagamentos», 01-03-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 1, verso da contracapa; e «Pagamentos», 01-03-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 1, verso da capa.

12 do décimo ano (de 1 de fevereiro de 1929), informou-se os leitores que a cobrança no Funchal seria efetuada por «cobradores particulares»²²³, enquanto no número 12 do 11.º ano (de 1 de fevereiro de 1930), o relatório da Liga da Ação Social Cristã registava que os seus membros se encarregavam da recolha dos valores das assinaturas como forma de «espalhar o [B]em»²²⁴. Já no 16.º ano, os assinantes deveriam pagar «pontualmente a sua assinatura, seja espontaneamente, seja quando fôrem solicitados para isso pelos nossos dedicados propagandistas»²²⁵. A informação de que estes fariam o serviço «por caridade» leva a crer que cobradores e propagandistas não seriam pagos pelas suas funções²²⁶.

Por último, refira-se a existência de distribuidores, que entregavam a revista aos seus assinantes, pelo menos na cidade do Funchal. A informação acerca destes provém mormente de pequenas notas nas quais a administração pedia desculpa pelos erros na distribuição: no segundo ano, o «descuido d'um distribuidor improvisado» levou a que alguns assinantes não recebessem o número 16 (de 15 de outubro de 1920)²²⁷; já no 14.º ano, por ocasião do sétimo número (de 1 de setembro de 1932), a administração d'*A Esperança* informou que «[p]or causa da doença do dedicado distribuidor da nossa Revista, o ultimo numero de "A Esperança" foi tardiamente distribuido aos nossos prezados assinantes da cidade, facto esse independente da nossa vontade, mas deveras lamentavel», justificando assim o atraso na entrega desse volume²²⁸. Segundo os gastos de produção de 1921-1922, o distribuidor na cidade acarretou determinados custos, que não foram discriminados, o que leva a crer que este seria um serviço remunerado²²⁹.

A Produção

É difícil conhecer a produção d'*A Esperança* através dos seus metatextos. A consulta dos arquivos da revista certamente permitiria uma noção mais abrangente e concreta do seu funcionamento, mas intente-se uma possível reconstituição.

²²³ «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

²²⁴ «Liga d'Acção Social Cristã. Relatório que foi lido na Assembleia Geral a 24 de Novembro de 1929», 01-02-1930, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 12, p. 379 (suplemento).

²²⁵ «A Necessidade e [sic] Grande», 01-03-1934, in *A Esperança*, ano 16.º, n.º 1, verso da capa.

²²⁶ Como se refere em «Pagamentos», 01-03-1935, in *A Esperança*, ano 17.º, n.º 1, verso da capa.

²²⁷ «Chronica Madeirense», 01-01-1921, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 21, verso da contracapa.

²²⁸ «Expediente», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, verso da capa.

²²⁹ Como se poderá observar em «!... 5\$00! Cinco Escudos!?!...», 01-03-1922, *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, verso da capa.

Parta-se do princípio de que todos os textos (originais, traduções ou transcrições), comissionados ou da total liberdade dos seus autores (autopropostos ou já com um vínculo regular à publicação, assinando “colunas”), deveriam chegar à redação com determinado tempo de antecedência. No início da «Secção dos Novos», a 15 de março de 1925, dedicada à publicação de originais de jovens articulistas – e a única na qual se convidava os leitores a escreverem para a revista –, foi referido que os textos deveriam chegar à sede da revista até ao dia 5, se quisessem publicar no volume que sairia no dia 15, e até dia 20 se fosse para os disponibilizar no princípio do mês seguinte²³⁰. Estes prazos estão claramente associados à bimensalidade da revista durante os primeiros anos (1920-1927); contudo, crê-se que, com o retorno à mensalidade, a obrigatoriedade do envio com algumas semanas de antecedência manteve-se, para que a equipa editorial, o episcopado e a gráfica aprovassem a sua publicação. Atente-se num exemplo de uma prática que poderá não ser a mesma para os textos impressos: a 1 de novembro de 1929, já enquanto mensário, solicitava-se às casas comerciais, que pretendessem publicitar os seus produtos, que enviassem os anúncios para a sede ou para a Tipografia Camões até ao dia 8 de dezembro²³¹; já o número de Natal, contendo a dita publicidade, foi publicado a 25 de dezembro de 1929.

As restantes informações relativas à produção assentam na impossibilidade de publicar todos os textos que recebiam, seguindo uma lógica de contenção dos gastos, através do cumprimento rígido do número de páginas impressas, ou de atrasos na entrega dos originais. Vejam-se os exemplos de uma entrevista sobre a Escola de Artes e Ofícios, que não chegou a ser publicada no número 13 do quinto ano (de 1 de setembro de 1923), por «absoluta falta de espaço»²³²; ou a impossibilidade de se imprimir uma história de *Maria Francisca Tereza* (pseudónimo de Laura Veridiana de Castro e Almeida)²³³, na secção «A Leitura dos Pequenininos», no volume de 15 de novembro de 1924, ou o artigo «A Internacional Comunista, Sun-Yat-Sen e a China», um texto publicado originalmente no diário *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927)²³⁴; ou o

²³⁰ «As nossas secções», 15-03-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 2, verso da contracapa. Atente-se que se convidou a «toda a colaboração de moços que não se afastem na sua orientação, da linha que sempre tem seguido a “Esperança” – Religião, Sociologia, Descritivo, Arte, Sport, Contos».

²³¹ «Numero de Natal», 01-11-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 9, verso da capa.

²³² Nótula sem título, 01-09-1923, in *A Esperança*, ano 13.º, n.º 7, p. 198.

²³³ A identidade deste pseudónimo foi revelada em CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses* [...], p. 456.

²³⁴ «Crónica Madeirense», 15-11-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 18, p. 361. Registe-se que os dois textos foram publicados no volume seguinte como M.[aria] F.[rancisca] T.[ereza], 01-12-1924, «Preparação para a 1.ª Comunhão. XIV Lição», in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 19, pp. 372-376 e «A Internacional Comunista, “Sun-Yat-Sem” e a China. O que se passa em Barcelona», 01-12-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 19, pp. 93-94 (suplemento). As informações sobre *A Epoca* foram recolhidas em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 684.

caso de uns textos que, supostamente, deveriam ter sido publicados no número de Natal de 1931, mas que «por falta de espaço» foram retardados até ao volume impresso em fevereiro de 1932²³⁵; ou, por último, o artigo «Ter Férias» de *Uma Mulher* que saiu somente a 1 de novembro de 1937, mas que deveria «ter sido publicado no número anterior de “A Esperança”, não o tendo sido, então, por causa da abundância de original»²³⁶. Conhecem-se ainda referências a textos que, «por terem chegado demasiado tarde á redacção, tivemos, com grande magua, de pôr de parte», nos números 20-21 do quinto ano²³⁷; e da falha na publicação do calendário mensal, dado que «[p]or esta vez ainda o nosso calendarista tomou folego e não nos chegou o seu calendario»²³⁸.

Aprovação e Impressão

A *Esperança* foi publicada com aprovação da Diocese do Funchal. As boas relações da Congregação da Missão com o prelado (relembre-se a presença de lazaristas no seminário), a existência de uma “solidariedade” entre instituições católicas e de uma linha evangelizadora comum, asseguraram o beneplácito episcopal à revista. Essa anuência esteve presente, nos primeiros quatro anos, na capa da publicação através de um claro «Com Licença e Aprovação da Autoridade Eclesiástica». Tal apontamento leva a crer que uma versão preliminar da revista era apresentada a determinados elementos da cúpula diocesana que teriam, certamente, algum papel decisório nos textos a publicar nos volumes seguintes.

Com a renovação da capa, no segundo número do quarto ano (de 15 de março de 1922), a referida mensagem desapareceu. Não se pense, no entanto, que a revista deixou de ser verificada, pois, ainda antes desta renovação, a partir de 15 de novembro de 1921 (o número 18 do terceiro ano), passava a constar na contracapa, ou no seu verso, um «Nihil obstat», “Nada obsta”, assinado pelo cónego Manuel Gomes Jardim e com a data correspondente à publicação da revista. Se o cónego Jardim aprovou os volumes restantes d’*A Esperança*, até à sua suspensão, já o «Imprimatur», “Imprima-se”, era assinado pelo vigário-geral da diocese funchalense, primeiro pelo cónego José Luís Monteiro e depois pelo cónego Manuel Francisco Camacho, até ao fim da publicação.

²³⁵ «Expediente», 01-01-1932, in *A Esperança*, ano 13.º, n.º 11, verso da capa.

²³⁶ «Ter férias», 01-11-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 9, verso da capa.

²³⁷ Nótula sem título, s.d., in *A Esperança*, ano 5.º, n.ºs 20-21, p. 334.

²³⁸ «Crónica Madeirense», 15-01-1924, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 22, p. 367.

Após a aprovação episcopal, a revista seguia para a tipografia. *A Esperança* utilizou a mesma gráfica que o *Boletim Eclesiástico da Madeira*, a Tipografia Camões, sita na rua da Alfândega n.º 52²³⁹, no centro da cidade, registando-se, na capa ou no seu verso, que a composição e a impressão estavam a cargo desta; algo que se manteve ao longo dos 20 anos de publicação. Ignoram-se os valores associados à tiragem de cada volume, mormente devido à pouca informação disponibilizada sobre a mesma. Somente se sabe que, em abril de 1923, foram impressos 2710 exemplares²⁴⁰.

A produção de uma revista católica passa, invariavelmente, por diversas mãos, cada uma delas transformadora. É, assim, relevante compreender quem foram os seus diretores, proprietários, editores, administradores, redatores e colaboradores ao longo do tempo. Conhecer o por “detrás” de uma publicação periódica, através da análise do seu «grupo produtor» e do seu processo de produção consiste numa abordagem introdutória ao próprio objeto de estudo da História da Imprensa, isto é, trata-se de uma forma preliminar para compreender *A Esperança* enquanto objeto físico, enquanto a materialização de diversos quereres.

3. A Materialização (II): O Objeto “A Esperança”

Analisar por “dentro” de um periódico, seguindo os parâmetros de Pierre Albert, implica atentar nas características formais, isto é, observar uma publicação periódica enquanto um objeto físico, com uma materialidade tangível. Assim, intentou-se estudar alguns atributos desse mesmo objeto, de modo a facilitar investigações posteriores e estudos comparativos. O foco residiu na concretização d’*A Esperança*, pelo título, pela capa, pelas dimensões, pela periodicidade, pelas diversas edições, pelo grafismo, pelas secções e pela publicidade que veiculava. Desse modo, procurou-se traçar, descritivamente, a materialização d’*A Esperança*, e, assim, reconstituir parte da sua historicidade.

Título e Subtítulo

A revista conservou o título desde o primeiro até ao último número, sem que, todavia, a administração alguma vez justificasse a escolha de “*A Esperança*”. No

²³⁹ Assim o regista o roteiro do Funchal, de 1910, sendo que em maio de 1924, *A Esperança* referiu que a tipografia se localizava na «Rua da Alfândega», sem especificar o número da porta, como é possível observar em TRIGO & TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, pp. 47-48 e *A Esperança*, 01-05-1924, ano 6.º, n.º 5, capa.

²⁴⁰ «A Questão Financeira d’*A Esperança*», 01-05-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 5, verso da contracapa.

primeiro editorial, o termo foi referido por diversas vezes – um «grito de esperança», «esperamos a salvação e a vida», «á ancora da esperança»²⁴¹ –, contudo, somente se mencionou que «A *Esperança* que hoje saúda a luz da publicidade, é este grito da nossa alma que se repercute no coração de todos os nossos leitores»²⁴². O autor do texto, não identificado, referia-se certamente à virtude teologal, aquela pelo qual todo o católico deveria ansiar pela salvação da alma²⁴³. Almejou ainda o referido articulista que a nova publicação servisse de «grito», de afronta ao mundo «perdido», de rasgo contra o «horizonte negro e tetrico sem um menor vislumbre de risonha esperança»²⁴⁴. O P.^e João Vieira Caetano, na comemoração do nono aniversário, considerou apenas que «[f]oi um título bem escolhido, esse nome de bom augúrio que deram á revista. Essa esperança dos dias primeiros, frutificou em realidades preciosas durante nove anos»²⁴⁵. Mas tais afirmações continuam a não justificar a escolha da intitulação.

Presume-se que a escolha do referido título esteve associado à existência de outras *Esperança(s)*. A publicação em estudo é a terceira, na Madeira de inícios do século XX, a designar-se desta forma. Entre 1907 e 1910, o seminário do Funchal produziu uma pequena revista que, segundo o P.^e Bráulio Guimarães, «[e]ra redigida, isografada à mão e impressa no seminário pelos próprios seminaristas»²⁴⁶. A *Esperança* foi composta por 28 volumes, distribuídos por três anos de publicação: de dezembro de 1907 a novembro de 1908; de dezembro de 1908 a dezembro de 1909; e de janeiro a julho de 1910²⁴⁷. Já em 1914, Júlio Viterbo Dias deu à estampa

²⁴¹ «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, pp. 1-2.

²⁴² «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

²⁴³ HOFFMANN & PIEPER, 1967, «Espérance».

²⁴⁴ «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 1.

²⁴⁵ P. C., 01-03-1928, «A Esperança», in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 5.

²⁴⁶ GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 413.

²⁴⁷ Esta publicação, inicialmente subintitulada de «Revista Litteraria Mensal» e depois de «Revista scientifico-litteraria mensal» e de «Revista mensal e órgão da Academia da Immaculada Conceição», teve como redatores principais Joaquim Plácido Pereira (até julho de 1908) e Eduardo C. N. Pereira (até ao fim da publicação), e como diretor Silva Figueira e administrador C. Jorge Faria e Castro (ambos a partir de dezembro de 1908). Desconhece-se se a publicação cessou efetivamente em julho de 1910. Não se encontraram exemplares além daqueles presentes na Biblioteca Municipal do Funchal, que inclusivamente não possui todos os números desses três anos. Porém, dada a implantação da República, em outubro desse ano, que originou a retirada de diversos lazaristas que exerciam funções educativas, e ao encerramento do seminário no ano seguinte, por conta da *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, crê-se que se a revista não terminou nesse número de julho, terá certamente findado nos meses seguintes. Sobre a expulsão dos lazaristas da Madeira, veja-se GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 416.

A Esperança, um semanário publicado entre 7 de março e 8 de junho desse ano, com um total de 11 números. A publicação, «[p]ropriedade da Empresa d'A Esperança» e administrada por Ernesto Dias, caracterizou-se pela sua componente evangélica, e não católica, ainda que o editorial inicial não o indicasse²⁴⁸. Os primeiros textos d'A *Esperança* (1914) criticaram a «superstição religiosa» e os clérigos que não constituíam um «espelho nítido de virtudes, um mostruário de bons exemplos, em cofre de moralidade»²⁴⁹, mas os resultados não foram certamente os expectáveis, dada a curta duração do periódico, desconhecendo-se quais os motivos concretos para o seu encerramento.

Como esclareceu Paulo Alves, as revistas católicas consideravam atentamente as suas intitulações. Segundo o investigador, o título deveria ser «suficientemente forte, esclarecedor e, se possível, indicar a identidade católica e o projecto social cristão no interior da sociedade»²⁵⁰. Não obstante, o autor referiu que os periódicos estudados, com origem entre 1919 e 1926, foram comédidos na sua escolha:

«A maioria dos títulos mantinha a tendência tradicional demonstrada no passado, isto é, apelava-se à apresentação de títulos com expressões religiosas ou com vocábulos que tivessem implícita uma mensagem católica, como está presente nos seguintes 14 títulos: *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); *Sinos d'Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924); *A União* (Lisboa, 1920-1938); *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934); *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931); *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969); *A Fe* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1922-1923); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação); *Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924? 1950); *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925); *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação); e *Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36)»²⁵¹.

Nesse sentido, a escolha por *A Esperança* (1919-1938) poderá ter radicado num fenómeno de preferência pessoal, por parte dos seus fundadores, mas esteve assente, também, numa tradição de nomeação de periódicos católicos e num aproveitamento do título já utilizado pelos seminaristas sob orientação dos lazaristas, tendo estes últimos também contribuído para a *Esperança* (1907-1910).

²⁴⁸ Júlio Viterbo Dias (1889-1956) acabou por abandonar o seminário funchalense e converteu-se em pastor evangélico. Anos mais tarde, fundou e ficou responsável pelo jornal *A Madeira Evangélica: órgão oficial da Igreja Evangélica Madeirense* (1927-1928), como se refere em CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses* [...], p. 152.

²⁴⁹ *A Esperança*, 07-03-1914, ano 1.º, n.º 1, p. 1.

²⁵⁰ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 161.

²⁵¹ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 165.

Pelo contrário, os subtítulos d'*A Esperança* modificaram-se ao longo dos anos. Até ao oitavo ano de publicação (1926-1927), a revista esteve diretamente associada à Obra de S. Francisco de Sales, estabelecendo essa relação no subtítulo, com variações, como aquele utilizado entre março de 1920 e março de 1922 de «Orgão da Obra de S. Francisco de Sales no Funchal»; ou o de «Orgão da Obra de S. Francisco de Sales», que figurou na capa entre abril de 1922 e fevereiro de 1926. Esta relação era já antiga, pois o *Boletim Eclesiástico da Madeira* reportava já, e com regularidade, as atividades da Obra de S. Francisco de Sales. Obra essa que tivera auxílio de diversos lazaristas na sua implementação no arquipélago, como o P.^e León Xavier Prévôt.

A alteração ocorreu no primeiro número do oitavo ano (de 1 de março de 1926) e manteve-se até ao cessar da publicação, em outubro de 1938. A nova capa, estreante nesse número, apresentou um novo subtítulo: «Revista de Formação Católica e Social».

Novamente, o grupo produtor, guiado certamente por Henri Janssen, que assinou o editorial do citado número, não expôs concretamente as razões para a escolha desse subtítulo, somente apresentando as “novas” linhas definidoras da ação d'*A Esperança*, nas quais se percebe uma maior sensibilidade com o ensino do catolicismo e da moral:

«[*A Esperança*] tem por guia uma publicação que se orienta pelos ensinamentos infalíveis do Homem-Deus que é Jesus-Cristo e da Igreja Católica que o representa na terra. A miude com efeito, os divinos textos dos Evangelhos aparecem nas laudas de “*A Esperança*”, entremeados com as questões práticas da vida, assuntos sociais, progresso material, etc., iluminando-as, projectando sobre elas a luz fulgurante que um dia baixou do céu luminoso para a terra envolvida em trevas. [...]

“*A Esperança*” é uma publicação *corajosa, intrepida*. Para atingir o seu fim, qual é a realização da maior soma de bem para a coletividade madeirense, tem por vezes de fazer ressoar aos ouvidos culpados a voz austera do dever, tem de apontar e censurar vícios e defeitos qualquer que seja o manto hipócrita debaixo do qual se encobrem, tem de fazer guerra a abusos sociais que prejudicam o bem colectivo, posto que estes desmandos sejam tolerados ou desculpados por um grande número dos nossos conterrâneos. [...]

“*A Esperança*” é uma publicação de orientação social. Preocupam-na especialmente os vícios, abusos e anormalidades que desprestigiam a sociedade madeirense. Portanto não deve ser repellido nem requer por aqueles que ainda não acreditam em todos os artigos do Credo nem praticam todos os mandamentos [sic] do Decálogo. Deve ser lida por todos aqueles que se preocupam com o levantamento moral e intelectual da nossa terra, pois que “*A Esperança*” pugna por esses interesses superiores com todo o ardor d’uma alma entusiasta.

“*A Esperança*” é uma publicação que professa uma predilecção especial pelos assumptos d’um tal palpitante interesse social que são a educação e a instrução. E ninguém

ousará dizer que não sejam estes os assumptos que mais vezes convenha versar com argumentos de peso, n'esta nossa sociedade em que se topa tantas vezes com gente ignorante e deseducada. E nenhum sociologo ousará tampouco contestar que não seja esta a verdadeira democracia, que sob todos os regimens políticos e debaixo de todas as latitudes do orbe terraqueo, convenha praticar»²⁵².

O autor de um editorial comemorativo de mais um aniversário, no ano seguinte à mudança de subtítulo, referiu sobre este:

«Quando, no ano findo, fizemos inscrever por baixo do titulo de “A Esperança”, o sub-titulo de “Revista de formação Católica e Social”, sabiamos bem que grande, que enorme responsabilidade chamávamos para cima dos nossos ombros. Impunhamo-nos a seriíssima missão d’orientar o pensamento da grande familia da “Esperança” que uma ou duas vêzes, por mês, lhe levaria, nas suas paginas, a nota orientadora d’ideias, de sentimentos, de costumes, de tudo o que constitui as mil manifestações da vida humana. Quizémos dar á «Esperança» um rumo definido e, sobretudo, marca-la claramente como *Revista*, afastando-nos assim, do genero de Publicação bi-mensal de *Faits divers* já mil vezes contados e lidos, e das intrigasinhas de visinhos mal humorados, de que nada d’util resulta a-final, para ninguem. Tempo perdido e papel mal gasto»²⁵³.

Como se nota, esta mudança no subtítulo foi explicada por uma transformação na linha orientadora d’*A Esperança*, que se propôs, com objetivos claros, formar a comunidade leitora numa sociedade católica, «sem vícios, abusos e anormalidades»²⁵⁴.

Capa e Contracapa

Foi possível identificar cinco modelos distintos de capas, alguns com pequenas variações ao longo do tempo, além de um modelo utilizado nas edições especiais de Natal. Procure-se descrever os mesmos, acrescentando pequenos apontamentos quando a própria direção d’*A Esperança* os fez ao longo dos anos. Retenha-se que nenhum dos modelos foi implementado sincronicamente com as mudanças de equipa editorial e somente o quarto modelo foi introduzido aquando da implementação do novo subtítulo («Revista de Formação Católica e Social»). Tal parece indicar que as transições estariam mais associadas a gostos pessoais, a tentativas de renovação da sua imagem ou até a experiências estéticas, do que propriamente a transmutações profundas na revista.

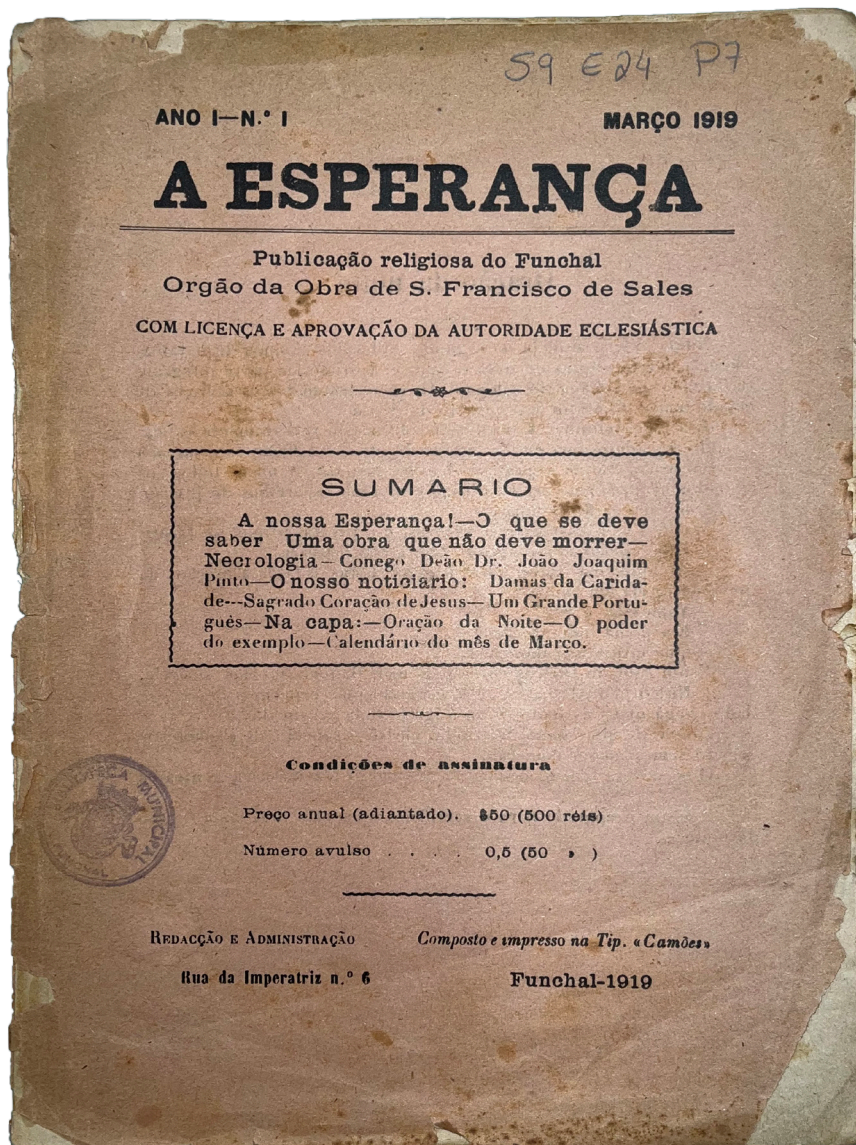
²⁵² Miles Christi, 01-03-1926, «O Oitavo Aniversario de “A Esperança”. O Nosso Fim», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, pp. 2-4, itálicos no original.

²⁵³ «Como se passou mais um ano», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, pp. 1-2, itálicos no original.

²⁵⁴ Miles Christi, 01-03-1926, «O Oitavo Aniversario de “A Esperança”. O Nosso Fim», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 4.

O primeiro modelo foi utilizado nos quatro anos iniciais, desde o primeiro número do primeiro ano (em março de 1919) até 15 de março de 1922 (o segundo número do quarto ano). Caracteriza-se por possuir uma capa exclusivamente informativa: no topo encontra-se identificado o ano, o número e a data de publicação; segue-se, logo abaixo, o título, o subtítulo e a aprovação episcopal; já a meio da página, um sumário das matérias, emoldurado por uma linha em ziguezague, apresenta os títulos e os autores dos artigos; por fim, na base, observam-se os valores da assinatura anual e da compra de exemplares avulsos e a identificação da localização da «Redação e Administração» e da tipografia.

Imagem 3. O primeiro modelo da capa d'A Esperança (1919-1922)



Fonte: A Esperança, 01-03-1919, ano 1.º, n.º 1, capa.

Atente-se que nos primeiros anos, as capas utilizaram um papel colorido, algo que prontamente foi substituído por papel “branco”. A 15 de agosto de 1920, no número 12 do segundo ano, *A Esperança*, justificou essa mudança informando que as cores utilizadas anteriormente, «tão variegadas, encarnado, azul, amarelo, verde, etc», encareciam demasiado a produção da revista²⁵⁵.

Foi no terceiro número do quarto ano (de 1 de abril de 1922) que se inaugurou um novo modelo de capa, que perdurou até 15 de abril de 1924 (o quarto número do sexto ano). Num pequeno editorial, o articulista referiu que se pretendia aplicar a renovada imagem desde o primeiro número do quarto ano (a 1 de março de 1922), mas tal revelou-se impossível, pois a renovação consistiu numa decisão de última hora, dado o receio de um incremento no custo de produção. Ultrapassada a apreensão, contactaram um desenhador que elaborou a nova roupagem d’*A Esperança*, presumivelmente de forma gratuita, a acreditar na «boa vontade» referida no texto. Nesse mesmo editorial publicaram-se as cartas entre *N. I. L.*, ainda por identificar, como representante da revista, e *A. T.*, o desenhador, também por identificar, mas que se sabe residir fora do arquipélago madeirense. *N. I. L.* foi deveras específico no que pretendia:

«Dê nos, em pedra burilada, uma *boia de salvação*, com o nome «A Esperança» no cimo; como assunto dessa marmorea rosa envidrasada, *uma ancora* no primeiro plano, simbolo d’«A Esperança», e uma vista do porto do Funchal em miniatura, ao longe, em segundo plano, fazendo vir mil saudades aos nossos presados leitores que vivem longe d’esta Perola de Oceano.

À esquerda, sobre a boia, *a tiara*; á direita a esfera armilar dos arrojados nautas lusitanos quando iam implantar *as Sacras Quinas* outrora tão gloriosas, em terras de infieis: no fundo *a Cruz Manuelina*, simbolos do nosso amor pelo divino Crucificado e pela Patria, e da nossa incondicional dedicação e obediencia ao Representante, sobre a terra, do Divino Mestre: *Ave-Crux-Spes-Unica*»²⁵⁶.

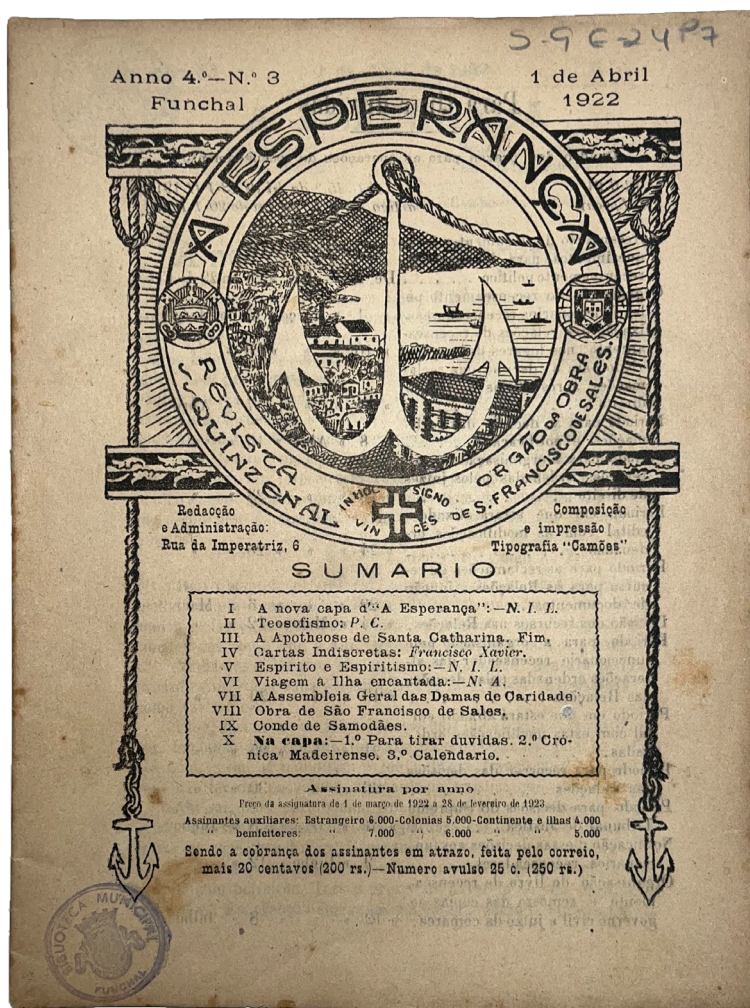
O desenho foi elaborado consoante as especificações anteriores e ficou pronto a 19 de fevereiro de 1922; porém, «por estarem em greve os tripulantes da nossa marinha mercante», não chegou ao Funchal a tempo de se incluir nos volumes de março e abril desse ano. Após o desenho ter chegado à redação, solicitou-se ao gravador José de Abreu que o incorporasse na capa, o que este prontamente concretizou como requerido²⁵⁷.

²⁵⁵ «“A Esperança”», 15-08-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 12, contracapa.

²⁵⁶ *N. I. L.*, 01-04-1922, «A Nova Capa d’“A Esperança”», in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 3, p. 42, itálicos no original.

²⁵⁷ *N. I. L.*, 01-04-1922, «A Nova Capa d’“A Esperança”», in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 3, p. 42.

Imagem 4. O segundo modelo da capa d'A Esperança (1922-1924)



Fonte: A Esperança, 01-04-1922, ano 4.º, n.º 3, capa.

Imagem 5. Vista do Porto do Funchal, observando-se à esquerda o Hospício (primeira década do século XX)



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's, Perestrellos Photographos, cx. 25, n.º 2, PER/132.

Este segundo modelo dista do primeiro por mesclar informação com decoração. Manteve-se, no topo, os dados relativos ao ano, número e data de publicação. Segue-se a imagem gravada da autoria de A. T.: um círculo, com o título, o subtítulo e a periodicidade da revista nas suas bordas, divididos por uma esfera armilar contendo o escudo de Portugal, uma cruz da Ordem de Cristo – identificada na carta de N. I. L. como uma «cruz manuelina» – com a locução latina «In Hoc Signo Vincens» e um pequeno círculo conjugando a tiara papal e as chaves de S. Pedro, símbolos da Igreja e do Papado. A paisagem inserida no círculo é uma representação, semirrealista entenda-se, do Funchal, visto de um miradouro perto do Hospício da Princesa D. Maria Amélia. Não se sabe se A. T. conhecia o Funchal, mas se não o conhecesse *in loco* facilmente poderia aceder a fotografias ou a postais representando aquela vista (veja-se, por exemplo, a Imagem 5). No primeiro plano, encontra-se uma âncora suportada por cordas, que extravasam a paisagem e emolduram toda a capa; o círculo é atravessado por dois frisos com motivos florais e das bordas laterais da circunferência veem-se pequenos raios, como se se tratasse de um halo. Abaixo da imagem, identifica-se a localização da redação e a tipografia responsável pela impressão, para depois se incluir o índice do volume, com a lista de títulos e autores dos diversos textos. A capa termina, na sua base, com os valores da assinatura anual e da venda de volumes avulsos. Registe-se que, a partir do segundo número do quinto ano (de 15 de março de 1923), acrescentou-se, no topo, a informação relativa à edição – se a «pequena edição» ou a «grande edição» – identificada através do número de páginas que compunham determinado volume.

O terceiro modelo vigorou igualmente dois anos, entre o quinto número do sexto ano (1 de maio de 1924) e o número 24 do sétimo ano (15 de fevereiro de 1926). Desconhece-se o motivo da mudança, dado que a mesma não constou dos editoriais ou dos metatextos. O modelo foi implementado numa edição especial da revista, na qual se publicaram as conferências do P.^e Manuel Gonçalves Cerejeira, apresentadas no mês anterior no Teatro Manuel Arriaga. O formato da edição especial continuou no número seguinte, uma edição regular, mantendo uma capa informativa com diversos elementos decorativos. No topo, permanecem as informações relativas ao ano, ao número e à data de publicação, além do número de páginas indicativo da edição. Na base registaram-se a sede da redação, a tipografia e os valores das assinaturas e da compra de volumes avulsos. A distinção reside no meio da página, substituindo-se o círculo com a âncora por uma cruz da Ordem de Cristo e com o sumário das matérias daquele volume. Toda a capa encontra-se retangularmente emoldurada, apresentando besantes nos cantos, nas laterais e num friso que separa o texto da cruz. O mesmo modelo foi implementado nas edições especiais comemorativas do

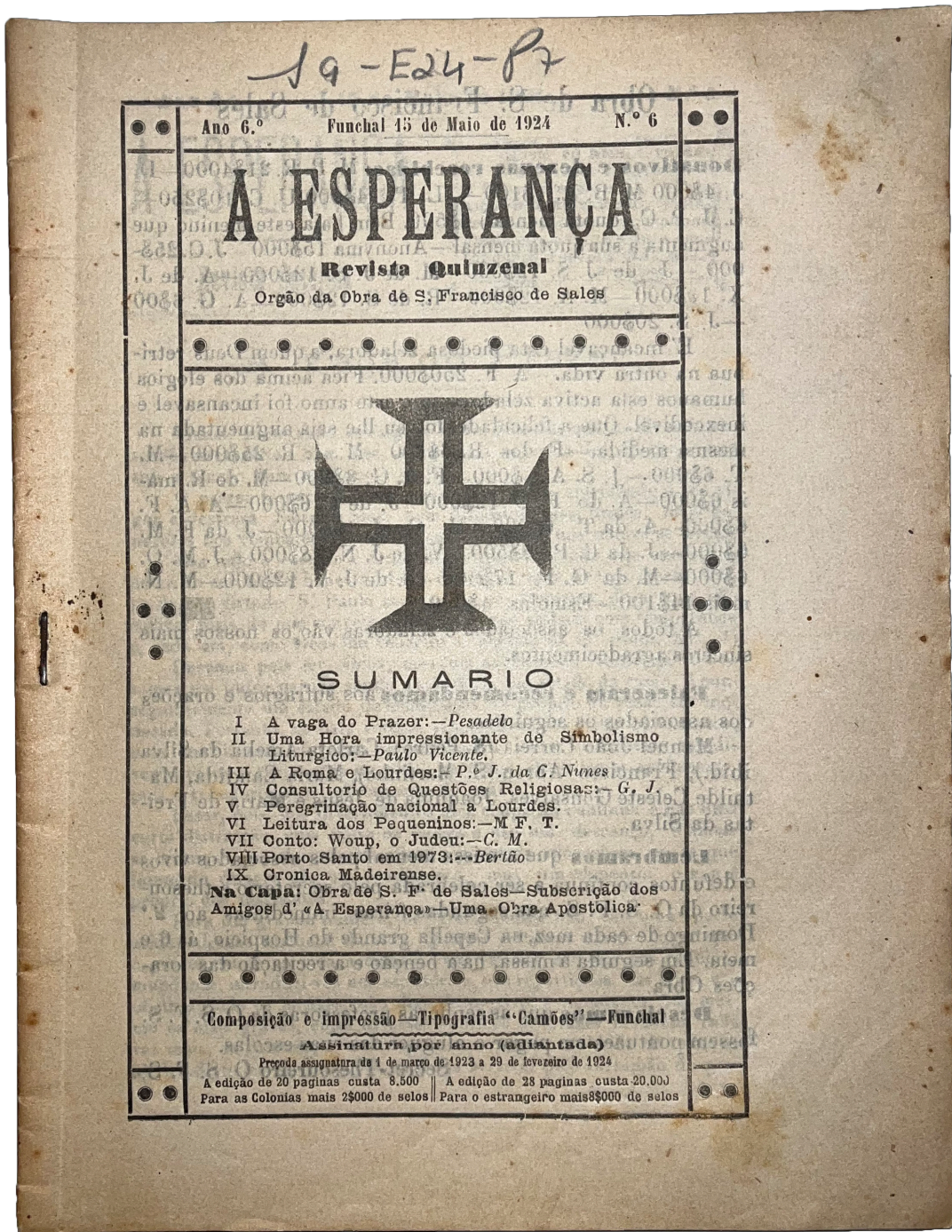
dia de S. Vicente de Paulo, por exemplo, no décimo número do sexto ano (de 15 de julho de 1924) e no mesmo número do sétimo ano (de 15 de julho de 1925).

Imagem 6. A edição especial d'A Esperança, com as conferências do P.º Manuel Gonçalves Cerejeira (1 de maio de 1924)



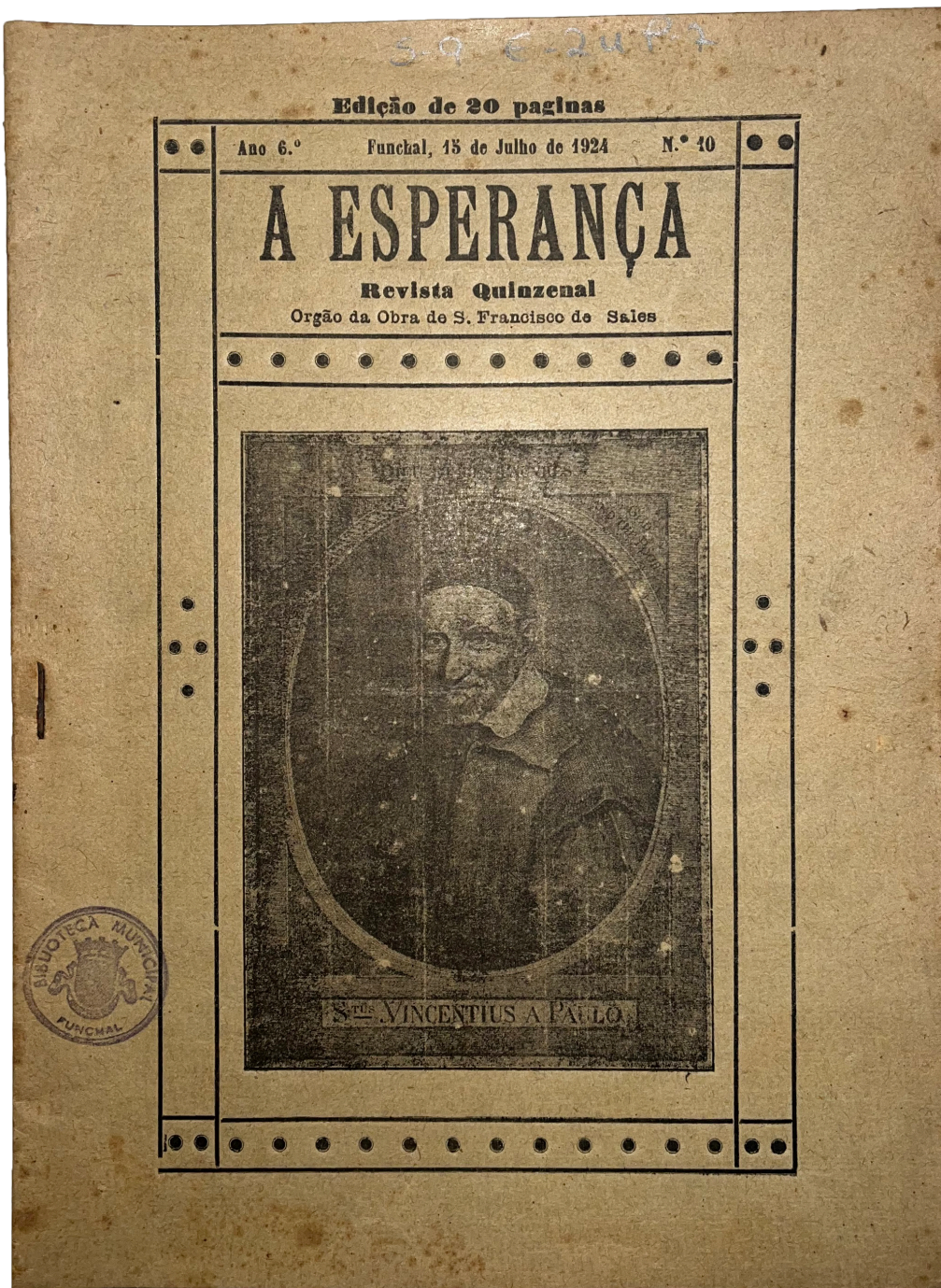
Fonte: A Esperança, 01-05-1924, ano 6.º, n.º 5, capa.

Imagem 7. O terceiro modelo da capa d'A Esperança (1924-1926)



Fonte: A Esperança, 15-05-1924, ano 6.º, n.º 6, capa.

Imagem 8. A edição comemorativa do dia de S. Vicente de Paulo (15 de julho de 1924)



Fonte: *A Esperança*, 15-07-1924, ano 6.º, n.º 10, capa.

No final do sétimo ano, a 15 de fevereiro de 1926, *Miles Christi* assinou um editorial no qual alertou os leitores para determinadas alterações no novo ano. A mudança foi puramente estética: «a partir do 1 de Março “A Esperança” vae entrar n’um novo periodo de actividade, já renovando e embelezando a sua capa exterior, já multiplicando o numero das suas paginas embora reduza um pouco o seu formato, para assim ter um aspecto mais belo, artistico e atrahente»²⁵⁸. No número seguinte, o primeiro do oitavo ano, a equipa editorial revelou a nova capa: «É tocante de verdade sublime o artístico desenho que adorna a capa de “A Esperança”[.] É o Cristo aureolado de santidade a semear sua doutrina divina. E semeia-a n’um gesto de bondade que convida e chama ternamente pela muita doçura de que é revestido»²⁵⁹. Para o articulista, anónimo, toda a imagem era profunda em significado: «a paisagem suave e serena representa ás mil maravilhas os nossos leitores que recebem a divina semente “com um coração bom e optimo, a reteem, e dão fructo pela paciencia, até cento por um”»; «A extensão indefinida da paisagem representa por ventura o campo imenso dos leitores que “A Esperança” já abrange e d’aqueles que espera abranger no futuro, se os seus assinantes e propangandistas continuarem a difundil-a com zelo ardoroso»²⁶⁰. O autor do desenho foi Roberto Vieira de Castro, e a sua capa durou somente um ano de publicação, entre o primeiro número (de 1 de março de 1926) e o número 16 do oitavo ano (de 1 de fevereiro de 1927).

Este modelo, o quarto, diferiu dos anteriores pela exiguidade das informações na capa. No topo, manteve-se o número de páginas, o título a vermelho e o subtítulo a preto. Como referido, a meio, a imagem de Cristo a lançar sementes, em pleno movimento. O Semeador ostenta um halo, veste um manto, está descalço, e possui um cesto no braço esquerdo; no canto esquerdo é possível observar o cordeiro e a assinatura «R. V. C.» (Roberto Vieira de Castro). No topo, veem-se silhuetas humanas e um sol poente. Por debaixo da gravura, o lema «Saiu a Semear a Boa Semente», numa passagem alusiva à parábola do semeador²⁶¹. A capa termina com informações relativas à tipografia e à sede da redação. Ao longo desse ano, acrescentaram-se outros dados, como o ano, número e data de publicação e os nomes do diretor e editor (Feliciano Soares) e do proprietário (J. Vieira Júnior).

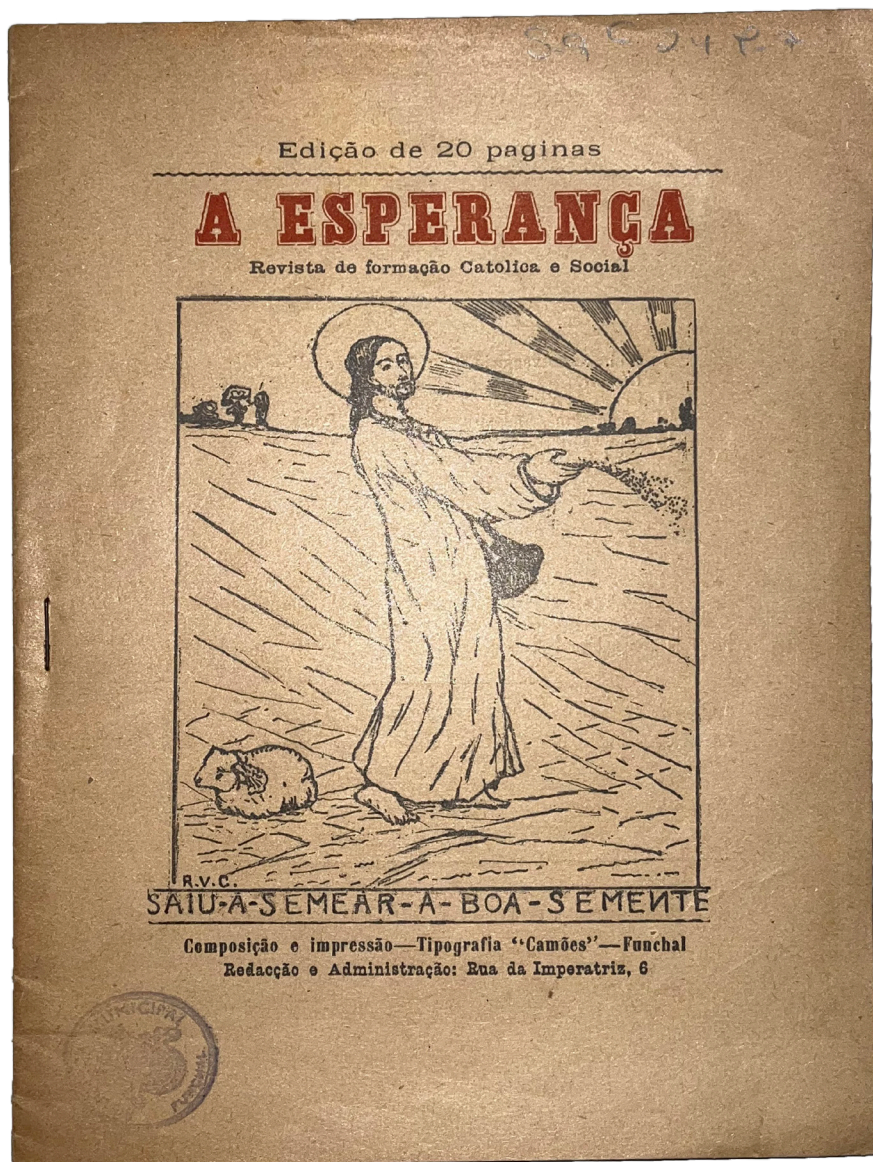
²⁵⁸ Miles Christi, 15-02-1926, «O Proximo Aniversario de “A Esperança”», in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 24, p. 408.

²⁵⁹ «Echos da Vida de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 8.

²⁶⁰ «Echos da Vida de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 8, itálicos no original.

²⁶¹ Presente em Mt. 13, 3-23; Mc. 4, 1-20; e em Lc. 8, 4-15.

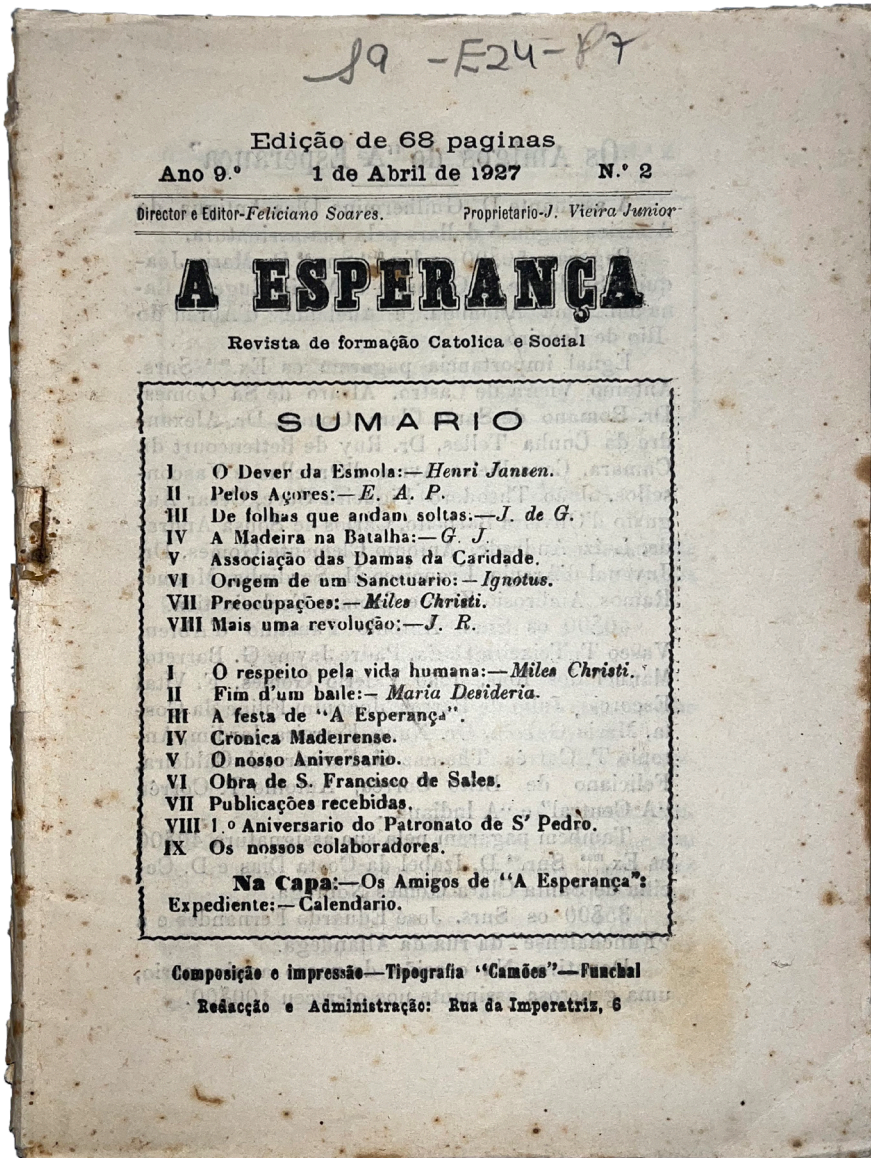
Imagem 9. O quarto modelo da capa d'A Esperança (1926-1927)



Fonte: A Esperança, 01-03-1926, ano 8.º, n.º 1, capa.

O último modelo, o quinto, perdurou no tempo, sendo utilizado desde o primeiro número do nono ano (de 1 de março de 1927) até à suspensão da revista, com o sétimo número do 20.º ano (de 1 de outubro de 1938). Esta capa contrasta abissalmente com o modelo anterior. No topo, o número de páginas do volume, identificando a edição, o ano, o número e a data de publicação; seguem-se os elementos do grupo editorial, a intitulação do periódico, um sumário dos artigos, contendo os seus títulos e autores, e a localização da sede da redação e da tipografia. A linha em ziguezague, em torno do índice, constitui o único elemento decorativo.

Imagem 10. O quinto modelo da capa d'A Esperança (1927-1938)



Fonte: *A Esperança*, 01-04-1927, ano 9.º, n.º 2, capa.

Por sua vez, as edições especiais de Natal possuíam capas distintas das versões regulares da revista. Foi nos números 20-21 do quinto ano (sem data especificada)²⁶²

²⁶² A data de publicação não foi aposta, como costume, nem na capa nem no frontispício. Dado que neste período a revista era quinzenal e o número anterior saiu a 1 de dezembro e o posterior a 15 de janeiro, presume-se que este volume teria uma data intermédia: ou a de 15 de dezembro de 1923 ou a de 1 de janeiro de 1924. Todavia, atente-se que, nos anos seguintes (1924-1925 e 1925-1926), a edição de Natal datou de 25 de dezembro, enquanto o volume anterior foi publicado a 1 de dezembro e o posterior a 15 de janeiro. Terá sido o quinto ano, o modelo para os dois anos posteriores, e sido ele também disponibilizado a 25 de dezembro? Desconhece-se a resposta a esta questão.

que tal ocorreu pela primeira vez. O título, um subtítulo («Revista Católica» e não «Orgão da Obra de S. Francisco de Sales», como ainda era comum nesse ano), a referência à edição especial («Numero de Natal Ilustrado 1923»), a Cruz da Ordem de Cristo e a informação da tipografia encontram-se emoldurados por frisos, adornados com pequenos círculos. Tanto as letras como a decoração foram feitas a vermelho acastanhado.

Imagem 11. A capa da edição de Natal de 1923

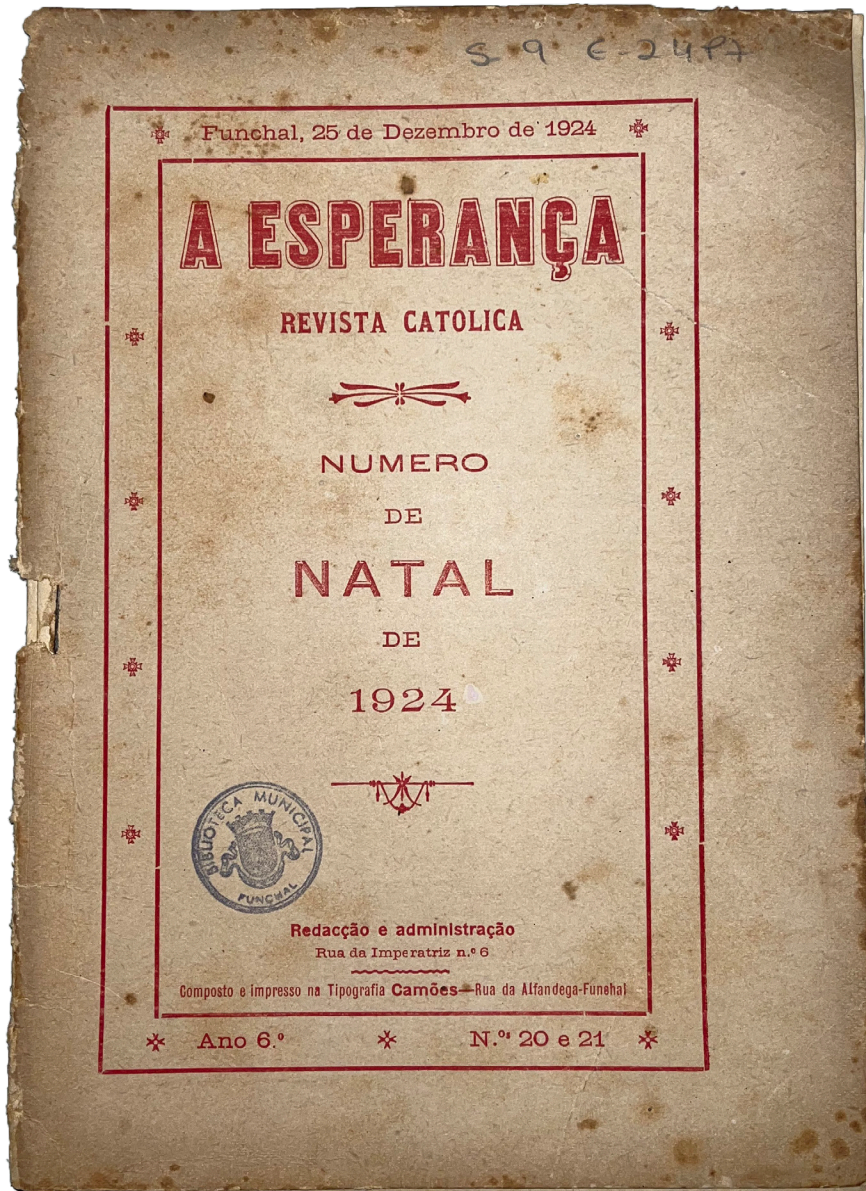


Fonte: *A Esperança*, s.d., ano 5.º, n.ºs 20-21, capa.

No ano seguinte, no volume datado de 25 de dezembro de 1924 (os números 20-21 do sexto ano), a capa é muito semelhante em termos dos elementos consti-

tuintes, modificando-se a moldura e substituindo-se os círculos por pequenas cruces gregas. Já as edições de Natal dos anos seguintes, pelo menos até ao 13.º ano (1931-1932), apresentam-se como variantes desta capa, acrescentando-se outras informações, alterando as cores das letras, e os pormenores da decoração.

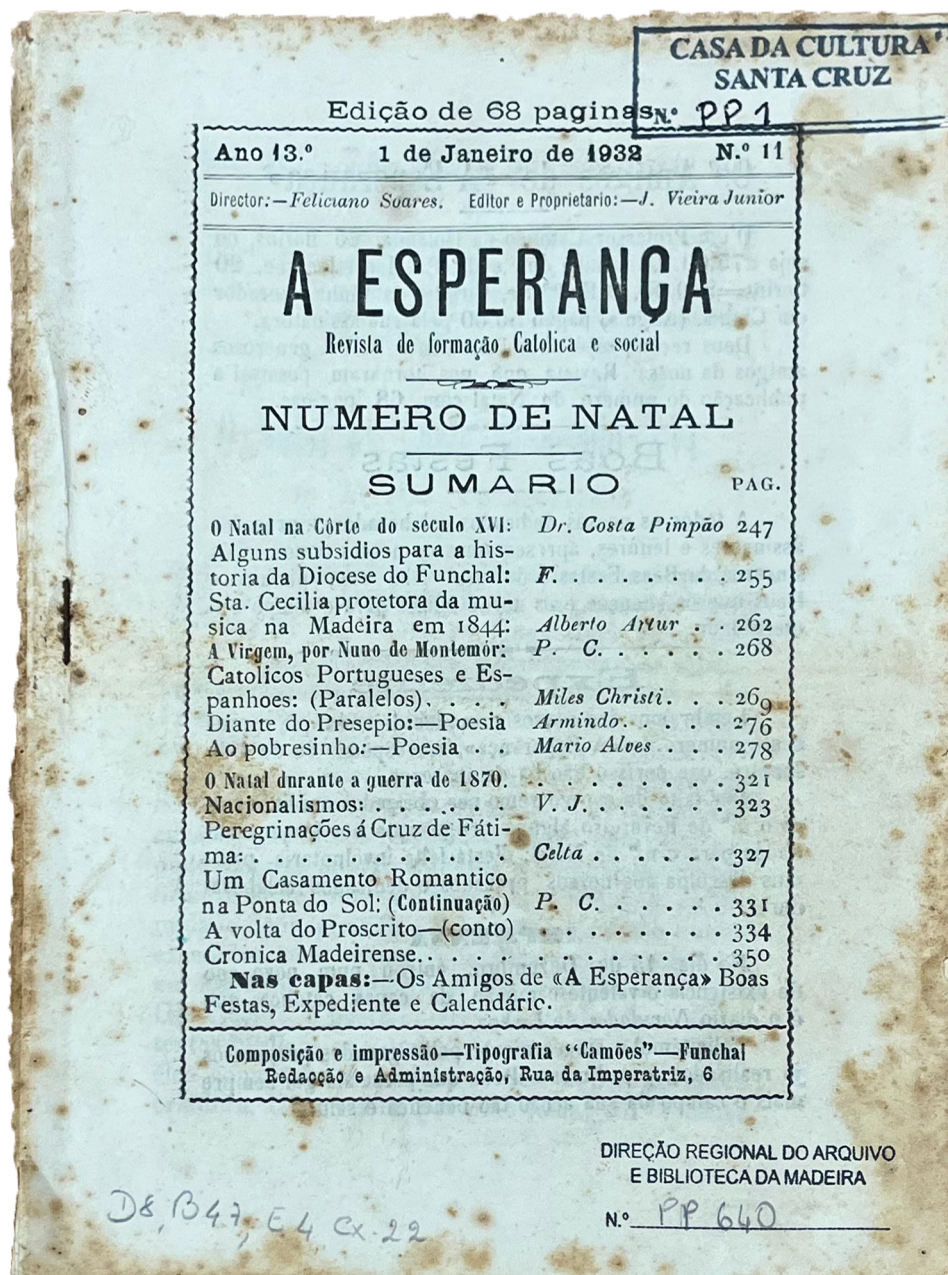
Imagem 12. A capa da edição de Natal de 1924



Fonte: *A Esperança*, 25-12-1924, ano 6.º, n.ºs 20-21, capa.

Entre o 13.º (1931-1932) e o 19.º ano (1937-1938), as capas da edição natalícia seguem o quinto modelo utilizado nas edições regulares, com o acrescento de «Número de Natal» antes do sumário de matérias.

Imagem 13. A capa da edição de Natal de 1931-1932



Fonte: A Esperança, 01-01-1932, ano 13.º, n.º 11, capa.

Já a contracapa d'A Esperança é relativamente mais simples de descrever. Durante o primeiro ano (1919-1920), esta foi exclusivamente composta pelo calendário da Diocese do Funchal, um calendário mensal com anotações santorais e litúrgicas, pejado de invocações semanais e mensais, com recomendações de jejuns e abstinências e de dias de indulgências. Com o passar dos tempos, a complexidade do calendário reduziu, permanecendo exclusivamente o santoral.

Com a entrada no segundo ano (1920-1921) e o início de uma nova periodicidade, dado que a revista passou de mensal a quinzenal, o calendário na contracapa intercalou com textos iniciados ou na contracapa ou no verso desta. Presume-se que os editores não consideraram necessário imprimir o calendário em duplicado ou solicitar que fosse elaborado um calendário quinzenal. Assim, a contracapa passou a conter adivinhas, poemas, crónicas, avisos e publicações de outros textos relativos à vida da revista. A partir do oitavo ano (1926-1927), com a simplificação do calendário, é possível observar contracapas que distribuem o espaço entre o santoral e os textos.

Dimensões

Paulo Alves, no seu estudo relativo à imprensa católica nas primeiras décadas do século XX, referiu que a dimensão das revistas estava intimamente associada às máquinas de impressão e ao papel utilizado na tipografia comissionada por determinada publicação. Assim, as administrações dos periódicos concertavam as suas escolhas com as gráficas, ao escolher tamanhos, formatos e tipos de papel, consoante, claro, a acessibilidade da matéria-prima e as finanças das próprias administrações²⁶³.

Atente-se que *A Esperança* não apresentou dimensões standardizadas ao longo do seu tempo de publicação, algo que esteve certamente interligado com as dificuldades económicas do pós-Primeira Guerra Mundial e a carestia de papel, mas também com a constante falta de liquidez da revista. Em valores obtidos por amostragem, refira-se que o volume da revista de menores dimensões, medindo 19,5 cm de altura por 13 cm de largura, corresponde ao primeiro número do sétimo ano (de 1 de março de 1925). Por contraposição, o volume de maiores dimensões foi registado no número 22 do quinto ano (de 15 de janeiro de 1924), medindo 21,5 cm de altura e 16,5 cm de largura.

É interessante notar que mesmo esta questão das dimensões tem uma historicidade própria. No último número do sétimo ano (de 15 de fevereiro de 1926), o P.^e Henri Janssen informou que a partir do número seguinte os volumes sairiam num formato menor, «para assim ter um aspecto mais belo, artistico e atrahente»²⁶⁴. Tal redução foi concretizada: o último número do sétimo ano media 21,5 cm de altura por 15,5 cm de largura; já o volume seguinte, o primeiro do oitavo ano (de 1 de março de 1926), diminuiu para 19,5 cm de altura por 13,5 cm de largura. Esta foi uma

²⁶³ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 183.

²⁶⁴ Miles Christi, 15-02-1926, «O Proximo Aniversario de "A Esperança"», in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 24, p. 408.

ideia que partira dos leitores da revista, a acreditar num singelo apontamento: «Foi-nos dito a miude e acreditamos piamente que convinha reduzir o formato da nossa Revista para torná-la mais leve, cómoda, ágil e portátil. Gostosamente obedecemos hoje ás indicações que nos foram dadas, desejando apenas que «A Esperança» do seu novo vestido agrade aos nossos leitores»²⁶⁵. Segundo o P.^e «António» (Antoine?) Labarre, que escreveu desde Túnis, «o novo formato é o “de La Revue des Jeunes” de Paris, e também, se não me engano, o dos “Estudos” de Coimbra», incluindo um elogio pela renovação gráfica e o desejo de que *A Esperança* «chegue a ter o mesmo valor que as duas revistas supracitadas»²⁶⁶. Dado a relevância tanto da *La Revue des Jeunes* (1915-1944) como dos *Estudos* (Coimbra, 1922-1970) no paradigma das publicações católicas, não seria de estranhar que modelos nacionais e internacionais fossem copiados pela *A Esperança*, ainda que não se possa confirmar tal situação²⁶⁷. A mudança foi percebida também por outras publicações. *O Rosario* (Lisboa, 1907-1959), dois anos após a redução das dimensões, louvou a dita transformação: «A Esperança – Muito nitidamente impressa, de formato que a torna facilmente manuseável e até transportável na algibeira, bem redigida, com secções variadas e interessantes[.] A Esperança honra a imprensa católica portuguesa»²⁶⁸.

Periodicidade

A Esperança principiou a sua publicação a 1 de março de 1919 e concluiu, com uma suspensão que se revelou definitiva, a 1 de outubro de 1938. Regista-se, assim, que a publicação da revista subsistiu durante 20 anos, anos esses que se iniciavam em março e terminavam em fevereiro do ano “civil” seguinte. Esta longevidade apresenta-se como uma anomalia, de acordo com o estudo de Paulo Alves, pois a maioria das publicações católicas fundadas entre 1919 e 1926 persistiram somente um ou dois anos²⁶⁹.

Durante estas duas décadas, a revista contou com uma dupla periodicidade: mensal e quinzenal. Fruto das dificuldades inerentes à sua fundação e seguindo o modelo do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, *A Esperança* constituiu-se, durante

²⁶⁵ «Echos da Vida de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 9.

²⁶⁶ Antonio Labarre, 15-04-1926, «“A Esperança” em Tunis», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 4, p. 78 (suplemento).

²⁶⁷ Sobre o papel da *La Revue des Jeunes* no movimento intelectual católico francês consulte-se FOUILLOUX, 1997, «Intellectuels Catholiques? [...]», p. 17, e acerca da relevância dos *Estudos* ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 48, nota 109 e p. 688.

²⁶⁸ «A Esperança», 01-03-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, verso da contracapa.

²⁶⁹ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 155.

o primeiro ano, como uma publicação mensal. Assim sendo, entre março de 1919 e fevereiro de 1920, imprimiram-se 12 volumes, todos com a data de publicação correspondente ao primeiro dia de cada mês.

Todavia, logo no primeiro número do segundo ano (de 1 de março de 1920), a administração decidiu aumentar a periodicidade da revista e convertê-la numa publicação quinzenal. Para tal, alegou que:

«Apesar de tanta miseria, instados por almas generosas que sabem apreciar os benefícios da Boa Imprensa, ousamos, tentar um esforço para melhorarmos a nossa humilde revista, e este primeiro esforço de a fazer chegar às mãos dos nossos excelentíssimos e benevolos assinantes e leitores, 2 vezes por mez; pois sendo esta publicação catolica a unica da Ilha, neste momento, pouco alcance teria continuando a ser mensal como até agora»²⁷⁰.

A justificação – de uma tentativa de evangelização mais acicatada – compensaria todo o esforço financeiro que a bimensalidade acarretaria. Assim, entre 1 de março de 1920 e 15 de junho de 1926, entre o segundo e meados do oitavo ano de publicação, deram-se à estampa, anualmente, 24 volumes, intercalando as datas de publicação entre o primeiro e o décimo quinto dia de cada mês.

Contudo, a periodicidade quinzenal foi interrompida no oitavo ano (1926-1927), retomando àquela inicialmente estipulada²⁷¹. As dificuldades financeiras ditaram o “retrocesso” d’*A Esperança* à qualidade de mensário: «Com muita magoa do nosso coração, seremos forçados, a partir do 1.º de Julho, a publicar apenas uma vez por mez, a nossa Revista. Esse procedimento é-nos imposto pela triste situação financeira de “A Esperança”, que lucha com um deficit de pelo menos 8 contos para o ano economico de 1926-27»²⁷². Retornou-se então à impressão de 12 volumes anuais, com data de publicação correspondente ao primeiro dia do mês. Já no derradeiro ano (1938), publicaram-se somente sete volumes, os primeiros seis sequencialmente, entre março e agosto, e o último em outubro desse ano.

Atente-se, não obstante as considerações anteriores, que esta periodicidade não foi tão regular como aparenta. A revista registou intervalos mensais, colmatando essas “falhas” através da atribuição de dois números a determinado volume. A título de exemplo, no quarto ano de publicação, do volume datado de 15 de dezembro de 1922 transitou-se diretamente para o de 15 de janeiro de 1923, suprimindo-se o de 1 de janeiro de 1923; ao volume de 15 de dezembro atribuiu-se os números 21-22 e ao de 15 de janeiro o número 23. Já no décimo sétimo ano (1935-1936), o volume de

²⁷⁰ A Administração, 01-03-1920, «Cronica Financeira», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6.

²⁷¹ Por esta razão, nesse oitavo ano, foram impressos 16 volumes e não os 24 que seriam expectáveis de uma publicação quinzenal.

²⁷² «Situação Financeira de “A Esperança”», 01-06-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 7, p. 160 (suplemento).

1 de novembro figura com os números 10-11, enquanto o de 1 de janeiro de 1936 apresenta o número 12, elidindo-se o que deveria sair em dezembro. Acrescente-se, ainda, outros casos que interromperam a periodicidade regular.

Como referido na introdução deste artigo, presume-se que o número 12 do 12.º ano, que deveria ter a data de publicação de 1 de fevereiro de 1931, não chegou a ser publicado. Não se encontraram exemplares desse volume nas quatro bibliotecas consultadas; e um apontamento posterior, a lápis, num número anterior resguardado no Arquivo e Biblioteca da Madeira indica que «[o] n.º 12 não foi publicado»²⁷³. Tais factos não provam, em si, o pequeno interregno na publicação, mas estranha-se o facto de existirem exemplares de todos os outros (por vezes somente a pequena ou a grande edição), mas nenhum deste volume. Porém, também nada aponta para que este tenha realmente sido publicado: não se fez referência nos metatextos (que aludem às dificuldades económicas de manter a publicação), nem se encontraram artigos que tivessem principiado nos volumes anteriores e que culminassem nos seguintes, algo muito comum n'A *Esperança*. Mais, registre-se tanto a crise financeira na Madeira decorrente do *crash* da bolsa de Nova Iorque, com o Banco Henrique Figueira da Silva a encerrar, no final do ano anterior, como a referência da administração d'A *Esperança*, no décimo número (de 1 de dezembro de 1930), afirmando não saber se conseguiriam publicar o volume de janeiro, a edição de Natal, por conta das suspensões dos pagamentos do referido banco²⁷⁴. Atendendo aos exemplos do parágrafo anterior, não se admira este salto mensal, principalmente quando o número 11 (de 1 de janeiro de 1931) correspondeu à edição de Natal que recebia, tendencialmente, uma dupla numeração dado o maior número de páginas. Estranha-se, sim, a inexatidão da numeração: os casos reportados anteriormente estabelecem que, no caso de um salto mensal, um dos volumes recebia dois números – ao longo da vida da revista conhecem-se volumes com a numeração “5-6”, “6-7”, “7-8”, “10-11”, “20-21” e “21-22”); contudo, tal não aconteceu nesse ano, pois o volume de 1 de janeiro de 1931 não possuía a indicação de que este se tratava do número 11-12 do 12.º ano. Como se tratava do último volume do ano e a numeração reiniciava a cada março (o que comprovaria a existência, ou não, de um número em falta, no caso de um salto na sequência dos algarismos) e não se registaram artigos que continuaram no volume do ano seguinte (o que comprovaria que os artigos haviam

²⁷³ A *Esperança*, 01-01-1931, ano 12.º, n.º 11, capa, no volume guardado no Arquivo e Biblioteca da Madeira.

²⁷⁴ Sobre este assunto consulte-se FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX [...]»; já a repercussão n'A *Esperança* poderá ser observada em «Expediente», 01-12-1930, in A *Esperança*, ano 12.º, n.º 10, verso da capa.

princiado naquele em falta), é impossível sem a documentação administrativa ter a certeza se este foi, ou não, efetivamente publicado.

Já nos últimos três anos, a direção adotou uma prática comum, como referiam, em periódicos semelhantes: a de não publicar durante um mês para que os colaboradores e os elementos da administração descansassem. No volume de 1 de agosto de 1936, informou-se: «Em conformidade com o uso quasi geral adoptado pelas revistas portuguezas, o numero de 1 de Setembro de “A Esperança” não ha-de aparecer. Assim os directores e dedicados colaboradores da nossa Revista hão-de gozar umas férias bem merecidas e as finanças de “A Esperança” poderão equilibrar-se mais facilmente»²⁷⁵. Esta interrupção para férias repetiu-se nos anos subsequentes; e, no penúltimo ano, as “férias” duraram dois meses, entre agosto e setembro, por três razões:

- «1.º para dar algum descanso aos nossos dedicados colaboradores, que foram incansáveis em nos ajudar durante o ano inteiro;
- 2.º por falta de verba que nos permita publicar «A Esperança», como tanto desejaríamos, durante os meses de verão;
- 3.º por causa da ausencia do redactor-chefe de «A Esperança» e pela dificuldade de encontrar quem o substitua»²⁷⁶.

Um outro hiato no calendário editorial ocorreu aquando da publicação da edição especial associada à celebração natalícia. Como já notado anteriormente, era comum suprimir-se um dos volumes nos meses de dezembro ou janeiro. A justificativa para tal nunca foi explicitada, contudo parece lógico que o gasto adicional, decorrente de um volume com um maior número de páginas, recorrendo a tintas coloridas e incluindo gravuras, fosse compensado através de uma pausa mensal no volume anterior ou no subsequente. Assim, no sexto ano de publicação (1924-1925) o número que deveria ter a data de 15 de dezembro foi somente publicado a 25 desse mês; no ano seguinte, o de 15 de dezembro de 1925 foi adiado para 25 de dezembro e suprimiu-se o volume de 1 de janeiro de 1926; no 11.º ano (1929-1930) imprimiram-se os volumes de 1 de dezembro, 25 de dezembro (que correspondia ao de 1 de janeiro) e de 1 de fevereiro; e, no 19.º ano (1937-1938), publicou-se somente um volume, a 20 de dezembro de 1937, elidindo-se aqueles correspondentes a 1 de dezembro e de 1 de janeiro de 1938.

Associada a esse hiato natalício, refira-se uma ocorrência no quarto ano (1922-1923). O número 20 desse ano (de 15 de dezembro de 1922) foi maior do que

²⁷⁵ «Expediente», 01-08-1936, in *A Esperança*, ano 18.º, n.ºs 5-6, verso da capa.

²⁷⁶ «Expediente», 01-07-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.ºs 5-6, verso da capa.

o esperado, com 36 páginas em vez das 28 habituais. Assim o foi para «compensarmos os nossos queridos leitores pela falta do numero de 1.º de Janeiro, 1923, que sentimos imenso não poder publicar»²⁷⁷. A falta do volume seguinte estava associada à quadra natalícia que se aproximava e ao «Aniversario do V Centenario da Descoberta da Madeira», pelo que «o pessoal operário da typografia em que se imprime a nossa Revista, não pode comprometer-se, por falta de tempo, a compor a Revista no tempo marcado»²⁷⁸.

Não obstante as datações referidas ao longo deste artigo, há evidências de que as datas de publicação, estampadas nas capas, nem sempre correspondiam à data em que o periódico era disponibilizado ao público. Refiram-se alguns exemplos que comprovam tal afirmação. No quarto ano (1922-1923), acrescentou-se um pequeno apontamento ao número 12, cuja data na capa é a de 15 de agosto de 1922 – data essa que segue a sequência editorial de uma revista bimensal, logo, encontra-se correta –, no qual pediam desculpa por um atraso: «Por motivo alheio á nossa vontade, o presente numero d'A *Esperança* sai com atrazo d'alguns dias, do que pedimos desculpa aos nossos leitores»²⁷⁹. Tal acréscimo só teria sido possível se a revista não saísse mesmo no dia que figura na capa. O mesmo aconteceu no ano seguinte, no terceiro número, datado de 1 de abril de 1923 (novamente, adequado à sequência de publicação): «Por causa da Semana Santa e da gréve do pessoal do [navio] "Lima", saiu "A Esperança" com alguns dias de atrazo, de que pedimos desculpa aos nossos prezados leitores»²⁸⁰. No número 11 do 13.º ano, aparece a insólita referência de: «Lembramos os nossos prezados leitores que o presente numero de "A Esperança", corresponde ao de 1 de Janeiro, que por isso não ha de aparecer», indicando que esse volume seria suprimido²⁸¹; porém, a data que figura na capa é mesmo a de 1 de janeiro de 1932 e tanto o volume de dezembro de 1931 como o de fevereiro de 1932 foram efetivamente publicados. Provavelmente, tratando-se da edição de Natal, a pretensão fora que o volume tivesse sido disponibilizado no final de dezembro, algo que acabou por não acontecer, tendo o aviso permanecido sem que o tivessem corrigido. No ano seguinte, a situação repetiu-se, com a informação de que o volume correspondente a 1 de janeiro não seria publicado exatamente no volume que data de 1 de janeiro de 1933²⁸².

²⁷⁷ «Crónica Madeirense», 15-12-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 20, p. 464.

²⁷⁸ «Crónica Madeirense», 15-12-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 20, p. 464.

²⁷⁹ «Em atrazo», 15-08-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 12, p. 257.

²⁸⁰ «Atrazo», 01-04-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 3, verso da capa.

²⁸¹ «Expediente», 01-01-1932, in *A Esperança*, ano 13.º, n.º 11, verso da capa.

²⁸² «Expediente», 01-01-1933, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 11, verso da capa.

Contudo, apesar de interrupções, saltos, e datações que poderão não corresponder à realidade, o estudo da periodicidade d'*A Esperança* releva o zelo da sua equipa editorial, na constância de a publicar mensal ou bimensalmente, ao longo de duas décadas.

Pequena e Grande Edição

Desde os seus primórdios que a equipa editorial d'*A Esperança* pretendia aperfeiçoar a revista. A "Redação" assim o referiu no final do segundo ano: «Quanto a nós, não descançaremos enquanto a nossa querida Revista não aparecer ampliada e melhorada e não corresponder assim aos esforços dos nossos dedicados amigos»²⁸³. Essas intenções traduziram-se num gradual, mas notório, incremento do número de páginas, impressas mensal ou bimensalmente. Contudo, o crescimento esbarrou contra um entrave inultrapassável: as dificuldades económicas da população madeirense.

No final do quarto ano de publicação (1922-1923), a administração da revista declarou que tanto o preço do papel como os custos de produção, levaram à ponderação de se publicar duas edições d'*A Esperança*: «Subindo constantemente o preço do papel e a mão d'obra, resolvemos tirar duas edições: uma para os assinantes que pagarem de 5\$ a 7\$000 inclusos, com 20 paginas inculindo [sic] as capas e a outra de 28 paginas incluindo as capas, para quem pagar de 7\$000 para cima»²⁸⁴. No número seguinte, a explicação desta distribuição assentou no «preço alto da assinatura que nos levou a adoptar as 2 edições diferentes para não perdermos os nossos assinantes»²⁸⁵. Deste modo, os menos possidentes poderiam continuar a pagar a assinatura e a receber a revista, enquanto os mais possidentes teriam uma "recompensa", um volume com um maior número de páginas correspondente ao pagamento de um valor superior.

Assim, com o início do quinto ano (1922-1923) passou-se, então, a publicar duas versões do mesmo número, com valores de assinatura distintos: «5\$000 [reais] para a pequena edição e 10.000 para a grande edição para não ver fugir, sem *Esperança*, os desherdados da fortuna»²⁸⁶. As edições eram essencialmente semelhantes, com os mesmos artigos de fundo; a diferença residiu num suplemento, intitulado

²⁸³ A Redação, 01-01-1921, «Anno Novo e Anno Velho», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 21, p. 161.

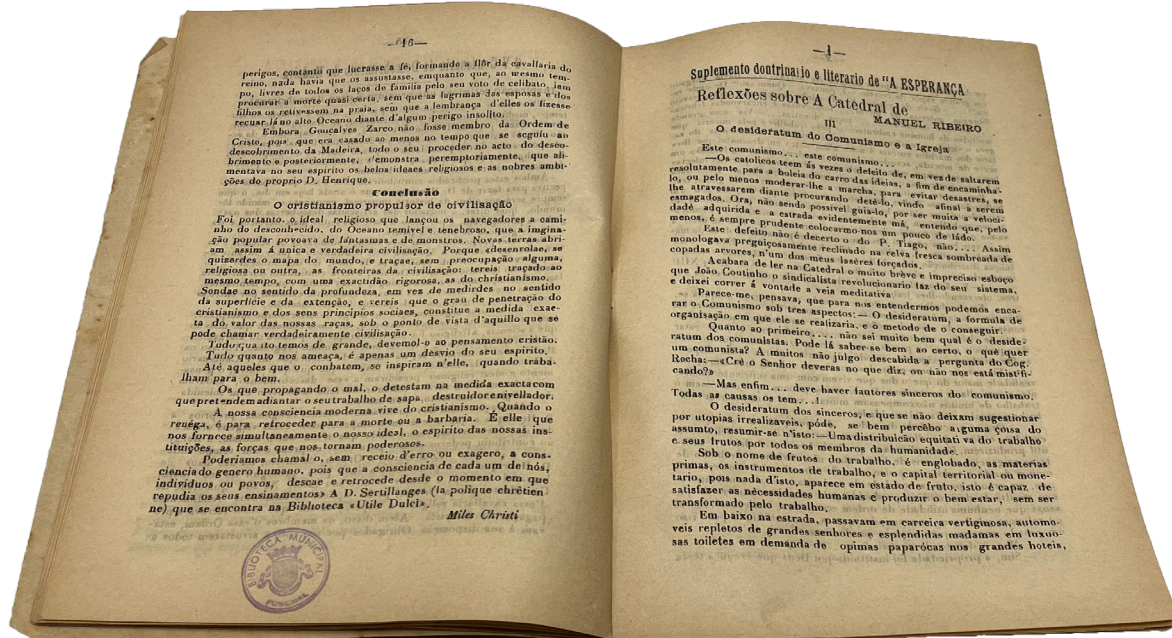
²⁸⁴ «Subscrição dos Amigos d'"*A Esperança*"», 01-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 23, verso da contracapa.

²⁸⁵ «Subscrição dos Amigos d'"*A Esperança*"», 15-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 24, verso da capa.

²⁸⁶ «Subscrição dos Amigos d'"*A Esperança*"», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa.

«Suplemento doutrinário e literário de “A Esperança”», que adquiriu uma numeração própria das páginas, sendo este composto por outros textos. Com o tempo, este acrescento perdeu a designação original, mas manteve a numeração individualizada.

Imagem 14. O «Suplemento doutrinário e literário de “A Esperança”»



Fonte: *A Esperança*, 01-03-1923, ano 5.º, n.º 1, pp. 16 e 1 (suplemento).

Nota: Observe-se a dupla numeração de páginas, no topo.

Não é fácil distinguir os artigos – na sua tipologia textual, teor ou conteúdo – que figuravam na pequena edição²⁸⁷ ou que eram escolhidos para o «Suplemento». O autor F. S. – será Feliciano Soares, a escrever ainda antes de ser diretor da revista? – no editorial inicial do sétimo ano de publicação (1925-1926) estabeleceu uma certa divisão:

«Os nossos leitores pertencem aos mais diversos graus de cultura. E a todos prezamos igualmente. Assim tendo em vista afastarmo-nos o menos possível, do nosso fim que é o da realização duma aula essencialmente para o povo, organizamos um *Suplemento literario e doutrinario* que adicionamos á nossa edição popular, tentando assim satisfazer os dois fins: escrever para o povo e escrever para os que teem habito dum genero de leitura em que a forma se cultiva com mais esmero, com mais minucioso cuidado»²⁸⁸.

²⁸⁷ A designação de «pequena edição» e de «grande edição» foi referida logo no primeiro número do quinto ano em «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa. Ainda que esta distinção não tenha sido aplicada uniformemente ao longo da publicação nem figure na capa, optou-se por diferenciar dessa maneira as duas versões de um só número.

²⁸⁸ F. S., 01-03-1925, «Mais uma Pagina de Vida», in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 1, p. 2, itálicos no original.

Tal explica a razão de colunas sobre a atualidade, como era o caso da «Crónica Madeirense», raramente terem sido exclusividade do suplemento, sendo disponibilizadas a todos os compradores d'A *Esperança*.

Uma outra divisão do periódico foi ainda idealizada. No mesmo texto, de F. S., o articulista deu conta de que «[s]e tanto nos ajudassem, publicaríamos duas edições completamente separadas, uma destinada aos campos e outra reservada aos nossos assinantes da cidade»²⁸⁹. Divisão essa associada ao presumido diferente grau cultural entre os assinantes rurais e urbanos. Todavia, esta pretensão nunca foi concretizada.

Número de Páginas

Desde a fundação da revista que o número de páginas que compunham determinado volume era um parâmetro bem considerado. Relembre-se que uma das justificações para a fundação d'A *Esperança* radicou nos gastos avultados com a produção do *Boletim Eclesiástico da Madeira*. Este findou a sua publicação imprimindo 20 páginas mensais (contabilizando a capa e o seu verso e a contracapa e o seu verso) e *A Esperança* principiou publicando 12 páginas por mês. Como já referido, a dita redução procurava essencialmente minorar os gastos de produção, através de uma diminuição do papel utilizado, da impressão e da mão de obra tipográfica. Porém, foi somente nesse primeiro ano que se manteve o número reduzido de páginas.

Ao longo dos 20 anos de publicação, o número de páginas foi sempre aumentando. Esse facto foi, por diversas vezes, referido nos metatextos. Logo no terceiro ano (1921-1922) «“A Esperança” aparece amppliada com 4 paginas»²⁹⁰, o que aumentava o custo de produção e preocupava a administração: «Mas se com 8 paginas o deficit era de 700\$000 rs. o que não será com 12 paginas? Nem sequer ousou pensar n'isso. Há de subir até perto de dois contos»²⁹¹. Assim, no final do terceiro ano, a revista era publicada já com 24 páginas, o dobro do número inicial.

Com a introdução das duas edições, procedeu-se a uma distinção no número de páginas: a pequena edição era composta por 20 páginas enquanto a grande era constituída por 28 páginas. Uma assimetria que se manteve até ao fim da publicação, apesar do número de páginas crescer continuamente.

²⁸⁹ F. S., 01-03-1925, «Mais uma Pagina de Vida», in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 1, p. 2.

²⁹⁰ Miles Christi, 01-03-1921, «O Canto da Esperança», in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 1, p. 1.

²⁹¹ «Queremos e Devemos Viver», 01-03-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 1, p. 12. Atente-se que, numa primeira fase, a contabilização do número de páginas fazia-se sem contar com a capa e o seu verso e sem a contracapa e o seu verso. Só mais tarde, com a divisão entre pequena e grande edição e a aposição do número de páginas na capa, é que se passou a incluir tudo.

No oitavo ano (1926-1927) procedeu-se ao primeiro aumento: a pequena edição manteve as suas 20 páginas, mas a grande passou para 44 páginas. No ano seguinte, novo aumento: 36/60 páginas, relativamente à pequena e à grande edição, respetivamente; valor esse que estabilizou até ao 13.º ano (1931-1932). No 14.º ano (1932-1933), as dificuldades financeiras ditaram um retrocesso, tendo as edições 36/52 páginas. Já um dos maiores volumes foi o número 12 do décimo ano (de 1 de fevereiro de 1929), com 44/72 páginas.

Atente-se que, de devido à sua natureza, as edições especiais de Natal possuíam um maior número de páginas: a título de exemplo, no sétimo ano (1925-1926), a edição grande do número 19 (de 1 de dezembro de 1925) teve 28 páginas, já o número seguinte, o 20-21 (de 25 de dezembro de 1925), era composto por 55 páginas.

Como referido, a partir do 14.º ano, o número de páginas reduziu para 36/52 páginas. Tal deveu-se à necessidade premente de contenção de gastos por parte da administração da revista. No penúltimo ano (1937-1938) procurou-se recuperar as 36/52 páginas, publicando-se determinados números com 44/60 páginas (como os datados de 1 de março e de 1 de outubro de 1937). Já no último ano, a maioria das edições teria 36/52 páginas, excetuando os números 5 e 6 (de 1 de julho e 1 de agosto de 1938), que somente foram publicados com 36 páginas²⁹². Já no derradeiro número, a grande edição – infelizmente não se conseguiu aceder à pequena, nem se sabe se na sequência dos dois números anteriores só existiu uma única edição – foi publicada com 60 páginas.

Edições Especiais

Além das edições regulares, publicadas consoante a periodicidade estabelecida e sem motivos ou temáticas específicas, foram impressas edições especiais d'A *Esperança*. É possível classificá-las em três tipologias distintas: a edição natalícia da revista, a comemoração do dia de S. Vicente de Paulo e o caso singular da publicação de um conjunto de conferências ocorridas em 1924.

²⁹² No quinto número do 20.º ano (de 1 de julho de 1938) a equipa editorial explicou o porquê de somente ter publicado uma edição com 36 páginas: «Sentimos não poder apresentar aos nossos prezados assinantes que se nos conservaram fieis, senão 36 paginas de leitura em vez das 52 habituais. A falta de recursos obriga-nos a impor-lhes este sacrifício», em «Expediente», 01-07-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 5, verso da capa. A mesma explicação não consta do número seguinte (de 1 de agosto), porém, presume-se que terá ocorrido o mesmo, como já referido na introdução deste artigo.

Nos primeiros quatro anos de publicação (1919-1923), a revista não emitiu nenhuma edição especial. Apesar dos números de dezembro poderem possuir algum texto de teor natalício, somente no quinto ano, se publicou uma edição especial, um «Numero de Natal Ilustrado 1923»²⁹³. Nos anos de 1924-1925 e de 1925-1926 (o sexto e sétimo anos de publicação), a edição de Natal datou de 25 de dezembro. O regresso à qualidade de mensário, no oitavo ano (1925-1926), levou a que o volume natalício saísse, tendencialmente, com a data de 1 de janeiro²⁹⁴. Presume-se que tal situação esteja associada ao excesso de trabalho da Tipografia Camões na quadra natalícia, tal como aconteceu no quarto ano (1922-1923): «Com efeito n'esta quadra das Festas, e do Aniversario do V Centenario da Descoberta da Madeira, o pessoal operário da typografia em que se imprime a nossa Revista, não pode comprometer-se, por falta de tempo, a compor a Revista no tempo marcado»²⁹⁵.

A edição de Natal era sempre celebrada com gáudio, tanto pelo valor doutrinário dos textos como pela estética implementada, pelo que o risco de não ser publicada causava uma certa tristeza à administração:

«Encontramo-nos n'uma dolorosa incerteza a respeito do aparecimento do n.º de Natal de "A Esperança"

D'um lado desejamos vivamente oferecer aos nossos caros leitores um valioso e volumoso numero comemorativo do Natal de Jesus, e d'outro lado, por causa da suspensão de pagamento do banco "Henrique Figueira da Silva", onde se encontra todo o dinheiro destinado a este fim, estaremos talvez na impossibilidade de o fazer.

Entretanto, mesmo na peor das hipóteses, sempre "A Esperança" ha de aparecer, embora seja com um numero reduzido de paginas.

E no caso de a vida bancaria se normalisar completamente, hemos de aparecer com um numero realmente valioso e volumoso»²⁹⁶.

A edição natalícia consistiu num volume com maior número de páginas, acompanhado de fotogravuras e de secções de anúncios. A própria capa, como já explorado, distou das versões normais e alguns dos volumes comemorativos foram totalmente impressos a cores, como aquele inaugural, no quinto ano (1923-1924), cuja capa ganhou a tonalidade de vermelho acastanhado e todo o texto a de azul; ou o do

²⁹³ *A Esperança*, s.d., ano 5.º, n.ºs 20-21, capa.

²⁹⁴ Conhecem-se duas exceções após o oitavo ano: no décimo e no 19.º ano, ostentando a data de 25 de dezembro de 1929 e de 20 de dezembro de 1937, respetivamente.

²⁹⁵ «Crónica Madeirense», 15-12-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 20, p. 464.

²⁹⁶ «Expediente», 01-12-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 10, verso da capa. Atente-se que a suspensão dos pagamentos do Banco Henrique Figueira da Silva esteve associada, como já referido, ao *crash* da bolsa de Nova Iorque.

ano seguinte, integralmente publicado a vermelho acastanhado. Já a publicidade foi frequente até ao 11.º ano (1929-1930), com anúncios a múltiplos produtos e a diversos estabelecimentos comerciais. Após o 12.º ano (1930-1931), todas estas questões gráficas deixaram de ter grande relevância, e a edição especial seguiu aquela regular, introduzindo apenas pequenas mudanças na capa e no seu conteúdo.

Como seria lógico, os números de Natal possuíam um maior número de artigos de temática natalícia, tanto crónicas, como outros textos de pendor ficcional, mais ou menos doutrinários, mais ou menos sociológicos. No número 11 do décimo ano (de 1 de janeiro de 1929) foi referido que essa edição de Natal era:

«um numero especial da nossa Revista, que dizêr, um numero mais belo que os outros, um numero que encerra leitura variada e amena, em que se lêem artigos substanciosos sobre as mais graves questões da vida dos nossos dias.

É portanto um numero VARIADO, por que n'ele a curiosidade intelectual mais exigente encontra satisfação completa nos artigos de sociologia, nos estudos religiosos, nas poesias e narrativas de viagens, nos estudos de historia local e trechos de arte e de literatura, nas biografias e noticias variadas, etc»²⁹⁷.

Constatou-se que a receção dos restantes periódicos madeirenses e nacionais aos volumes natalícios foi sempre positiva, vangloriando-se *A Esperança* por esses elogios, tal como aconteceu no décimo ano (1928-1929): «O numero de Natal de “A Esperança”, foi muito apreciado. As poucas pessoas com quem falamos no-lo disseram espontaneamente, e algumas delas até manifestaram a sua funda admiração. [/] Na imprensa, os nossos prezados colegas “Diario da Madeira”, e “Correio da Madeira” referiam-se elogiosamente ao mesmo numero»²⁹⁸.

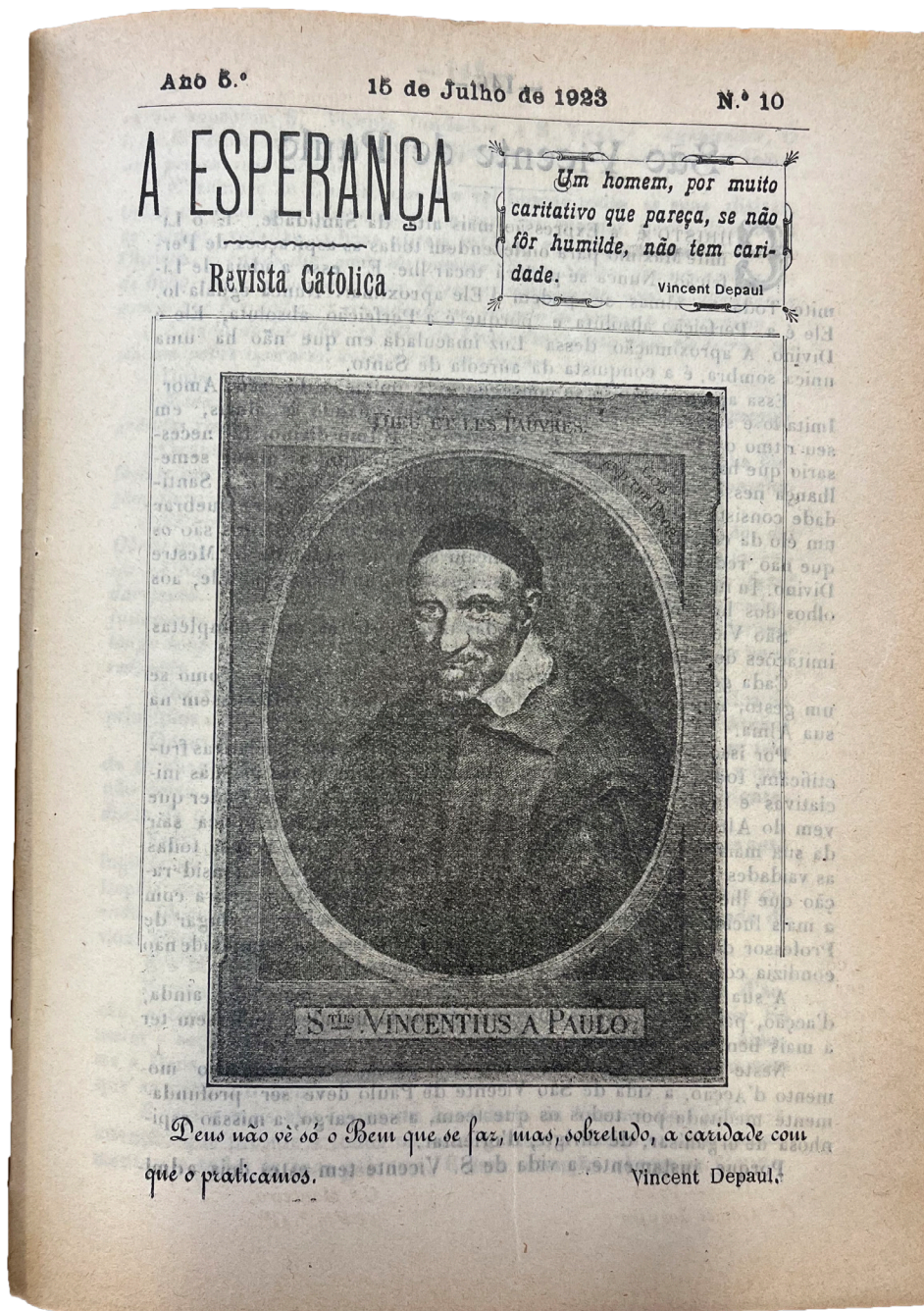
A segunda tipologia de edições especiais procurava honrar o fundador da ordem da Congregação da Missão, S. Vicente de Paulo. As poucas edições dedicadas ao dia do santo (inicialmente 19 de julho e depois 20 de dezembro)²⁹⁹ pouco se transformaram comparativamente à edição normal. Além da capa (veja-se o exemplo do sexto ano na Imagem 8, acima), publicaram-se textos relativos à biografia, feitos e ensinamentos do santo. A primeira vez que se publicou a dita edição foi no ano de 1923, no décimo número do quinto ano (de 15 de julho), repetindo-se nos dois anos seguintes, sempre no volume de 15 de julho, perto da data litúrgica de S. Vicente.

²⁹⁷ «Boas Festas», 01-01-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 11, p. 304, maiúsculas no original.

²⁹⁸ «Jornalismo», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, pp. 371-372 (suplemento).

²⁹⁹ Segundo P. V., 15-07-1924, «O Dia de São Vicente de Paulo», ano 6.º, n.º 10, p. 221 e «S. Vicente de Paulo», 01-01-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 11, p. 297 (suplemento).

Imagem 15. A edição comemorativa do dia de S. Vicente de Paulo (15 de julho de 1923)



Fonte: *A Esperança*, 15-07-1923, ano 5.º, n.º 10, frontispício.

A partir do oitavo ano deixou-se de publicar essa edição especial, apesar de se fazer alusão, esporadicamente, ao evento: no décimo ano (1928-1929), uma singela página com uma gravura do santo, uma citação a este atribuída, e informações sobre o dia litúrgico³⁰⁰; já no 11.º ano (1929-1930), um pequeno artigo sobre a celebração de três missas em honra de S. Vicente³⁰¹. Não se encontraram outras referências a esta celebração.

Por último, registre-se a edição especial associada às conferências ocorridas em 1924. A 9 de abril desse ano, o «Doutor Gonsalves Cerejeira» – Manuel Gonçalves Cerejeira (1887-1977), mais tarde elevado a cardeal e conhecido pela proximidade a António de Oliveira Salazar (1889-1970) – participou num conjunto de conferências intitulado de «Acção Social». Segundo Emanuel Janes, as palestras inseriram-se numa tentativa de propaganda do Centro Católico Parlamentar, para dar a conhecer as propostas, o intuito e as personalidades do partido³⁰². O ciclo de conferências foi organizado pela Juventude Católica da Madeira, através de Juvenal de Araújo (1892-1976), e contou com a presença do futuro cardeal Cerejeira, mas também de Salazar e de António Lino Neto (1873-1961)³⁰³, o líder do partido, além de outros indivíduos³⁰⁴. A edição especial saiu no quinto número do sexto ano, a 1 de maio de 1924, e a capa informou que se tratava de um «Numero Especial» (veja-se, acima, a Imagem 6). O volume era composto pelo texto da conferência inaugural e pela tradicional «Crónica Madeirense». *A Esperança* não deu destaque a nenhuma das restantes palestras desse ciclo, nem a outros eventos semelhantes.

Grafismo

Os artigos publicados nos diversos volumes seguiram um grafismo idêntico ao longo das duas décadas de publicação: uma coluna por página, com textos justificados às margens e títulos bem delimitados – por vezes uma discreta linha separava os

³⁰⁰ «S. Vicente de Paulo», 01-01-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 11, p. 297 (suplemento).

³⁰¹ «Festa de S. Vicente de Paulo», 01-08-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 16, pp. 187-189 (suplemento).

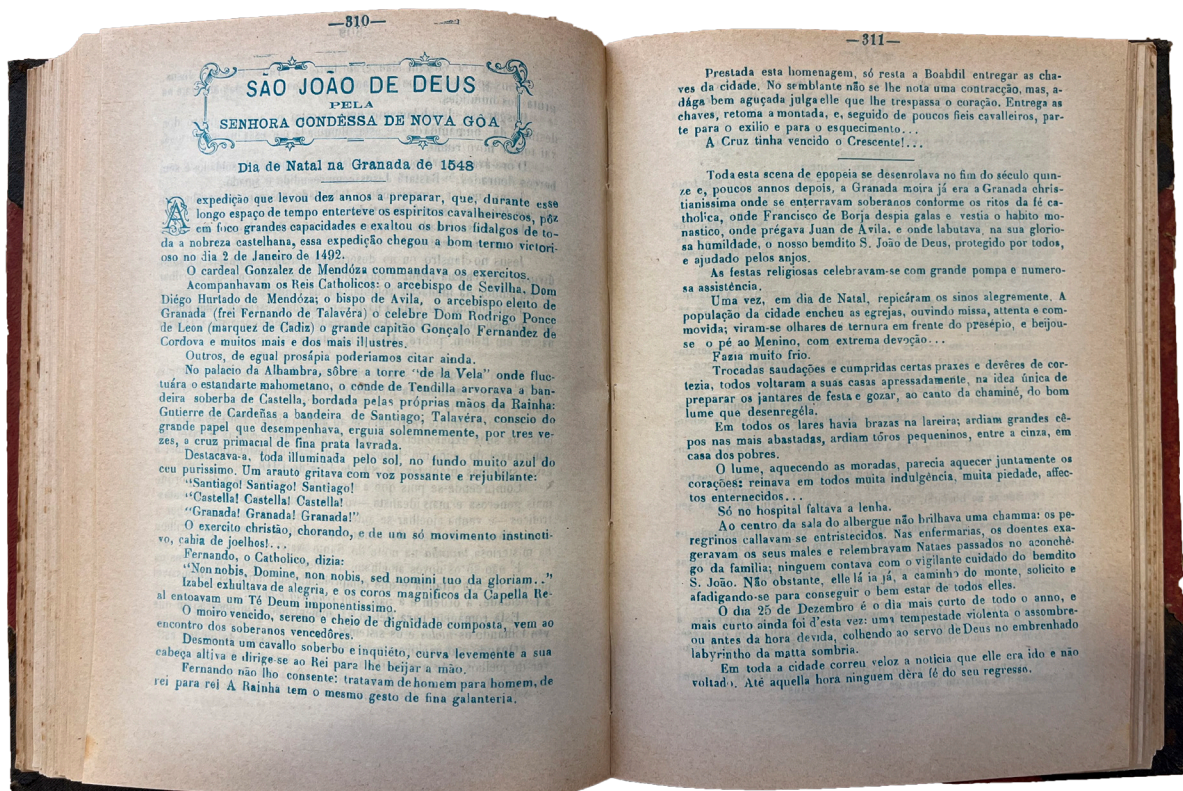
³⁰² JANES, 1996, «Cerejeira na Madeira [...]», p. 139.

³⁰³ Veja-se o relato da visita de Lino Neto e da sua conferência em «Crónica Madeirense», 01-05-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 5, pp. 120-122.

³⁰⁴ JANES, 1996, «Cerejeira na Madeira [...]», p. 139.

títulos do seu conteúdo, noutros casos aqueles foram emoldurados e ainda noutros a demarcação fez-se por um espaçamento acentuado ou através de * * *. Para realçar palavras ou expressões, os autores utilizaram negritos, sublinhados e maiúsculas. E em relação às cores, a maioria dos textos foi impressa a preto; porém, conhecem-se edições especiais com capas e textos a vermelho acastanhado e a azul.

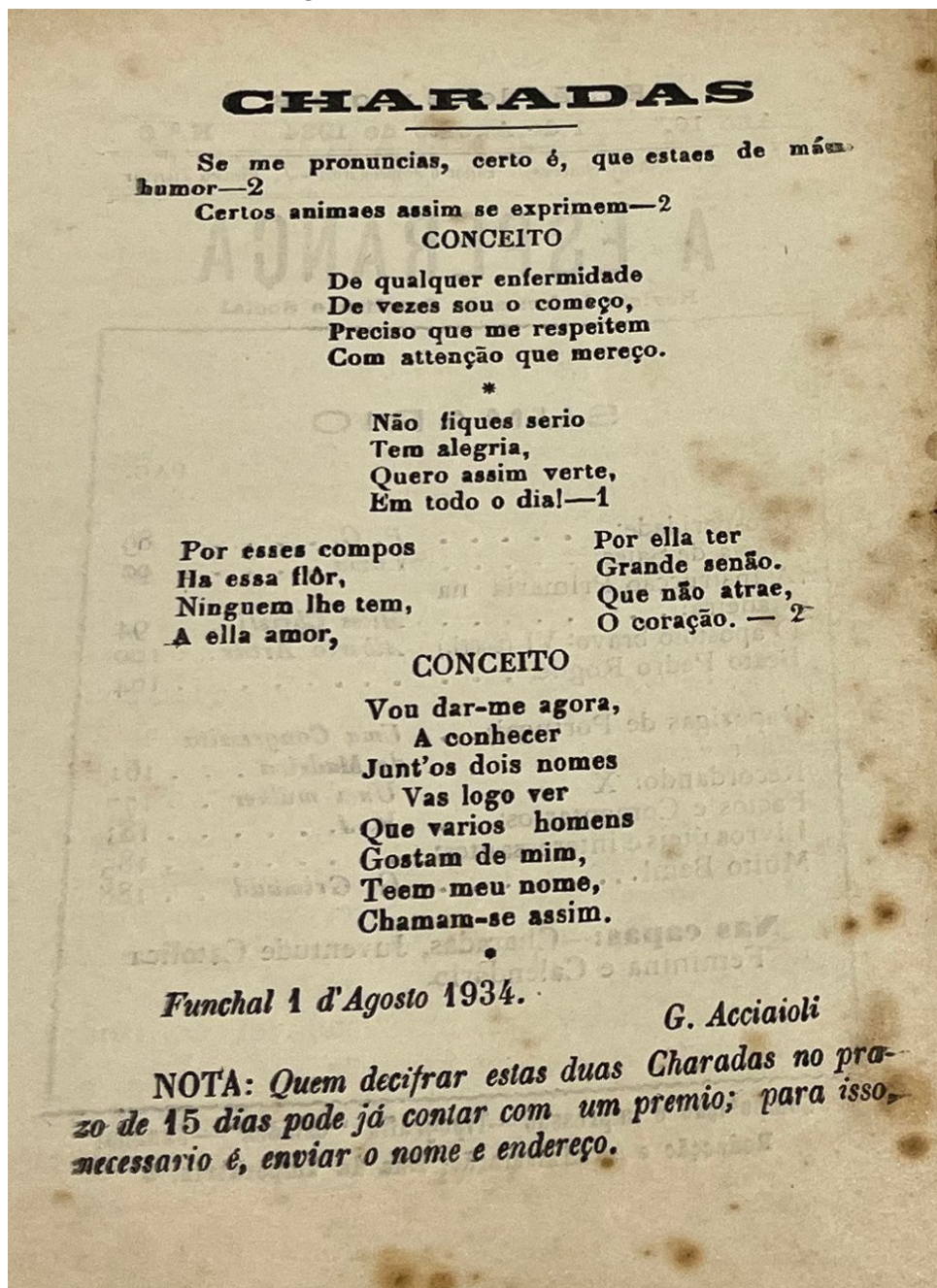
Imagem 16. A tinta azul utilizada na edição de Natal (1923)



Fonte: *A Esperança*, s.d., ano 5.º, n.ºs 21-22.

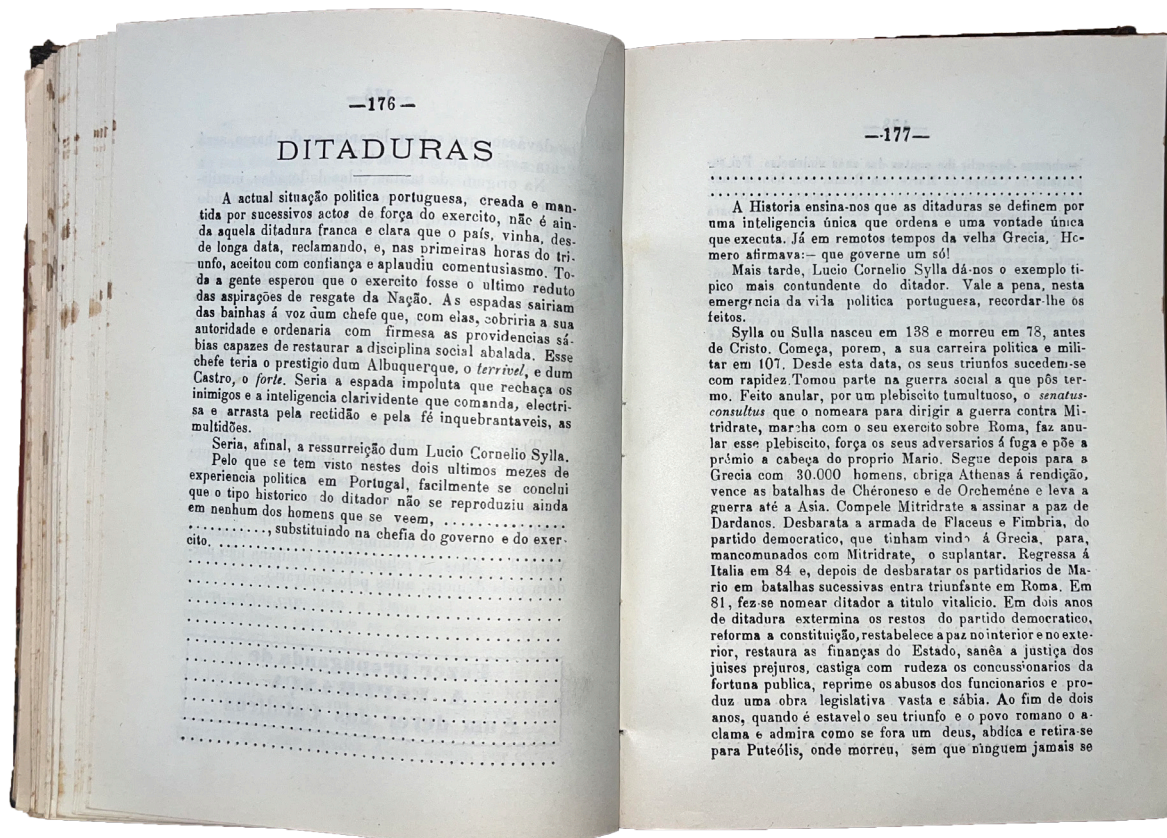
Atente-se que textos de natureza distinta, como por exemplo poemas ou charadas, possuem um grafismo que se adaptou às suas necessidades de apresentação. Por sua vez, somente no décimo número do oitavo ano (de 1 de agosto de 1926) se notaram parcelas de texto branqueadas, assinalando, como referiu Gabriel Pita, as marcas da censura da Ditadura Militar (1926-1933); uma ocorrência única em 20 anos de publicação.

Imagem 17. As charadas de G. Acciaioli



Fonte: G. Acciaioli, 01-08-1934, «Charadas», in *A Esperança*, ano 16.º, n.º 6, verso da capa. Nota: Será o autor/a destas charadas Gertrudes Acciaioli, que em 1927 pedira dispensa da cobrança das assinaturas d'*A Esperança*?

Imagem 18. A censura da Ditadura Militar (1926)



Fonte: M., 01-08-1926, «Ditaduras», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 10, pp. 176-177.

É notória a presença de gralhas ao longo da publicação, que se presume terem sido causadas por erros na tipografia. A situação chegou ao ponto de a administração ou os autores sentirem necessidade de pedir desculpa aos leitores: no sexto ano (1924-1925), depois de publicados diversos artigos intitulados «Roma e Lourdes», o P.^e Jacinto da Conceição Nunes (assinando como P.^e J. da C. Nunes) «farto já de engolir tanta gralha e tanto estropiamento que, desde o principio, teem sofrido os seus escritos, resolveu se protestar a (d'esta vez não é energicamente) contra taes diabruras tipográficas e propõe as seguintes emendas ao seu artigo», apresentando diversas correções no seguimento³⁰⁵; já no último ano, a gráfica enganou-se na paginação do primeiro número (de 1 de março de 1938), e a administração apontou que «O presente numero de "A Esperança" sendo o primeiro d'um ano novo devia ter principiado com a pagina 1 terminado com a pagina 56. Os nossos tipógrafos esqueceram-se disso e continuaram a paginar o presente numero como se fosse a

³⁰⁵ P.^e J. da C. Nunes, 15-09-1924, «Corrigindo», in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 14, p. 292.

continuação do anterior. [/] Os nossos leitores hão de perdoar esse erro involuntário, fazendo de conta que o presente numero começa com a pagina 1 e acaba com a paginas 56»³⁰⁶.

Secções

Qualquer publicação periódica, tendencialmente, possui secções, folhetins ou colunas; *A Esperança* não foi exceção. Há, no entanto, que deslindar quatro casos distintos sobre as secções da revista em análise.

O primeiro desses casos assenta na maior divisão: a constituição de uma pequena e de uma grande edição. A primeira das secções d'*A Esperança* consistiu, então, no «Suplemento Doutrinário e Literário» publicado na grande edição³⁰⁷. Como referido anteriormente, pretendeu-se que este suplemento fosse agremiador de artigos para os mais literatos, devendo, por isso, conter textos de carácter ficcional e teológico que apelassem a esses públicos. Mas não deixou de comportar, em alguns números, a «Crónica Madeirense» ou crónicas de autoria diversa, como as que figuravam na pequena edição e que eram destinadas a um público mais alargado.

A segunda “tipologia” de secções, assenta na existência de duas “colunas” de longa duração, publicadas em todos os volumes desde o seu aparecimento: a «Crónica Madeirense» e a «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”». Logo no primeiro ano, e mantendo a tradição desde o *Boletim*, a revista continha informações sobre a atualidade. Aquele que começou como «O Nosso Noticiário» evoluiu para a «Crónica Estrangeira», para a «Crónica Portuguesa» e ainda para aquela que se reportava à diocese funchalense³⁰⁸. O título adotado, para a terceira situação anterior foi o de «Crónica Madeirense»³⁰⁹, utilizado pela primeira vez no número 16 do segundo ano (de 15 de outubro de 1920); e esse foi o nome que perdurou até ao fim da publicação. Foi nesta secção que se publicaram diversas notícias sobre a vida no arquipélago nas primeiras décadas do século XX, sobre a relação d'*A Esperança* com outros periódicos e sobre a própria historicidade da revista. Já a «Subscrição» teve início no segundo

³⁰⁶ «Erro de paginação», 01-03-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 1, verso da contracapa.

³⁰⁷ O “Suplemento” perdeu a designação no segundo número do oitavo ano, de 15 de março de 1928. A sua distinção passou a ser essencialmente gráfica: um segundo frontispício, indicando o ano, o número e a data de publicação, demarcava essa separação.

³⁰⁸ «O Nosso Noticiário», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 8. Esta designação perdurou durante o primeiro ano e, por vezes, constava apenas como «Noticiário»; já a «Crónica Estrangeira» principiou no segundo número do segundo ano (de 15 de março de 1920) e a «Crónica Portuguesa» no décimo número do segundo ano (de 15 de julho de 1920).

³⁰⁹ «Chronica Madeirense», 15-10-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 16, p. 127.

número do terceiro ano (de 15 de março de 1921)³¹⁰. As dificuldades económicas da publicação, que sofria com um *déficit* ainda proveniente do *Boletim*, levou a que se criasse uma subscrição com o objetivo de auxiliar *A Esperança*. Nesta secção registaram-se, como forma de agradecimento e, presume-se, como incentivo a outros, todos os “amigos” da revista que contribuíram ou pagaram um valor superior ao da assinatura anual³¹¹. Foram também aqui declarados os custos de produção e outras informações do foro económico. Apesar de uma mudança de nome, para «Amigos d’A Esperança», no oitavo ano (1926-1927), a secção continuou até ao último volume³¹².

O terceiro tipo de secções radicou na existência de “colunas”, de duração mais reduzida e de publicação intermitente. São textos de autoria constante ou sobre uma temática, sempre escritos sob um determinado título e com uma certa regularidade. É difícil perceber quando terminaram as diversas colunas, na medida em que, se não havia uma regularidade pré-estabelecida, não se saberá quando deveriam ter sido publicadas e deixaram de o ser; situação dificultada pela existência de saltos substanciais na publicação. Refira-se, sem pretensões de exaustividade, o nome de algumas destas colunas: «Cartas da Palestina»³¹³; «Consultório de Questões Religiosas»³¹⁴; «Do Meu Postigo»³¹⁵; «Impressões de Viagem»³¹⁶; «Leitura dos Pequenininos»³¹⁷; «Relatórios» da Obra de S. Francisco de Sales ou das Damas da Caridade³¹⁸; «Secção Amena»³¹⁹; e «Secção dos Novos»³²⁰.

³¹⁰ «Subscrição a favor d’A Esperança», 15-03-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 2, contracapa. A designação de «Subscrição dos Amigos d’A Esperança» foi adotada logo no número seguinte, de 1 de abril de 1921.

³¹¹ Segundo «Os Amigos de “A Esperança”», 01-02-1927, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 16, verso da contracapa: «Parece-nos que a generosidade d’esses assinantes para com uma publicação de tão proveitosos resultados como a nossa, merece ser salientada como um exemplo a imitar».

³¹² A passagem de nomenclatura deu-se no número 16 do oitavo ano (de 1 de fevereiro de 1927).

³¹³ As «Cartas da Palestina» do P.º Ernest Schmitz descrevem a vida do lazarista durante o seu tempo na Terra Santa, após a saída do arquipélago da Madeira.

³¹⁴ O «Consultório de Questões Religiosas» transitou das páginas do *Correio da Madeira* e pretendia responder às perguntas sobre religião e moralidade que os leitores enviassem para a revista.

³¹⁵ Tratou-se de uma coluna de V. J. – será Vieira Júnior, o proprietário e editor d’A Esperança? – contendo crónicas sobre a Madeira.

³¹⁶ As «Impressões de Viagens», de *Miles Christi*, ou Henri Janssen, contavam alguns dos seus feitos numa das suas viagens aos Países Baixos.

³¹⁷ A «Leitura dos Pequenininos» era uma coluna da autoria de *Maria Francisca Tereza* onde se publicava contos para as crianças.

³¹⁸ Dada a proximidade da Congregação da Missão, tanto com a Obra de S. Francisco de Sales como com as Damas da Caridade, publicou-se, anualmente, um relatório da sua atividade.

³¹⁹ A «Secção Amena» continha textos impressos originalmente em francês, no *La Croix*, traduzidos por *M. T. de S.*

³²⁰ A «Secção dos Novos» propunha publicar textos de jovens escritores, com o objetivo de os ajudar a desenvolver a escrita.

A última tipologia não consistiu propriamente numa secção da revista: ao longo das duas décadas, ao invés de secções observaram-se inúmeros artigos que não se concentraram num só volume. Assim, diversos textos principiaram em determinado número e só terminaram no número seguinte ou após dois números. Tal deveu-se à dimensão e complexidade dos assuntos tratados, sendo muito comum observar esses casos nos artigos hagiográficos ou proto-hagiográficos³²¹.

Publicidade e Imagem

Paulo Alves afirmou que a inserção de publicidade nas revistas e boletins católicos era mais limitada: dado que estes periódicos eram mais doutrinários que informativos, Alves especulou que o interesse das casas comerciais seria mais reduzido³²². Parece acontecer isso mesmo com *A Esperança* que só raramente imprimia anúncios a produtos, serviços e estabelecimentos comerciais. No entanto, como forma de aliviar uma balança comercial sempre deficitária, a revista procurou vender espaço na sua publicação para diversos anúncios. Por esse motivo, a administração anunciou estar disponível para aceitar publicidade no seu número de Natal de 1929, algo que seria vantajoso dado o alcance da revista: «Para esse numero especial do Natal e afim de lhe aliviar um tanto o custo extraordinário, aceitaremos de bom grado, ANUNCIOS das casas comerciaes e das empresas industriaes. [...] Notem os Ex.^{mos} Snrs. Comerciantes que um anuncio da “Esperança” penetra em quasi todas as famílias católicas da cidade e do campo»³²³. O texto informa ainda que os anúncios deveriam ser remetidos para a sede da administração ou diretamente para a Tipografia Camões.

Todavia, esta prática estava implementada desde, pelo menos, o sexto ano (1924-1925). No número 19 desse ano (de 1 de dezembro de 1924) indicou-se que no número seguinte, a edição natalícia, sairia com anúncio de «pagina, meia pagina e um quarto de pagina»³²⁴. O mesmo é dito no ano seguinte e no segundo número

³²¹ Tal como, por exemplo: «A Conversão do Pianista Hermann» sobre o carmelita Hermann Cohen (1820-1871) publicado entre o quinto número do quarto ano (de 1 de maio de 1922) e o número 19 do quinto ano (de 1 de dezembro de 1923); ou «A Vida de S. Francisco de Sales» de *José Agostinho*, publicado entre o número 12 do 17.º ano (de 1 de fevereiro de 1936) e o quinto número do 19.º ano (de 1 de julho de 1937).

³²² ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 194.

³²³ «Numero de Natal», 01-11-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 9, verso da capa, maiúsculas no original.

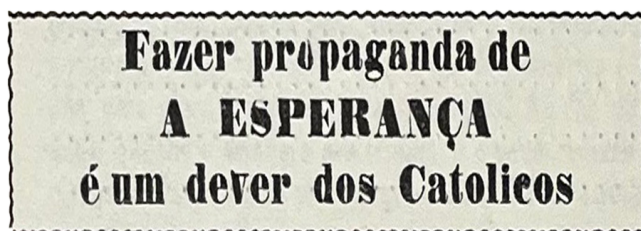
³²⁴ Nótula sem título, 01-12-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 19, p. 369.

do oitavo ano (de 15 de março de 1926), informando-se que os anúncios de página inteira custariam 40\$00 escudos, os de meia páginas 20\$00 e os de um quarto 10\$00 escudos³²⁵; tabelando-se, pela primeira vez, o custo de publicitar n'A *Esperança*. A informação sobre o custo deixou de constar dos volumes durante o nono ano (1927-1928), mas os anúncios mantiveram-se.

Atente-se, todavia, que se poderá considerar que *A Esperança* praticou três tipos de publicidade: 1.^a) publicidade sobre a própria revista; 2.^a) publicidade às atividades e aos produtos dos seus “parceiros” católicos; e 3.^a) publicidade nos termos mais tradicionais, a produtos, serviços e estabelecimentos sem relação intrínseca à revista.

O primeiro destes três tipos de publicidade assentou numa publicitação sobre a própria revista e as suas características: desse modo, informa-se onde adquirir a revista, ou anuncia-se a existência de um artigo num número futuro, incitando à compra, ou ao aproximar da publicação da edição especial de Natal. Registe-se alguns exemplos. No número 11 do sétimo ano (de 1 de agosto de 1925) anunciou-se que se publicaria no volume seguinte «[o] magnifico Artigo “A Influencia das pequenas Industrias rurais e na expressão da vida agraria” por Fernando Araujo, que, há pouco, publicou no Diario de Noticias, de Lisboa, um valioso estudo sobre a Industria dos Bordados da Madeira»³²⁶. Por sua vez, fizeram-se várias tentativas para incentivar a leitura e a compra da revista, apelando ao dever católico (Imagens 19 e 20), e informou-se que, pelo menos no 11.º ano (1929-1930), a revista poderia ser adquirida na Livraria Popular, podendo este estabelecimento também receber novas assinaturas³²⁷. Era igualmente comum promover-se o número de Natal (Imagem 21) e questionar quem pretendia colocar os seus anúncios num desses volumes³²⁸.

Imagem 19. «Fazer propaganda de A Esperança é um dever dos Catolicos»



Fonte: Nótula sem título, 01-08-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 10, p. 175.

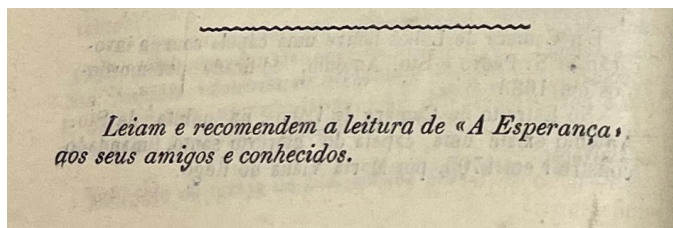
³²⁵ «Anuncios», 15-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 2, verso da capa.

³²⁶ «Terra, Trabalho e Capital Madeirenses», 01-08-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 11, p. 173.

³²⁷ «Expediente», 01-06-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 4, verso da contracapa.

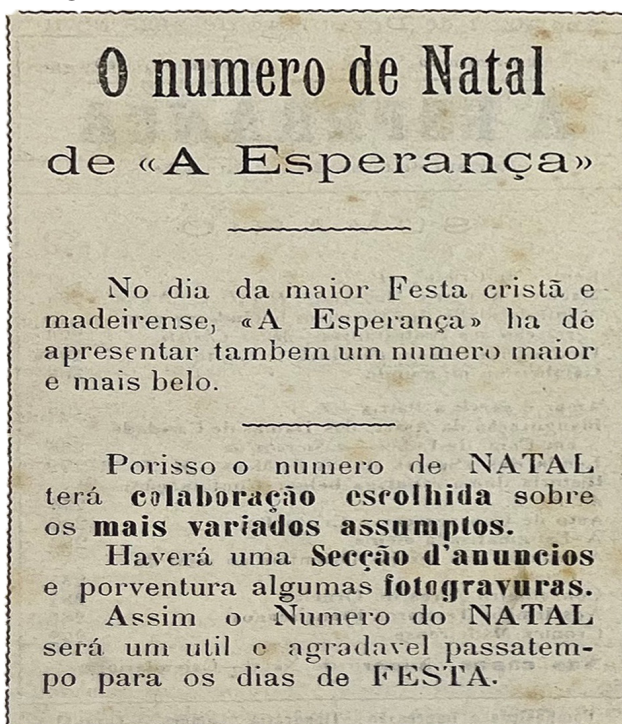
³²⁸ Nótula sem título, 01-12-1926, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 10, p. 248.

Imagem 20. «Leiam e recomendem a leitura de “A Esperança” aos seus amigos e conhecidos»



Fonte: Nótula sem título, 01-08-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 6, p. 176.

Imagem 21. Publicidade ao futuro número de Natal



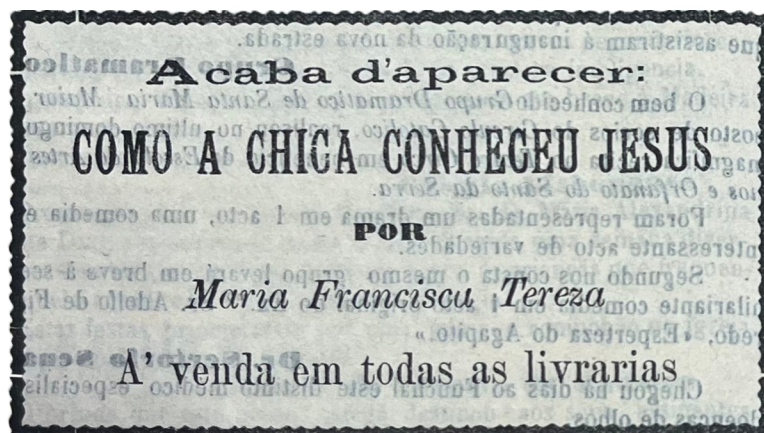
Fonte: «O numero de Natal de “A Esperança”», 01-12-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 10, verso da capa.

O segundo tipo de publicidade esteve associado a produtos ou serviços alheios à revista, mas que, de alguma forma, mantêm ligação a esta, seja pelos colaboradores ou pela missão católica partilhada. Atente-se na publicidade, com críticas literárias, aos livros de Feliciano Soares, como *O Que eu Vi e Pensei*³²⁹, ou aos livros da sua esposa Laura Veridiana de Castro e Almeida, que assinava como *Maria Francisca Tereza*, cujo livro *Como a Chica Conheceu Jesus* começou por pequenos contos publicados

³²⁹ M. R., 01-04-1924, «O que eu vi e pensei», in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 3, pp. 74-75.

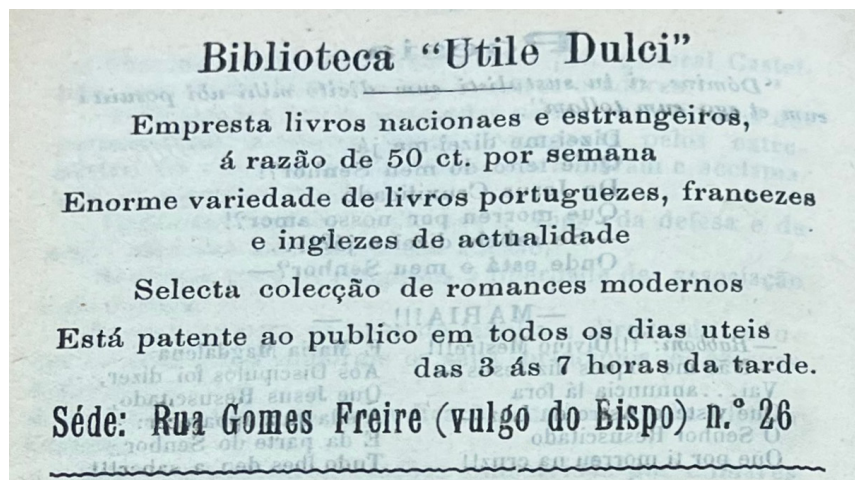
na secção «Leitura dos Pequenininos» e depois se individualizou (Imagem 22)³³⁰. Há igualmente referências à venda de um livro cuja tradução esteve a cargo de *Ignotus*, o P.^e António Álvaro, um dos lazaristas que chegou a ser administrador da revista³³¹. Muito publicitada foi também a Biblioteca Utile Dulci, uma fundação do P.^e Henri Janssen. Nas páginas d'*A Esperança* informava-se a sua localização, o horário de funcionamento, o custo de empréstimo, os tipos de livros e igualmente as novidades literárias que chegavam vindas de Portugal e da Europa (Imagem 23)³³².

Imagem 22. Publicidade a *Como a Chica Conheceu Jesus*, de Maria Francisca Tereza



Fonte: Nótula sem título, 15-06-1925, in *A Esperança*, ano 7.^o, n.^o 8, p. 28.

Imagem 23. Publicidade à Biblioteca Utile Dulci



Fonte: «Biblioteca "Utile Dulci"», 01-04-1926, in *A Esperança*, ano 8.^o, n.^o 3, p. 64 (suplemento).

³³⁰ Veja-se, por exemplo, a publicidade ao livro *O Querido Tio Gustavo* da mesma autora em Nótula sem título, 15-11-1925, in *A Esperança*, ano 7.^o, n.^o 18, p. 278.

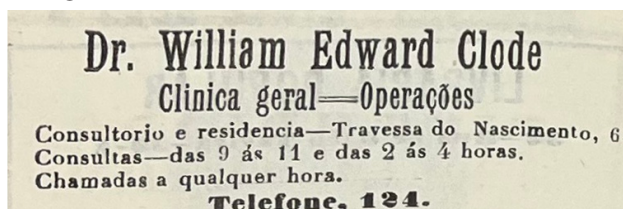
³³¹ Nótula sem título, 01-06-1927, in *A Esperança*, ano 9.^o, n.^o 4, p. 97 (suplemento).

³³² «Biblioteca "Utile Dulci"», 15-04-1926, in *A Esperança*, ano 8.^o, n.^o 4, p. 88 (suplemento).

A terceira tipologia de anúncios poderá ser caracterizada como a publicidade nos termos tradicionais, na medida em que procurava promover produtos, serviços e estabelecimentos comerciais ou empresas. A quantidade de publicidade a serviços foi sempre inferior às restantes duas categorias. Registe-se a publicitação dos serviços do «[p]rocurador (forense e extrajudicial)» António Alexandrino de Sousa³³³ e do médico William E. Clode³³⁴, além de um «curso de comercio», ministrado pelo Instituto Comercial do Funchal³³⁵. Depois dos serviços seguem-se os produtos, encontrando-se uma variedade de anúncios, desde bens alimentares (farinha, sal, leite, queijo, manteiga, batata, água do Porto Santo, chá e vinho), até consumíveis (tabaco e canetas), produtos de limpeza e para a casa (sabonetes, cera para móveis, cal e inseticida), roupa e acessórios (chapéus, sapatos e pomadas, camisas e gravatas) e produtos automobilísticos (gasolina e pneus). Por último, a maioria dos anúncios era referente a estabelecimentos comerciais e a empresas de diversa tipologia: lojas generalistas (armazéns, bazares, empresas de *import/export*); de produtos alimentares (máquinas agrícolas, panificação, mercearias, restaurantes e cafés); de vestimentas (lojas de roupa, chapelarias e sapatarias); casas bancárias e de seguros; e outras (casas de bordados, drogarias, perfumarias, livrarias, tipografias, etc.).

Não é possível tecer considerações relativamente ao público a que se destinava esta publicidade. Ainda que se possa considerar a quantidade de produtos para o lar – e logo, consoante o preceito da época, destinada às donas de casa –, há uma variedade de outros produtos que seriam exclusivamente vendidos a homens. Assim, a publicidade de *A Esperança* era, como a própria revista, abrangente e destinada a todos.

Imagem 24. Publicidade ao médico William E. Clode



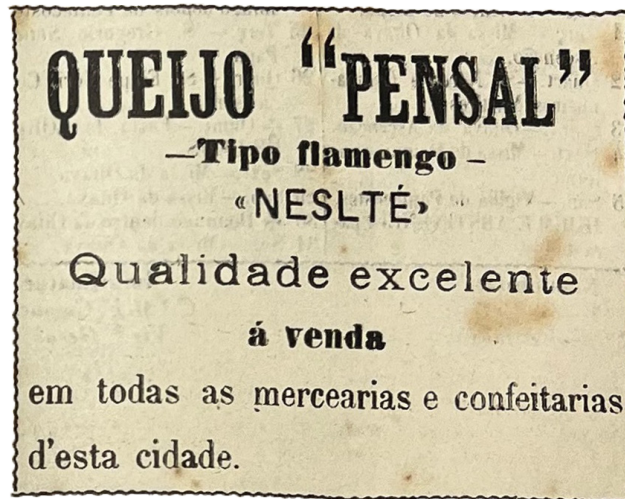
Fonte: Nótula sem título, 01-01-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 11, p. 332 (suplemento).

³³³ Nótula sem título, 15-04-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 4, contracapa.

³³⁴ Nótula sem título, 25-12-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.ºs 20-21, p. 352.

³³⁵ Nótula sem título, 15-05-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 6, contracapa.

Imagem 25. Publicidade ao queijo Pensal



Fonte: Nótula sem título, 01-05-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 3, verso da contracapa.

Imagem 26. Publicidade à água do Porto Santo



Fonte: Nótula sem título, 01-01-1936, in *A Esperança*, ano 17.º, n.ºs 10-11, p. 328 (suplemento).

Imagem 27. Publicidade ao tabaco Soho



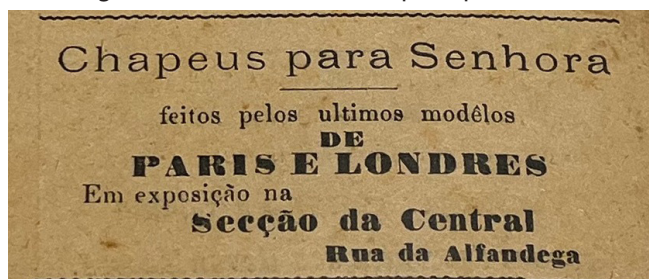
Fonte: Nótula sem título, 01-11-1936, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 9, p. 240 (suplemento).

Imagem 28. Publicidade à cera Galo



Fonte: Nótula sem título, 01-04-1936, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 2, verso da contracapa.

Imagem 29. Publicidade a chapéus para senhora



Fonte: Nótula sem título, 15-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 2, contracapa.

Imagem 30. Publicidade aos pneus Goodyear



Fonte: Nótula sem título, 01-04-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 2, p. 47 (suplemento).

Imagem 31. Publicidade à loja generalista A Central e ao café A Indiana

<p>A "CENTRAL" Largo da Sé n.ºs 2 a 8.</p> <p>Grande stock de generos alimenticios tanto nacionaes como estrangeiros, como seja Corned Beef, Salsichas, Molho picante, Camarão, Lagosta Ostra, Whiski, Gognac, Licores, Chá de varias marcas e das melhores qualidades, Vinhos de Colares, Porto, Lisboa e Madeira etc.</p> <p>"A Central" é o estabelecimento mais amplo e fornecido do Funchal.</p>	<p>A "INDIANA" R. do Aljube n.º 1 — R. de João Tavira, 2</p> <p>Completo fornecimento de doces, chocolate, cacau, pastelaria, bebidas nacionaes e estrangeiras etc etc.</p> <p>Serviço vario de chá, café e chocolate.</p>
--	---

Fonte: Nótula sem título, 15-04-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 4, contracapa. Nota: São os primeiros dois anúncios que figuram n' *A Esperança*.

Imagem 32. Publicidade à J. M. Corrêa & C.ª L.ª

J. M. Corrêa & C.ª L.ª
Rua da Alfandega, 68

Telefone, 92 Funchal

Representantes das mais importantes casas comercias
NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Excepcionais condições de venda e preços para o fornecimento dos seguintes artigos:

Linhos e algodões para a industria de Bordados.	Ferragens e Drogas, Cal
Lanifícios, malhas, mindozas, artigos para chapéus de senhora, etc., etc.	cosida a mato, Gesso, Oleos, Agua-raz, Cordoaria, Correias etc., etc.

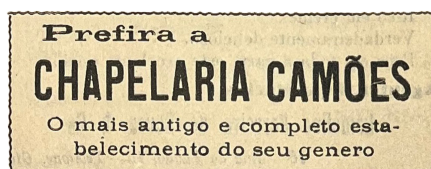
Azeites, Azeitonas, e Cereais, Legumes e frutas sêcas, Produtos Porcinos, Arroz colonial e todos os Viveres em geral.

Agentes Gerais da: **COMPANHIA DE SEGUROS "La Préservatrice"**
Capital: 20 milhões de francos
A mais antiga experiencia — A mais moderna tecnica

Efectua seguros de:
Incendios
Automovsis (todos os riscos)
Acidentes no Trabalho
Acidentes Individuais
Roubos, Greves, Assaltos e Tumultos.

Fonte: Nótula sem título, 01-03-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 1, p. 38 (suplemento).

Imagem 33. Publicidade à Chapelaria Camões



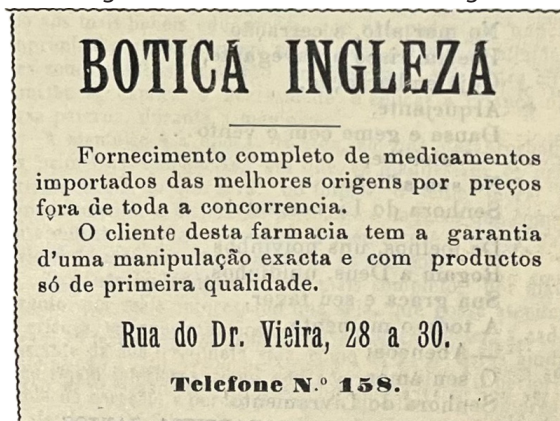
Fonte: Nótula sem título, 01-03-1936, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 1, p. 30 (suplemento).

Imagem 34. Publicidade à Royal Exchange Assurance



Fonte: Nótula sem título, 01-03-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 1, p. 40 (suplemento).

Imagem 35. Publicidade à Botica Ingleza



Fonte: Nótula sem título, 01-01-1928, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 11, p. 279.

Imagem 36. Publicidade à Livraria Popular



Fonte: Nótula sem título, 01-03-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 1, p. 40 (suplemento).

Em relação à imagem, é de notar que *A Esperança* não foi uma revista profusa em ilustrações. Além das gravuras na capa e as pertencentes aos anúncios, eram raras as imagens que acompanhavam os textos. Registrem-se algumas exceções: a primeira é a figura de S. Vicente de Paulo que, mesmo que não estivesse na capa, costumava figurar nos artigos a este respeitantes, mormente nos volumes do mês da sua invocação (Imagem 15, acima); a primeira edição de Natal, os números 20-21 do quinto ano (1923-1924) contêm diversas imagens ilustrativas da quadra natalícia (Imagens 37 e 38); gravuras de efigies de santos (Imagem 39); selos num artigo sobre numismática na Madeira³³⁶; e a gravura de um moinho, num artigo sobre moinhos holandeses (Imagem 40).

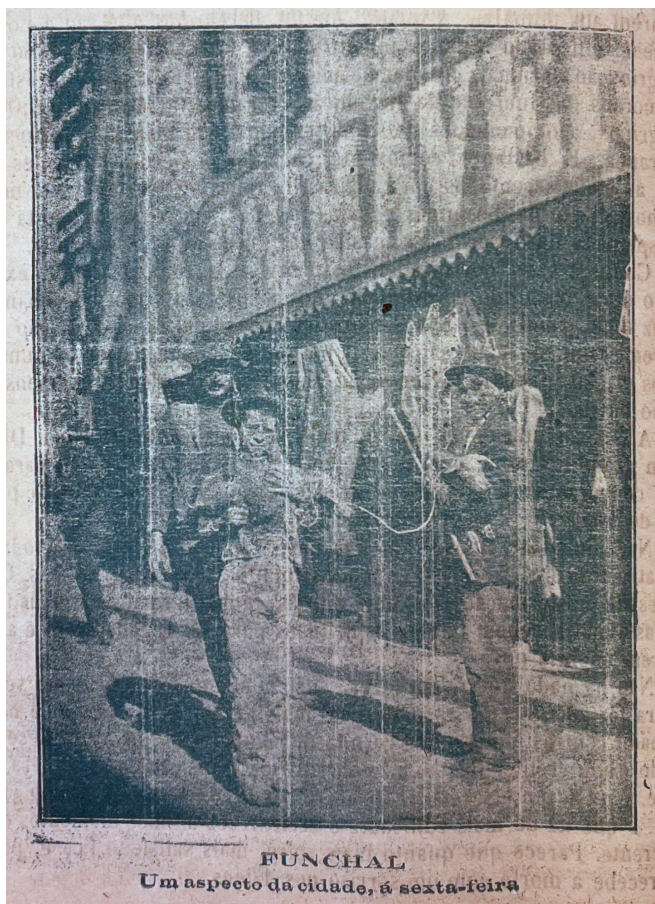
Imagem 37. «A Adoração»



Fonte: *A Esperança*, s.d., ano 5.º, n.ºs 20-21, p. 307.

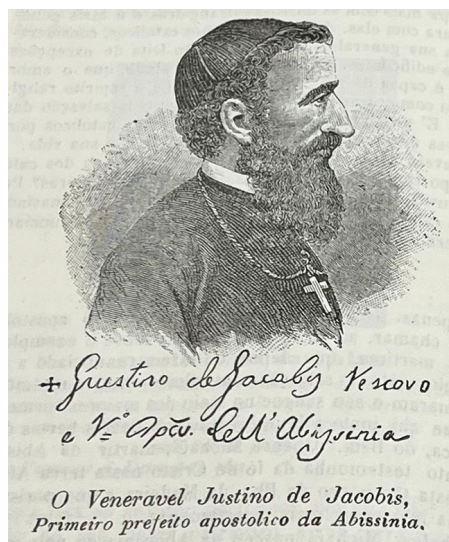
³³⁶ Veja-se: Alberto Artur, 01-03-1933, «Os Sêlos na Madeira», in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 1, pp. 13-16; Alberto Artur, 01-04-1933, «Os Sêlos na Madeira», in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 2, pp. 29-34; e Alberto Artur, 01-06-1933, «Os Sêlos na Madeira», in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 4, pp. 108-112.

Imagem 38. «Funchal. Um aspecto da cidade, á sexta-feira»



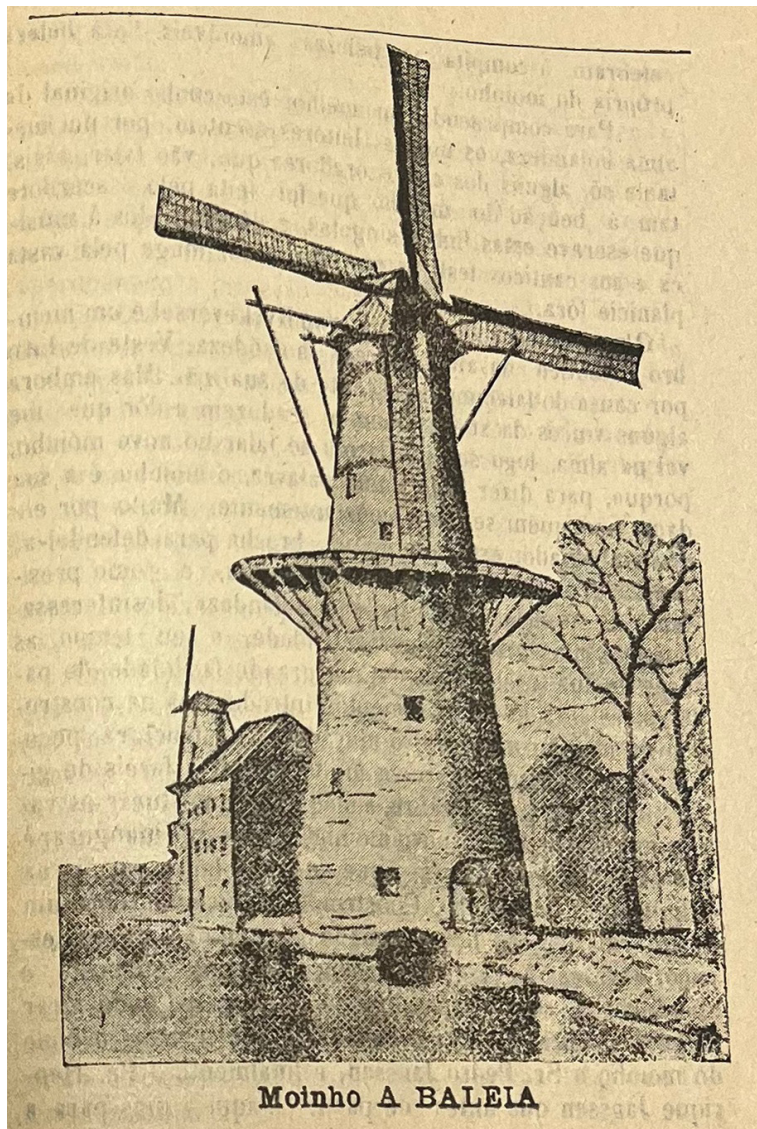
Fonte: A Esperança, s.d., ano 5.º, n.ºs 20-21, p. 320.

Imagem 39. Efigie do venerável Justino de Jacobis



Fonte: Miles Christi, 01-10-1929, «As Missões Estrangeiras», in A Esperança, ano 11.º, n.º 8, p. 230 (suplemento).

Imagem 40. «Moinho A Baleia»



Fonte: Miles Christi, 01-02-1938, «A festa do moinho», in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 12, p. 291 (suplemento).

Ao longo deste capítulo procurou-se traçar diversos aspetos da materialização da revista – título e subtítulo, capa e contracapa, dimensões, periodicidade, edições regulares e edições especiais, números de páginas, grafismo, secções, publicidade e imagem –, implementando um estudo por “dentro” de um periódico. Contudo, não se pense que essa análise permitiu somente conhecer melhor a própria *A Esperança*, pois o estudo de todos estes “pormenores” permite reconstituir a historicidade do periódico e caracterizar o contexto socioeconómico e cultural em que ele se insere.

4. A Materialização (III): Difundir A Esperança

Na sequência dos capítulos anteriores, cumpre investigar o processo de difusão e de receção dos periódicos, ou o que Pierre Albert designou de «devant le journal»³³⁷ e José D'Assunção Barros identificou como o «polo receptor»³³⁸. Com esse propósito, intentou-se analisar três parâmetros distintos: os métodos de aquisição; o preço da revista e suas circunstâncias; e o público d'A *Esperança*. O estudo permite, assim, compreender a disseminação dos valores católicos a partir do Funchal e com destino a diferentes partes do globo.

Aquisição

A aquisição d'A *Esperança* assumiu três modalidades: 1.^a) a compra de exemplares avulsos; 2.^a) o pagamento de uma assinatura anual e o conseqüente recebimento de 12 a 24 números da revista; e 3.^a) a receção de volumes doados pela administração. A cada uma destas correspondiam processos, mais ou menos complexos, de obtenção dos volumes, que merecem uma análise detalhada.

A venda avulsa de números consistiu num dos processos mais simples e mais rentáveis para a própria publicação. O leitor dirigia-se a determinado local, pagava o valor estipulado e obtinha um exemplar da revista. Esta solução não era a predileta a médio ou a longo termo, como refere Paulo Alves, pois não estabelecia uma relação duradoura entre o leitor e o periódico³³⁹. Logo, como forma de estimular a subscrição e apagar o custo de uma impressão de exemplares cuja venda não estava garantida, a administração da revista elevou os preços dos volumes avulsos por comparação com os de assinatura, arrecadando um maior rendimento. Talvez pelos motivos anteriores, A *Esperança* deixou de apresentar na capa, a partir do sexto ano (1924-1925)³⁴⁰, esta modalidade de aquisição³⁴¹.

Pouco se conhece sobre a venda avulsa d'A *Esperança*. Ignora-se se, tal como nos Açores, a revista era disponibilizada na tipografia e nas tabacarias da cidade³⁴².

³³⁷ ALBERT, 1988, «L'histoire de la presse [...]», p. 15.

³³⁸ BARROS, 2022 «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas [...]», p. 593.

³³⁹ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 192.

³⁴⁰ Esta alteração foi sincrónica com um novo modelo de capa, que ocorreu no quinto volume do sexto ano (de 1 de maio de 1924).

³⁴¹ Retenha-se que, numa análise de custo-benefício, seria mais rentável produzir tiragens com números fixos, obtidos através da contabilização do total de assinantes, do que produzir exemplares avulsos, os quais não se tinha a certeza se seriam vendidos.

³⁴² Como se refere em MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 78.

É possível especular que os números da revista poderiam ser vendidos na própria sede do periódico e na Tipografia Camões, sem que se possuía certeza disso³⁴³. Pelo contrário, conhecem-se referências à comercialização durante o 11.º ano (1929-1930) na Livraria Popular³⁴⁴, e no 14.º ano (1932-1933) na Biblioteca Utile Dulci³⁴⁵.

Por contraposição à modalidade anterior, o processo relativo à assinatura anual era mais complexo; ainda assim, a base do mesmo consistiu numa transação relativamente simples: estabelecia-se um “contrato” entre o leitor e a publicação, no qual o primeiro outorgante se comprometia a pagar determinado valor e o segundo outorgante disponibilizaria, durante um ano inteiro, todos os volumes impressos naquele período³⁴⁶.

A primeira fase deste processo assentava numa tentativa de angariação de novos assinantes. Para tal, solicitou-se que outros leitores, já subscritores da revista, questionassem se os seus familiares, vizinhos ou conhecidos teriam interesse em adquirir a publicação³⁴⁷. Em caso afirmativo, a administração enviava um exemplar para a morada fornecida, para que os possíveis leitores pudessem contemplar a publicação antes de decidirem subscrever³⁴⁸. Atente-se que, segundo os editores, «[q]uem angariar uma nova assinatura para “A Esperança”, pratica um acto de caridade espiritual muito agradável a Deus e muito proveitoso ao proximo»³⁴⁹.

A assinatura do “contrato” era, na maioria das vezes, tácita. A meados do primeiro ano (1919-1920), a administração registou que, no segundo número desse ano (de 1 de abril de 1919), constava, colado na primeira página, um «recibo», que os leitores deveriam pagar se quisessem subscrever à assinatura anual da revista. Caso não tivessem interesse, deveriam devolver o recibo, juntamente com os exemplares enviados³⁵⁰. Tal modalidade de aquisição levou a que a administração d’*A Esperança*

³⁴³ Tal presunção advém da informação, veiculada em «Expediente», 01-02-1933, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 12, verso da capa, de que era possível os assinantes levantarem os seus exemplares na portaria do Hospício.

³⁴⁴ «Expansão e amigos de “A Esperança”», 01-05-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 3, verso da capa.

³⁴⁵ Nótula sem título, 01-03-1931, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 1, verso da contracapa.

³⁴⁶ Comparando o sistema d’*A Esperança* com o de outros periódicos católicos, como os estudados por Paulo Alves, conclui-se que a revista seguiu as práticas utilizadas por outras publicações semelhantes. Confirme-se em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 188.

³⁴⁷ Presume-se que, no primeiro ano de publicação, a administração d’*A Esperança* tenha procedido da mesma forma. Porém, nesse caso, provavelmente utilizou-se a rede de assinantes do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, além dos párocos e demais eclesiásticos na divulgação da nova publicação.

³⁴⁸ «Propaganda», 01-12-1933, in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 10, verso da capa.

³⁴⁹ «Crónica Madeirense», 01-03-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 1, p. 28 (suplemento).

³⁵⁰ «Aviso», 01-07-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 5, verso da contracapa.

assumisse a existência de subscrições que, efetivamente, não o eram, pois os leitores poderiam ter perdido ou se esquecido de reenviar o recibo ou este ter-se extraviado durante a devolução. Tal situação comprovou-se com uma anotação no início do segundo ano (1919-1920), que comunicava que nem todos os que receberam *A Esperança* durante o primeiro ano, e que não a quiseram assinar, a devolveram ou alertaram para que se interrompesse a remessa dos restantes volumes³⁵¹. Tal afirmação leva a crer que vários números da revista foram enviados até que a administração se apercebesse que determinados indivíduos não pretendiam assinar o periódico. Contudo, registe-se que, durante o 11.º ano (1929-1930) foi possível subscrever a revista na Livraria Popular³⁵².

Após a “assinatura do contrato” era necessário proceder ao pagamento. O caso de um extravio em Chibia, Angola, em 1930, permite observar os trâmites quando os assinantes residiam fora do arquipélago:

«No mez de Abril de 1929, o Administrador de “A Esperança” mandou pelo correio, para serem pagos, os recibos dos assinantes de Chibia, Mossamedes, Angola. Esses recibos chegaram ao seu destino, pois que um assinante de Chibia, ao escrever ao Administrador de “A Esperança”, lhe mandou ao mesmo tempo o recibo seu que tinha pago. No dia 1 de Março de 1930, o mesmo Administrador mandou ao Director do Correio de Chibia, uma carta registada pedindo-lhe que tivesse por bem mandar o dinheiro que recebeu pelo pagamento d’uma assinatura pelo menos e os demais recibos. Nunca este Ex.^{mo} Snr. Director se dignou a responder e mandar o dinheiro.

Se não houvesse culpa da parte d’ele, não hesitaria em responder»³⁵³.

O caso ilustra bem o processo: os recibos eram enviados e os assinantes deveriam pagar pelos volumes recebidos, diretamente ou por meios alternativos. Nesta situação, respeitante aos assinantes das colónias, mas que era expansível aos residentes de Portugal Continental³⁵⁴, dos Açores e de outros países estrangeiros, a administração sugeriu enviar o dinheiro diretamente para a sede da revista, por

³⁵¹ «Rogamos aos nossos presados assignantes que receberam a nossa revista durante o ano de 1919 sem a devolverem ou sem nos darem aviso para que a não continuassem a enviar, o favor de satisfazerem o mais breve possível, ou de nos avisarem para cessarmos a remessa da mesma, para não nos crearem novas dificuldades economicas», como apontado em «Crónica financeira», 01-03-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6. Já na capa desse mesmo número, refere-se que «[s]erão considerados assignantes todas as pessoas que não devolverem o presente numero».

³⁵² «Expansão e amigos de “A Esperança”», 01-05-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 3, verso da capa.

³⁵³ «Expediente», 01-06-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 4, verso da contracapa.

³⁵⁴ Como referido em «Subscrição dos Amigos d’“A Esperança”», 15-11-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 18, verso da contracapa, os assinantes de Lisboa poderiam pagar as suas assinaturas na igreja de S. Luís dos Franceses, com o irmão Ramos.

carta registada ou por vale postal e, dessa forma, evitar outras despesas³⁵⁵. Noutras situação, a cobrança postal foi método utilizado para se proceder ao pagamento³⁵⁶. Alertava-se, no entanto, que o dinheiro enviado deveria ser em escudos portugueses ou, então, o seu equivalente convertido em vale postal³⁵⁷.

Caso os assinantes residissem no arquipélago, no primeiro ano (1919-1920), foi solicitado que enviassem os pagamentos pelos párocos ou por pessoas da sua confiança³⁵⁸; anos mais tarde, a recolha dos valores da assinatura, no Funchal, era feita por «cobradores» e «propagandistas» particulares³⁵⁹. Neste último cenário, desconhece-se como se procederia à cobrança dos assinantes residentes nas freguesias rurais: se pelos seus eclesiásticos, por coletores, ou se pelo correio.

Os volumes chegavam às mãos dos assinantes pelo correio ou levantando o exemplar na portaria do Hospício. O meio preferido dos residentes fora da urbe funchalense seria, certamente, o primeiro; porém, pelo que veiculou na revista, alguns dos assinantes com moradia na cidade prometeram dirigir-se ao Hospício e lá recolher o que lhes era devido. A administração solicitou que estes cumprissem o seu dever e recolhessem os volumes ou cancelassem a sua assinatura, pois causavam prejuízo à publicação. Foi feito ainda um reparo interessante: a administração notou que, com o aproximar do mês respeitante ao pagamento das assinaturas, o número de pessoas que recolhia *A Esperança* na portaria do Hospício diminuía consideravelmente³⁶⁰.

Porém, conhecem-se falhas na distribuição dos exemplares. Este problema teve, na maioria das vezes, dois culpados: 1.º) erros imputados aos distribuidores, como no caso do relatado no número 21 do segundo ano (de 1 de janeiro de 1921), no qual, «[p]elo descuido d'um distribuidor improvisado, não foi distribuído a alguns assinantes o numero 16 d'esta Revista»³⁶¹, ou no sétimo número do 14.º ano (de 1 de setembro de 1932), que por doença do distribuidor alguns subscritores recebe-

³⁵⁵ «Crónica Madeirense», 15-11-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 18, p. 286 e «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

³⁵⁶ «Aos nossos presados assinantes do Continente», 15-10-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 16, p. 330 e «Cobrança de assinaturas em Lisboa, Açores, etc.», 01-11-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 9, p. 202 (suplemento).

³⁵⁷ «Expediente», 01-02-1930, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 12, verso da capa.

³⁵⁸ «Aviso», 01-07-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 5, verso da contracapa.

³⁵⁹ «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

³⁶⁰ «Crónica Madeirense», 01-03-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 1, p. 351 (suplemento).

³⁶¹ «Chronica Madeirense», 01-01-1921, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 21, verso da contracapa.

ram tardiamente os seus exemplares³⁶²; e 2.º) a desatenção dos leitores que não informavam, atempadamente, a administração da sua mudança de residência, o que levava ao extravio dos volumes da revista³⁶³.

Um dos motivos de maior confusão, e que contribuiu indubitavelmente para o caos financeiro da revista, radicou na existência de diferentes calendários de pagamento. Atente-se que o ano de publicação foi sempre discordante do ano civil, iniciando em março e terminando em fevereiro; tal implicou que as assinaturas anuais respeitassem esta periodicidade, devendo ser pagas antes do novo ano principiar ou, o mais tardar, em março. Todavia, dada a existência de referências a pagamentos pelo Natal ou em janeiro e a ocorrência de alterações nos preços das assinaturas durante o decorrer do ano de publicação, crê-se que haveria múltiplas cronologias na renovação das assinaturas, provavelmente respeitantes a cada assinante³⁶⁴. E se tanto o administrador como o tesoureiro da publicação conseguiram gerir esse processo, não é de esperar os que os leitores o fizessem, e, por isso, confundissem a calendarização dos pagamentos ocasionando atrasos.

Como denotado, um dos problemas mais frequentes ao longo dos anos consistiu na falta de um atempado pagamento das assinaturas. O aviso foi explícito no penúltimo ano (1937-1938): «[a]parecendo como o dia 1 de Março a data do pagamento das assinaturas da nossa Revista, os nosso prezados assinantes pensem desde já em arrecadar a quantia suficiente, para poder pagar a sua assinatura a tempo, e habilitar assim a nossa Revista a continuar a sua benéfica missão»³⁶⁵.

Retenha-se, porém, que o pedido para que cumprissem as assinaturas era anual. Observe-se alguns exemplos: no segundo ano (1920-1921), assinala-se que 77 subscritores rurais e 34 urbanos não pagaram a assinatura de 1919, pelo que esse valor seria acrescentado ao de 1920³⁶⁶; no quarto ano (1922-1923), solicita-se que se paguem as assinaturas, de modo a que a administração possa regular a tiragem dos próximos números, advertindo que aqueles que não o fizerem somente receberão a pequena edição no ano vindouro³⁶⁷; já no 15.º ano (1933-1934), os administradores

³⁶² «Expediente», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, verso da capa.

³⁶³ Como, por exemplo, em «Aviso», 15-03-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 2, contracapa e em «Aviso», 01-04-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa.

³⁶⁴ Como se refere em: «Expediente», 01-04-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 2, verso da contracapa; «Pagamentos», 01-02-1935, in *A Esperança*, ano 16.º, n.º 12, verso da contracapa; e «Pagamentos», 20-12-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.ºs 10-11, verso da capa.

³⁶⁵ «Cronica Madeirense», 01-02-1938, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 12, verso da contracapa.

³⁶⁶ A Administração, 03-1920, «Cronica Financeira», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6.

³⁶⁷ «Subscrição dos Amigos d'«A Esperança»», 01-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 23, verso da contracapa.

afirmaram estar «bastante admirados que certos assinantes que há bastante tempo já receberam aviso de pagamento, se demorem tanto em cumprir o seu dever»³⁶⁸; enquanto, no 18.º ano (1936-1937), «[a]lguns assinantes que costumavam pagar a assinatura por ocasião do Ano Bom, esqueceram-se este ano de continuar este bom habito»³⁶⁹. Assinale-se uma ocorrência peculiar: somente no último ano de publicação (1938), a três números da sua suspensão (a 1 de junho de 1938), decidiu a administração d'*A Esperança* suspender o envio da revista a todos os que não tivessem pagado a sua assinatura até ao dia 15 de junho³⁷⁰.

Deveras mais simples que os processos anteriores era a modalidade de doação. Nessa, a revista era disponibilizada gratuitamente, de acordo com casos específicos. Já foi referido que, numa tentativa de se angariar assinantes, era comum enviar exemplares para diversas residências, esperando que a qualidade destes incitasse à subscrição da publicação³⁷¹.

Por outro lado, sabe-se que, durante os primeiros anos, *A Esperança* foi atribuída de forma gratuita aos chefes das «dezenas»³⁷² da Obra de São Francisco de Sales. Logo no segundo número do primeiro ano (de 1 de abril de 1919), a administração da revista apontou que «só podemos oferecer um exemplar a cada chefe que tenha organizado duas dezenas ou que á sua dezena possa acrescentar mais 300 reis para d'esta sorte se poder custear a despesa da publicação»³⁷³. Já no terceiro ano (1921-1922) a chefia deveria possuir três dezenas, como se escreveu:

«[T]odos os associados da O. S. F. S. [Obra de São Francisco de Sales] **podem ler a revista gratuitamente** pedindo-a ao chefe de dezena. É este ou esta chefe de dezena que tem direito de receber gratis a nossa revista com a condição de a fazer circular por todos os associados da sua dezena. Taes eram as determinações anteriores a estes dois últimos anos. Actualmente, por causa do augmento do preço da assignatura, a praxe vigente é esta a saber que **so recebe um numero gratis da «Esperança» quem fôr chefe de tres dezenas**, e este chefe de tres dezenas fica na obrigação de fazer circular a revista entre os associados»³⁷⁴.

Anos mais tarde, no primeiro número do sexto ano (de 1 de março de 1924), de modo a reduzir os gastos, aumentou-se o número de dezenas: «Para evitarmos

³⁶⁸ «Pagamentos», 01-02-1934, in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 12, verso da capa.

³⁶⁹ «Pagamentos», 01-02-1937, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 12, verso da capa.

³⁷⁰ «Expediente», 01-06-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 4, verso da capa.

³⁷¹ «Propaganda», 01-12-1933, in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 10, verso da capa.

³⁷² Não foi possível discernir a que correspondia, especificamente, uma «dezena». Presume-se que seja uma estrutura dentro do modelo organizacional da Obra de São Francisco de Sales.

³⁷³ «Noticiario d'A Esperança», 01-04-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 2, p. 14.

³⁷⁴ «Obra de S. Francisco de Sales», 15-08-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 12, verso da capa, negritos no original.

o incremento do nosso déficit começaremos a enviar para as freguezias rurais, os exemplares destinados aos associados da *Obra de São Francisco de Sales* [...] conforme as dezenas respectivas que entregaram ao seu Tesoureiro, Rev. P. Manuel da Silveira, isto é 1 A Esperança por cada 4 dezenas»³⁷⁵.

Ainda assim, no sétimo número do 14.º ano (de 1 de setembro de 1932) a administração asseverou que o déficit de que padecia era agravado pela «excessiva caridade da Administração que fornece de graça a nossa Revista a um grande numero de pessoas e de Associações catolicas que muito apreciam a nossa publicação, mas dificilmente podem pagar a importancia da assinatura»³⁷⁶.

Por último, registre-se uma outra forma de aceder aos conteúdos da revista: pelo empréstimo. Além dos chefes das dezenas da *Obra de São Francisco de Sales* terem a obrigação de fazer circular *A Esperança* pelos seus associados, e de o mesmo acontecer em outras agremiações que recebiam exemplares gratuitos da publicação, é de notar que foi possível requerer o empréstimo de exemplares da revista na Biblioteca *Utile Dulci*, como se refere numa pequena publicidade a essa biblioteca³⁷⁷.

Preço

Analisar o preço d'*A Esperança* é determinante para compreender a difusão e o próprio público da revista, pois permite dissertar sobre o poder de compra da população e quais as camadas sociais que poderiam adquirir o periódico com regularidade. O registo do custo, com as suas variantes, figurou de início na capa até ao final do sétimo ano (1925-1926). Com a entrada no oitavo ano (1926-1927), e a mudança da capa para o Cristo Semeador (o quarto modelo), a informação passou a constar do verso da capa, exclusivamente durante esse ano. No décimo ano (1928-1929), esses dados regressaram à revista, meramente nos primeiros dois números (de 1 de março e 1 de abril de 1928), para, depois, constarem de um metatexto no último volume desse ano (de 1 de fevereiro de 1929)³⁷⁸. Esta última situação repetiu-se no 11.º ano (1929-1930), no primeiro e último número do ano, podendo indicar

³⁷⁵ «Aviso Importante», 01-03-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 1, p. 28, itálicos no original.

³⁷⁶ «É angustiosa a situação financeira de "A Esperança"», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, p. 224 (suplemento) e verso da contracapa.

³⁷⁷ Nótula sem título, 01-03-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 1, verso da contracapa.

³⁷⁸ Nótula sem título, 01-03-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, verso da capa; Nótula sem título, 01-04-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa; e «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

que a inclusão serviria somente para lembrar os assinantes do custo da revista³⁷⁹. O registo do preço da assinatura seguinte fez-se somente no sétimo número do 14.º ano (de 1 de setembro de 1932), num pequeno metatexto dedicado à catastrófica situação económica da revista³⁸⁰. Por esse motivo, desconhece-se os preços dos restantes seis anos de publicação. Presume-se que estes tivessem estabilizado, dada a inexistência de novos preços ou de textos justificando o seu aumento.

Distribua-se esta análise consoante as duas primeiras modalidades de aquisição, anotadas anteriormente: a compra de números avulsos e a subscrição anual da revista. Todavia, retenha-se que *A Esperança* deu maior relevância à segunda modalidade, pelo que a maioria dos textos que versaram o aumento dos preços diziam respeito às assinaturas, e pouco se sabe sobre a venda avulsa.

No primeiro ano de publicação (1919-1920), um exemplar único custava 5 centavos, ou 50 réis³⁸¹. Este valor manteve-se até ao número 17 do segundo ano (de 1 de novembro de 1920), incrementando para 10 centavos por volume³⁸². Tal situação revelou-se irregular, pois o custo da assinatura aumentou logo no primeiro número desse segundo ano (de março de 1920), enquanto o preço da venda avulsa demorou 11 meses para duplicar. Apesar de se ter explicado aos subscritores as razões para o aumento das assinaturas, o mesmo não aconteceu para este caso; assim, poder-se-ia especular que a venda avulsa não era tão frequente ao ponto de se achar necessário aumentar o preço dos exemplares, esperando que a comercialização incrementasse se se mantivesse o baixo preço.

O custo de 10 centavos por volume manteve-se inalterado até ao número 18 do terceiro ano (de 15 de novembro de 1921)³⁸³, novamente contrastando com o incremento da assinatura que ocorrera no final do segundo ano. Passou, assim, de 10 centavos para 15 centavos, no final de 1921, e depois para 25 centavos, no primeiro número do quarto ano (de 1 de março 1922)³⁸⁴. Com a divisão em duas edições, no

³⁷⁹ «Expediente», 01-03-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 1, verso da capa e «Expediente», 01-02-1930, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 12, verso da capa.

³⁸⁰ «É angustiosa a situação financeira de “A Esperança”», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, p. 224 (suplemento) e verso da contracapa.

³⁸¹ *A Esperança*, 01-03-1919, ano 1.º, n.º 1, capa. Até bem tarde *A Esperança* apresentou os valores da sua aquisição em réis. Por vezes, conjugou a nova moeda, estabelecida na República, com a antiga; noutras, referiu somente os valores em réis. Por uma questão de clareza metodológica, e de melhor compreensão da evolução dos preços, converteu-se todos os valores em réis para escudos, equivalendo 1\$00 escudo a 1\$000 réis, e utilizando o seu submúltiplo, o centavo, com \$100 centavos a corresponder a 1\$00 escudo.

³⁸² *A Esperança*, 01-11-1920, ano 2.º, n.º 17, capa.

³⁸³ *A Esperança*, 15-11-1921, ano 3.º, n.º 18, capa.

³⁸⁴ *A Esperança*, 01-03-1922, ano 4.º, n.º 1, capa.

primeiro número do quinto ano (de 1 de março de 1923), taxou-se a pequena edição a 35 centavos e a grande a 55 centavos³⁸⁵. A partir do penúltimo número desse ano (de 1 de fevereiro de 1924), o preço da venda avulsa deixou de constar das informações relativas às modalidades de aquisição apostas na capa³⁸⁶.

No décimo ano, as parcas informações registam que cada número avulso custava 3\$00 escudos, não destrinchando se se estaria a vender a pequena ou a grande edição³⁸⁷. Presume-se que este preço correspondesse à venda de um exemplar da grande edição; isto porque, no ano seguinte, informam-se os leitores que é possível adquirir números avulsos na Livraria Popular «ao preço de 2\$50 pela grande edição e de 1 escudo pela pequena edição», um valor abaixo do praticado pela administração³⁸⁸.

Por sua vez, as informações relativas aos preços da assinatura anual são consideravelmente mais detalhadas. A subscrição d'*A Esperança* principiou a 50 centavos que deveriam ser pagos antecipadamente, algo que, como se confirmou, raramente acontecia³⁸⁹. Porém, esse valor somente vigorou no primeiro ano (1919-1920), duplicando, para 1\$00 escudo, no primeiro número do segundo ano (de março de 1920)³⁹⁰. A justificação para tal aumento perdurou durante toda a existência da revista: o aumento do custo de produção ou o excessivo déficit da revista obrigavam ao incremento do preço das assinaturas. Nesta situação em concreto, a administração apontou o elevado custo do papel e a pretensão de manter a bimensalidade da revista como justificativas para o aumento da assinatura³⁹¹. Porém, também reconheceu que «[o]s sacrifícios pedidos aos nos nossos assignantes, criam para a Redação d'esta Revista, gravissimas responsabilidades», sendo necessário trabalhar afincadamente para produzir uma «obra de incalculavel alcance social, moral e religioso»³⁹².

Contudo, ainda antes de acabar o ano, no número 19.º do segundo ano (de 1 de dezembro de 1920), o valor da assinatura duplicou novamente, para 2\$00 escudos³⁹³. Segundo a revista, tratou-se de um acréscimo «provisoriamente», implementando-o para fazer face às despesas da publicação³⁹⁴; um «provisoriamente» que perdurou

³⁸⁵ *A Esperança*, 01-03-1923, ano 5.º, n.º 1, capa.

³⁸⁶ *A Esperança*, 01-01-1924, ano 5.º, n.º 23, capa.

³⁸⁷ Nótula sem título, 01-04-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa.

³⁸⁸ «Expansão e amigos de "A Esperança"», 01-05-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 3, verso da capa.

³⁸⁹ *A Esperança*, 01-03-1919, ano 1.º, n.º 1, capa.

³⁹⁰ *A Esperança*, 03-1920, ano 2.º, n.º 1, capa.

³⁹¹ A Administração, 03-1920, «Cronica Financeira», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6.

³⁹² A Redação, 03-1920, «"A Esperança" a caminho do Progresso», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 2.

³⁹³ *A Esperança*, 01-12-1920, ano 2.º, n.º 19, capa.

³⁹⁴ «Chronica Madeirense», 01-12-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 19, verso da contracapa.

durante um ano e que no ano vindouro acabou por aumentar. Já as razões são as normalmente apontadas: contrapor o déficit gritante e o aumento inesperado do custo de produção³⁹⁵, ou então, o aumento do dispêndio com os correios, fundamentais para o envio de exemplares para os múltiplos assinantes residentes fora do arquipélago da Madeira³⁹⁶.

A partir do número 18 do terceiro ano (de 15 de novembro de 1921), o valor da assinatura foi atualizado. Desta vez, a administração introduziu duas alterações substanciais: 1.^a) uma distinção entre «assinantes auxiliares» e «assinantes benfeitores»; e 2.^a) a separação dos valores consoante o local de residência dos subscritores. No primeiro caso, depreende-se, dado que a revista nunca explicou a distinção, que o primeiro grupo de assinantes correspondeu aos subscritores regulares, enquanto os “benfeitores” seriam os mecenas do periódico³⁹⁷. A segunda mudança assentou numa clara e necessária diferenciação entre os assinantes residentes no arquipélago da Madeira, no dos Açores, em Portugal Continental, nas colónias portuguesas e em outros países. Aqui, implicou reconhecer que o custo dos correios para estes sítios era deveras distinto, sendo fundamental refletir esse valor extraordinário na própria assinatura. Assim, criou-se uma tabela de preços. Os assinantes auxiliares residentes no estrangeiro pagariam 5\$60 escudos por uma subscrição anual; um morador nas colónias necessitaria de desembolsar 4\$30 escudos; enquanto as assinaturas dos residentes no «Continente e Ilhas» custavam somente 3\$40 escudos. Por sua vez, seguindo as mesmas divisões geográficas, aos assinantes benfeitores foi cobrado 6\$00, 4\$50 e 3\$50 escudos, respetivamente³⁹⁸. Registe-se que a diferença entre as tipologias de subscritores foi somente de 40, 20 e 10 centavos, nos distintos casos.

Todavia, o valor da assinatura voltou a aumentar no primeiro número do quarto ano (de 1 de março de 1922). Os assinantes auxiliares residentes no estrangeiro, nas colónias e no continente e arquipélagos pagavam, respetivamente, 6\$00, 5\$00³⁹⁹

³⁹⁵ «Queremos e Devemos Viver», 01-03-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 1, pp. 11-12.

³⁹⁶ «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», 15-04-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 4, contracapa.

³⁹⁷ Não é fácil explicar o estabelecimento desta diferença entre assinantes. Registe-se que a «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», implementada desde 15 de março de 1921, uns meses antes, apresenta já os nomes dos subscritores que pagavam valores consideravelmente superiores ao estipulado, sendo recompensados com o reconhecimento público das suas ações. Será que esta foi uma tentativa de institucionalizar o mecenato? Ou uma forma de forçar assinantes mais possidentes a pagar subscrições mais elevadas, pelo receio de serem considerados, pelo menos pela administração e pelas suas redes de influência, como avarentos?

³⁹⁸ *A Esperança*, 15-11-1921, ano 3.º, n.º 18, capa.

³⁹⁹ Atente-se que, nos primeiros dois números do quarto ano (de março de 1922), o valor da assinatura dos assinantes auxiliares residentes nas colónias foi de 4\$50 escudos. Dada a comparação com o montante pago pelos benfeitores e com o que vigorou a partir do terceiro número, presume-se que se tenha tratado de um erro tipográfico, devendo constar 5\$00 escudos.

e 4\$00 escudos; enquanto aos benfeitores a subscrição custava 7\$00, 6\$00 e 5\$00 escudos⁴⁰⁰. Tratou-se de uma subida de entre 40 a 70 centavos, no caso dos assinantes auxiliares, e de entre 1\$ e 1\$50 escudos, no dos benfeitores, por comparação com o ano anterior, e de uma diferença de 1\$00 escudo entre os valores das subscrições entre auxiliares e benfeitores. A administração procurou justificar o aumento com a dimensão, a periodicidade e a qualidade da revista: «Socegue amigo leitor [que se queixara do aumento do preço] (oxala, pois, seja só um)... Em 1919 davamos-lhe 8 boas paginas de boa leitura, mas a nossa Revista era apenas mensal. Hoje "A Esperança" a instancias repetidas de muitos amigos nossos e da boa causa, da-lhe ora 22 ora 23 paginas de excelente, de deliciosa leitura, e isso não uma vez por mez, mas todos os 15 dias»⁴⁰¹. O aumento dos gastos de produção levou à necessidade de se aumentar os valores das assinaturas mas, mesmo assim, a revista mantinha-se deficitária: «Queremos que a nossa "A Esperança" fique sempre popular, ao alcance dos leitores dos campos, mesmo dos pobresinhos. Por isso marcamos para esses menos favorecidos da fortuna 4\$000 (o que nos deixa, a nós, uma perca de 1\$950 rs. em cada assinatura), e para todos os outros 5\$000 [réis]»⁴⁰².

Contudo, «[f]oi esse alto preço da assinatura que nos levou a adoptar as 2 edições diferentes para não perdermos os nossos assinantes»⁴⁰³. Com a divisão em duas edições, no primeiro número do quinto ano (de 1 de março de 1923), essa distinção ficou patente nos valores das assinaturas, eliminando-se as designações de «assinantes auxiliares» e «assinantes bemfeitores». Assim, a pequena edição, de 20 páginas, foi taxada a 5\$00 escudos; e a grande, de 28 páginas, a 10\$00 escudos⁴⁰⁴. Ainda o ano não acabara e, no número 22 (de 15 de janeiro de 1924), o custo de subscrição subira para 8\$50 e 20\$00 escudos, respetivamente para a pequena e a grande edição⁴⁰⁵. A cautela do primeiro número – «Não ousamos marcar mais de 5\$000 para a pequena edição e 10.000 para a grande edição para não ver fugir, sem Esperança, os desherdados da fortuna»⁴⁰⁶ – deu lugar às necessidades, dado

⁴⁰⁰ *A Esperança*, 01-04-1922, ano 4.º, n.º 3, capa.

⁴⁰¹ «!.. 5\$00! Cinco Escudos!?!...», 01-03-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, verso da capa.

⁴⁰² «!.. 5\$00! Cinco Escudos!?!...», 01-03-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, verso da capa.

⁴⁰³ «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 15-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 24, verso da capa.

⁴⁰⁴ *A Esperança*, 01-03-1923, ano 5.º, n.º 1, capa. A estes valores, os assinantes residentes nas colónias teriam de acrescentar 1\$20 escudos de selo, os de Espanha \$50 e os dos restantes países estrangeiros 4\$80 escudos, como se refere em «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa.

⁴⁰⁵ *A Esperança*, 15-01-1924, ano 5.º, n.º 22, capa.

⁴⁰⁶ «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa.

o aumento do preço do papel⁴⁰⁷. No início do ano seguinte, a administração d'*A Esperança* apresentou as contas aos assinantes que se queixavam do aumento dos preços: referiu que, em 1919, a revista era composta por «8 paginas mensais e pedia 500 rs por ano»; atualmente disponibilizava 56 páginas mensais e só pedia 20\$00 escudos. Mais, «ora como os jornais da Ilha pedem 15 vezes mais caro, devíamos pedir 52\$500, se também pedíssemos 15 vezes mais caro»⁴⁰⁸.

O preço estipulado de 8\$50 e de 20\$00 escudos manteve-se até ao número 17 do sexto ano (de 1 de novembro de 1924). Nesse mesmo número, alertou-se para o aumento das subscrições que ocorreria já no mês seguinte: «A Administração da nossa Revista não gosta de pedinchar. Só o faz quando a tanto o impelle a necessidade imperiosa, indeclinavel, o direito à vida, o medo d'uma morte pelo menos parcial. Mas n'este caso tambem não hesita. Julga que deve sujeitar o orgulho que se envergonha de pedir, á necessidade gloriosa de fazer o bem, á necessidade de fazer viver a nossa Revista para que continue a ser entre nós o apóstolo do Bem, da Verdade e do Belo»⁴⁰⁹. A administração informou ainda que cada exemplar de 20 páginas custava a produzir anualmente 19\$50 escudos e que só recebiam entre 8\$50 a 10\$00 escudos dos subscritores; já o volume de 28 páginas tinha um custo de 23\$50 escudos e recebiam somente 20\$00. Pelo déficit causado só na produção anual, a juntar a um caos financeiro de pelo menos seis anos, a administração viu-se na obrigação de aumentar ainda mais o valor da assinatura, taxando a pequena edição a 15\$00 escudos e a grande a 30\$00 escudos⁴¹⁰. Uma alteração implementada logo no número seguinte e que duraria até ao fim, presume-se, da publicação⁴¹¹.

Como anotado anteriormente, a partir do nono ano (1927-1928), os valores da subscrição d'*A Esperança* deixaram de constar da capa ou do verso da capa da revista e foram integrados em metatextos esporádicos⁴¹². A única alteração registada deu-se no décimo ano, com um valor distinto respeitante à assinatura da grande edição para os residentes nos países estrangeiros (excluindo as colónias portuguesas). Para esses, o valor da subscrição seria de 40\$00 escudos, por contraposição com os 30\$00 que os assinantes do «Continente, Madeira, Açores e Ultramar» teriam de pagar

⁴⁰⁷ «Crónica Madeirense», 01-02-1924, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 23, p. 380.

⁴⁰⁸ «Para desfazer duvidas. Ser ou não ser», 01-03-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 1, p. 28. Atente-se que o articulista não está a contabilizar a capa, a contracapa e os seus versos, nas "oito" páginas.

⁴⁰⁹ «O aumento do preço da assinatura», 01-11-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 17, verso da capa.

⁴¹⁰ «O aumento do preço da assinatura», 01-11-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 17, verso da capa.

⁴¹¹ *A Esperança*, 15-11-1924, ano 6.º, n.º 18, capa.

⁴¹² Como em «Expediente», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, verso da capa e em «Expediente», 01-04-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 2, verso da contracapa.

anualmente⁴¹³. Nesse pequeno registo, não constou o preço da edição pequena para os moradores no estrangeiro. O mesmo acontece na seguinte referência: «As condições de assinatura de “A Esperança” (edição maior) continuam a ser de 30\$00 para o Continente, Açores e Ultramar, e de 40\$00 para o Estrangeiro. A pequena edição custa 15\$00»⁴¹⁴. Dadas estas faltas, não se tem a certeza de que esta edição fosse comercializada nos países estrangeiros.

Estes valores – 30\$00 e 40\$00 para a edição grande e 15\$00 para a pequena – repetem-se no ano seguinte, o 11.º (1929-1930) e no 14.º ano (1932-1933)⁴¹⁵; e dada a inexistência de outras tabelas de preços ou de referências em metatextos, presume-se que terão sido estes os valores das subscrições nos restantes seis anos de publicação.

Contudo, é necessário atentar que além dos custos das assinaturas, outros, de menor monta, eram igualmente devidos à revista. O primeiro deles assenta no pagamentos de assinaturas em atrasos. Claramente, e isso é explícito, logo nos primeiros anos⁴¹⁶, o valor em falta por exemplares recebidos d’*A Esperança* deveria ser ressarcido aquando dos pagamentos da assinatura corrente. Mais, foi a partir do número 18 do terceiro ano (de 15 de novembro de 1921) que se estabeleceu, na capa, que se deveria pagar uma taxa de atraso de 20 centavos⁴¹⁷. Uma quantia que aumentou, no primeiro número do quinto ano (de 1 de março de 1923), para 50 centavos⁴¹⁸.

Os assinantes residentes fora do arquipélago pagavam ainda um outro valor: o dos selos dos correios. A primeira referência a tal pagamento figurou no final do quarto ano (1922-1923), no qual se anotou que os residentes nos países estrangeiros deveriam pagar, além da assinatura de 10\$00 escudos, 4\$80 escudos de selo⁴¹⁹. No princípio do quinto ano (1923-1924), destrinça-se os valores de 1\$20 escudos para os residentes das colónias portuguesas, \$50 centavos para os moradores em Espanha e 4\$80 para os habitantes de outros países⁴²⁰. Nesse mesmo ano, registou-se ainda

⁴¹³ Nótula sem título, 01-04-1923, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa.

⁴¹⁴ «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

⁴¹⁵ «Expediente», 01-03-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 1, verso da capa e «É angustiosa a situação financeira de “A Esperança”», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, pp. 224 (suplemento) e verso da contracapa.

⁴¹⁶ Como por exemplo em *A Administração*, 03-1920, «Cronica Financeira», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6.

⁴¹⁷ *A Esperança*, 15-11-1921, ano 3.º, n.º 18, capa.

⁴¹⁸ *A Esperança*, 01-03-1923, ano 5.º, n.º 1, capa. Este valor deixou de constar do preçário d’*A Esperança* no número 22 do quinto ano (de 15 de janeiro de 1924).

⁴¹⁹ «Subscrição dos Amigos d’“A Esperança”», 15-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 24, verso da capa.

⁴²⁰ «Subscrição dos Amigos d’“A Esperança”», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa.

o custo de 2\$50 escudos para os assinantes de Portugal Continental⁴²¹; e no final do ano, no número 24 (de 1 de fevereiro de 1924), os montantes de 2\$00 e de 8\$00 escudos, para os assinantes das colónias e dos países estrangeiros⁴²². Até ao nono ano (1927-1928) esse valor manteve-se, porém deixa de figurar no ano seguinte⁴²³.

A falta de estudos de cariz económico aprofundados, relativos ao arquipélago da Madeira, nas décadas de 1920-1930, dificulta a análise que se pretendia elaborar, contrapondo o custo de vida de um insular com o montante da assinatura anual da revista. Assim, é relevante atentar nos valores apresentados para Portugal, na sua generalidade, ainda que estes possam esconder idiossincrasias locais, as quais estão por investigar e descobrir.

Parece redundante anotar que o aumento, por vezes galopante, dos valores da venda avulsa ou das assinaturas esteve associado a dois fatores já apresentados anteriormente: a carestia de papel, que aumentou exponencialmente o preço desta matéria-prima e, por sua vez, o custo de produção da revista; e a inflação decorrente das consequências do pós-Primeira Guerra Mundial. José Manuel Ferraz calculou que os preços em 1925 foram 25 vezes superiores aos de 1914⁴²⁴. O mesmo autor apontou que o salário médio diário, nas áreas rurais, seria de 8\$50 escudos, em 1924⁴²⁵. Nesse mesmo ano, o valor da pequena edição seria de 8\$50 e o da grande de 20\$00 escudos anuais. Há, no entanto, que ter em conta que, segundo o dito investigador, «o ordenado diário de um trabalhador não chegava para comprar 1 kg de carne ou 1/2 kg de manteiga. Para comprar 1 l de leite gastava 18% do salário diário, 12 ovos, 60%, 1 kg de pão, 30%, 1 kg de arroz, 40%, e 1 kg de batatas, 20%»⁴²⁶. Ainda que os preços tenham reduzido nos anos seguintes até ao final da década de 1930, como parece demonstrar o custo de um quilograma de pão de trigo⁴²⁷, considera-se que o madeirense rural dificilmente conseguiria acumular tostões para, ao fim de um ano, pagar uma anuidade d'*A Esperança*. Este certamente recorreu ao empréstimo dos exemplares outorgados às chefias das dezenas da Obra de S. Francisco de Sales ou à leitura em voz alta por um qualquer pároco.

⁴²¹ «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», 15-11-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 18, verso da contracapa.

⁴²² *A Esperança*, 01-02-1924, ano 5.º, n.º 23, capa.

⁴²³ Como se nota em «Expediente», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, verso da capa e em Nótula sem título, 01-04-1923, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa.

⁴²⁴ FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», p. 465.

⁴²⁵ FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», p. 465.

⁴²⁶ FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», p. 465.

⁴²⁷ PAIS *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos [...]», p. 469.

O Público d'A Esperança

Retenha-se, desde logo, que não é possível apresentar uma imagem clara do leitor d'A *Esperança*. Os dados que o permitiriam fazer – género, idade, literacia, local de residência, etc. – não foram, pelo menos que se saiba, recolhidos pela administração, nem se possui uma lista de “leitores” / assinantes, além daquela que consta da “Subscrição dos Amigos d'A *Esperança*”, onde se registou o nome dos subscritores que contribuíam para a manutenção do periódico, além do preço tabelado. Essas listas permitem tecer alguns comentários; mormente possibilitam conhecer a proveniência, social e geográfica, de alguns assinantes, porém, são claramente inflacionadas, pois somente se encontrará os nomes daqueles que tinham maiores posses, logo pessoas de uma classe social, por motivos económicos, culturais e religiosos, mais elevada.

De igual modo, é difícil conhecer quantas pessoas / residências assinavam A *Esperança*. A revista apresentou estes quantitativos esporadicamente (no quarto e quinto ano, 1922-1924) e não se sabe da imparcialidade desses valores, dado que era possível empolar o número, procurando demonstrar aos leitores que esta seria mais lida do que verdadeiramente o era. Registe-se, todavia, que a publicação afirmou sempre conseguir manter e procurar aumentar o número de assinantes. Por exemplo, no final do segundo ano (1920-1921), a administração asseverou que, apesar do aumento dos valores das assinaturas, os subscritores haviam permanecido⁴²⁸; ou no número 19 do sétimo ano (de 1 de dezembro de 1925), com o pedido que todos os católicos cumprissem o seu dever para com a Boa Imprensa, auxiliando a revista com qualquer importância monetária, para debelar o *deficit* que a afligia, e que conseguissem novos assinantes⁴²⁹.

Como referido, as informações relativas ao número concreto de assinantes figuram somente no quarto e quinto ano de publicação (1922-1924), o que as torna exíguas para se poder avaliar os quantitativos reais dos restantes anos. Logo no primeiro número do quarto ano (de 1 de março de 1922), informavam-se os leitores que o número de assinantes duplicara desde 1919⁴³⁰. Passados sete números (em junho de 1922), concretizou-se o dito valor: assinavam A *Esperança* 1400 pessoas; 840 tinham cumprido a sua obrigação e pagado a subscrição anual, enquanto 560 estavam

⁴²⁸ «Chronica Madeirense», 01-01-1921, in A *Esperança*, ano 2.º, n.º 21, verso da contracapa.

⁴²⁹ «Crónica Madeirense», 01-12-1925, in A *Esperança*, ano 7.º, n.º 19, p. 299.

⁴³⁰ «O Nosso Anniversario», 01-03-1922, in A *Esperança*, ano 4.º, n.º 1, p. 5.

em falta⁴³¹. Em outubro, esse cálculo era já de 1390, com 339 faltosos e 1051 assíduos nos pagamentos das assinaturas⁴³². No quinto ano (1923-1924), os quantitativos apresentavam-se truncados, registando-se somente o número de assinantes que haviam pagado a assinatura: em maio de 1923, contabilizavam-se 501 assinantes⁴³³; enquanto em setembro, tal número ascendia apenas a 942 subscritores⁴³⁴. A fiar no valor do ano anterior, de 1390 assinaturas, questiona-se se os restantes 448 indivíduos / moradias permaneceram como assinantes.

Como referido, torna-se complicado caracterizar o público da revista. Esta parece ter noção de que a sua disseminação seria superior pelas diversas associações católicas do arquipélago da Madeira, algumas das quais estavam sob a alçada dos lazaristas:

«Porventura, a maioria dos leitores d'esta modesta Revista, será constituída pelos membros de varias Associações catolicas que se encontram organisadas nesta Ilha da Madeira, e que visam ou a defender e conservar a Fé, como a Obra de S. Francisco de Sales, ou procuram introduzir em todas as camadas sociaes a influencia salutar, purificadora e redemptora da doutrina de Jesus-Christo, como a Liga d'Acção Social Christã, ou levam principalmente em vista a sanctificação pessoal, como a Associação das Filhas de Maria, ou finalmente escolheram para campo da sua acção o tugurio do pobre e do doente, afim de lhe mitigar a miseria e o sofrimento, como os membros tão benemeritos das Conferencias de São Vicente de Paulo e da Associação das Damas de Caridade».⁴³⁵

Reportando-se ao género, *A Esperança* relevou consciência que parte do seu público seria feminino, mas que pretendia agradar igualmente ao público masculino, caso este lesse a revista⁴³⁶. No primeiro número do oitavo ano (de 1 de março de 1926), registou-se:

«Nos primeiros anos da existencia da nossa Revista quando se pedia a um cidadão *semi-religioso* do Funchal que se dignasse assinar "A Esperança", recebia-se a miude a resposta desdenhosa que não se interessava por uma publicação religiosa que não tratava senão

⁴³¹ «Subscrição dos amigos d'"A Esperança"», 01-06-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 7, verso da capa.

⁴³² «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 01-10-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 15, verso da contracapa. Este valor foi confirmado, mais tarde, em «Cronica Madeirense», 15-11-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 18, p. 412.

⁴³³ «A Questão Financeira d'"A Esperança"», 01-05-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 5, verso da contracapa.

⁴³⁴ «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 15-09-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 14, contracapa.

⁴³⁵ Miles Christi, 15-09-1920, «Aos Prestimosos Membros das Associações Catolicas», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 14, p. 108.

⁴³⁶ Retenha-se, ainda, o que se escreveu aquando da publicidade, sobre esta não ter uma vertente feminina, associada ao lar, nem completamente masculina, com anúncios sobre tabaco, automobilismo e gravatas.

de devoções e de notícias religiosas. E quando se insistia, recebia-se por vezes um “*pois sim*” muito condescendente e um tanto aborrecido e acrescentava-se: “*então será para minha mulher, que eu não preciso d’estas coisas*”.

Hoje felizmente os ventos mudaram.

Esses mesmos homens que fallavam assim, hoje em dia depois de ter lido quasi constantemente “A Esperança” interessam-se deveras por ela e muito prazenteiramente pagam a sua assinatura quasi pelo dobro com palavras de elogio para nós[.] É que viram a largueza da nossa orientação religiosa e social, admiraram o valor doutrinário e literário de muitos dos nossos artigos e se deixaram assim ganhar por uma secreta simpatia por nós»⁴³⁷.

No que concerne à literacia, os editores da revista eram conscientes da sua difícil tarefa. A taxa de analfabetismo era elevada e, em 1920, segundo José Manuel Ferraz, 64% da população não saberia ler nem escrever. Uma percentagem que se assemelha à da população que trabalhava na agricultura⁴³⁸. Paulo Alves fez o mesmo reparo, alegando, no entanto, que os párocos e demais eclesiásticos e os restantes católicos letrados das povoações eram incentivados a fomentar a leitura coletiva, em voz alta, de jornais e livros recomendados pela Igreja⁴³⁹. Henri Janssen tinha igual noção destas realidades ao reportar-se às modalidades de leitura d’A *Esperança*: «Apenas queremos salientar aqui que muitos dos que nos leem, oralmente ou por escripto, renderam homenagem á isenção e nobreza das nossas intenções, e reconheceram o real valor da nossa publicação»⁴⁴⁰.

Claramente, os editores teriam conhecimento da quantidade de analfabetos residentes no arquipélago, pelo que se espantam com a quantidade de assinantes: «a exiguidade do meio e o grande numero de analfabetos na Madeira, e o grande número d’aquelles que apênas sabem ler um unico livro, o seu livro de Missa, e o grande número d’aquelles que d’este unico livro, sabem apenas soletrar e quasi decorar o texto da Missa»⁴⁴¹. Porém, estão conscientes da necessidade da sua função igualmente nas cidades, junto da elite, pelo que refletem:

«A nossa tarefa é difficilima. Cada vez mais o sentimos. E torna-se mais difficil ainda, se atender-mos a que a nossa Revista tanto entra na Biblioteca do Intellectual, como é lida

⁴³⁷ «Echos da Vida de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 9, itálicos no original.

⁴³⁸ FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», pp. 459-460.

⁴³⁹ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 117.

⁴⁴⁰ Miles Christi, 01-03-1926, «O Oitavo Aniversario de “A Esperança”. O Nosso Fim», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 5.

⁴⁴¹ «O Nosso Anniversario», 01-03-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, p. 5.

nas cosinhas fumentas dos trabalhadores dos campos. Satisfazer a uns e a outros é um problema de bem custosa solução. [/] Talvez d'impossível solução. Estabelecer um certo equilíbrio entre as duas classes – eis a questão fundamental. Tê-lo-hemos conseguido?»⁴⁴².

Em relação à distribuição geográfica dos leitores, é interessante registar a dispersão da revista. Na seção dos «Amigos» d'*A Esperança* foram nomeados assinantes residentes na Europa (Bélgica, França, Países Baixos e Reino Unido), América (Argentina, Brasil, Guiana Britânica e Estados Unidos da América) e África (África do Sul, Angola e Tunísia), e fez-se ainda referência à necessidade de selos para Espanha e à permuta com a *Gaceta de Tenerife*⁴⁴³. Em território português, aludiu-se a subscritores de Angra, Coimbra, Felgueiras, Lisboa, Reguengos, Rio Maior e Sesimbra.

Paulo Alves apontou que a decisão de circunscrever periódicos a uma determinada região (paróquia, diocese, arquidiocese) era muitas vezes percecionada como um «acto de venda seguro»⁴⁴⁴. Na verdade, a maioria dos assinantes residiria, naturalmente, no arquipélago da Madeira. São nomeados, na lista de benfeitores da revista, diversos eclesiásticos de múltiplas freguesias. Logo no primeiro ano, a administração relatou que em todas as freguesias rurais da ilha se encontravam assinaturas ainda por cumprir, solicitando aos párocos que incitassem os seus fiéis a pagar os valores devidos⁴⁴⁵; já no número 15 do terceiro ano (de 1 de outubro de 1921) se registou a existência de 39 assinantes moradores no Porto Santo⁴⁴⁶.

No estado presente desta investigação, revelou-se impossível traçar, com toda a certeza, linhas de força relativas ao público da revista. É, assim, necessário, acreditar nos seus editores e administradores, no seu ideal de abranger um público heterogéneo suscetível de receber a mensagem católica e de melhorar os seus comportamentos, pois «a nossa Revista vai ás mãos dum publico formado dos mais diversos elementos, cultos e incultos, do povo das vilas e aldeias sem habitos de leitura, e da população das cidades que naturalmente lê de tudo, bom e mau, e até de crentes e descrentes. [/] *A Esperança*, humilde como é, alastra-se num grande meio»⁴⁴⁷.

⁴⁴² «Como se passou mais um ano», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, p. 3.

⁴⁴³ Veja-se «Subscrição dos Amigos d'«A Esperança»», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa e «Crónica Madeirense», 15-01-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.ºs 21-22, p. 497, respetivamente.

⁴⁴⁴ ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 191.

⁴⁴⁵ «Aviso», 01-1920, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 11, verso da contracapa.

⁴⁴⁶ «Subscrição dos Amigos d'«A Esperança»», 01-10-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 15, verso da capa.

⁴⁴⁷ «Mais um ano de trabalhos», 01-03-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 2.

O presente capítulo encerra o estudo da materialização d'*A Esperança*. A análise das modalidades de aquisição, da evolução dos preços e do fraco poder de compra das populações durante as décadas de 1920 e de 1930, e do público heterogéneo da revista. Tal abordagem permite conhecer a vida da revista de forma externa, pensando naqueles que a recebiam e não nos que a produziam.

Em Jeito de Introito

Não cumpre aqui, no término deste artigo, elaborar qualquer tipo de conclusões gerais. O relatado ao longo dos capítulos anteriores pouco permite declarar inferências sobre a imprensa na Madeira durante o século XX, ou mesmo sobre a imprensa católica no mesmo período e espaço.

Todavia, essa falta adequa-se ao propósito deste texto: este artigo pretende servir de introito, e nada mais. Introito a outras investigações sobre a própria *A Esperança* – que se espera poder lançar nos próximos números da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série – mas, igualmente, investigações sobre a imprensa na Madeira, sobre a História da Madeira através da imprensa, sobre as organizações religiosas existentes no arquipélago durante o século XX, sobre as personalidades aqui referidas e o seu papel cultural, educativo e social. Serve, assim, de uma introdução extensa, complexa e multifacetada, sobre uma publicação periódica ainda pouco estudada, com o único propósito de a caracterizar e de reconstituir parte da sua historicidade.

A análise elaborada passou por conhecer o processo de fundação, discriminando os múltiplos fatores que promoveram a constituição de um novo periódico, para depois se implementar preceitos metodológicos já implementados em múltiplos estudos que permitissem compreender a materialização e a evolução d'*A Esperança*. Esses ditames levaram ao estudo da publicação através da sua equipa produtora – diretores, editores e proprietário –, a aspetos materiais da revista – observando-a na qualidade de objeto em constante mudança –, e à própria receção – através dos mecanismos de difusão das publicações. Estas abordagens permitem, facilmente, a reprodutividade, analisando-se outros periódicos com base nos mesmo parâmetros, tal como Paulo Alves fez para a imprensa católica de Portugal Continental e José Paulo Machado para os Açores. Exorta-se outros investigadores a proceder a esse estudo ou a elaborar estudos comparativos. Esses, sim, que tragam profícuas e alicerçadas conclusões.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 22, n.º de inventário CMS/198; cx. 18, n.º 26, n.º de inventário CMS/383; cx. 18, n.º 26, n.º de inventário CMS/390; cx. 18, n.º 28, n.º de inventário CMS/197.

ABM, Luís Marino, cx. 4, n.º 8, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 8 (letras P, Q e R).

ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Perestrellos Photographos, cx. 25, n.º 2, n.º de inventário PER/132.

Fontes Impressas

A Boa Nova, Funchal, 1912.

A Esperança, Funchal, 1914.

A Esperança, Funchal, 1919-1938.

A Luz, Funchal, 1919.

ABREU, Luís Machado, 2010, «A Congregação da Missão na Madeira (Lazaristas) – “Da Nossa Ida e Vinda da Ilha da Madeira” (Documento Inédito)», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, volume antezero, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 51-61.

Bíblia Sagrada, 2015, Fátima, Difusora Bíblica.

Boletim Eclesiástico da Madeira, Funchal, 1912-1919.

Diário da Madeira, Funchal, 1937.

Diário do Governo, Lisboa, 1920.

Esperança, Funchal, 1907-1910.

LEÃO XIII, 1882, «Cognita Nobis», in *Acta Sanctae Sedis, in Compendium Opportune Redacta et Illustrata*, vol. XIV, pp. 289-291.

LEÃO XIII, 1886-1887 (1886), «Pergrata Nobis», in *Acta Sanctae Sedis, in Compendium Opportune Redacta et Illustrata*, vol. XIX, pp. 209-215.

LEÃO XIII, 1890-1891 (1890), «Dall'Alto Dell'Apostolico Seggio», in *Acta Sanctae Sedis, in Compendium Opportune Redacta et Illustrata*, vol. XXIII, pp. 193-206.

LEÃO XIII, s.d. (1882), «Etsi Nos», in *Actes de León XIII. Encycliques, Motu Proprio, Brefs, Allocutions, Actes des Dicastères, etc.*, tomo VII, Paris, Maison de la Bonne Presse, pp. 26-43.

- LEÃO XIII, s.d. (1891), «Pastoralis Vigilantiae», in *Lettres Apostoliques de S. S. Léon XIII*, tomo III, Paris, A. Roger et F. Chernoviz Éditeurs, pp. 72-83.
- LEÃO XIII, s.d., «León XIII et la Presse d'après ses lettres et actes publics», in *Actes de León XIII. Encycliques, Motu Proprio, Brefs, Allocutions, Actes des Dicastères, etc.*, tomo VII, Paris, Maison de la Bonne Presse, pp. 251-268.
- PIO IX, 1849, «Nostis et Nobiscum», in *Papal Encyclicals Online*, disponível em <http://tinyurl.com/yhrtun2b>, consultado em 12-01-2024.
- TRIGO, Adriano A. & TRIGO, Annibal A., 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, Funchal, Typographia Esperança.

Bibliografia

- ABREU, Luís Machado de, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», in FRANCO, José Eduardo & COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global: História, Cultura e Espiritualidades*, vol. I, Funchal, Diocese do Funchal, pp. 733-744.
- ALBERT, Pierre, 1988, «L'histoire de la presse: besoins et problèmes», in *Gazette des Archives*, n.º 140, pp. 14-18, DOI: 10.3406/gazar.1988.3890.
- ALMADA, Carlos Ismael Faria, 2017, *O ministério de D. Manuel Agostinho Barreto, bispo do Funchal (1876-1911). A reorganização religiosa na segunda metade do século XIX*, Dissertação de Mestrado em Teologia, Lisboa, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.
- ALVES, Graça Maria Nóbrega, 2019, «Almada, Abel», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Lisboa, Theya Editores, pp. 338-339.
- ALVES, Paulo Bruno Pereira Paiva, 2012, *A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)*, Tese de Doutoramento em Letras, área da Ciência da Comunicação, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALVES, Paulo Bruno, 2021, «A Ação de Combate da Imprensa Católica na Primeira República (1910-1926): Um olhar sobre a “guerra religiosa” em que mergulhou o país», in BAPTISTA, Carla; SOUSA, Jorge Pedro & AZEVEDO, Celiana (coord.), *Para uma História do Jornalismo em Portugal*, vol. II, Lisboa, ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA, pp. 143-155, DOI: 10.34619/tv6x-rwhm.
- BARRETO, José, 1981, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)», in *Análise Social*, vol. XVII, n.º 66, pp. 253-291.

- BARRETO, José, 1982, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 70, pp. 183-212.
- BARROS, Fátima & SANTOS, Marisa (coord.), 2007, *Terra de jornais. A imprensa pontassolense, 1909-1923*, s.l., Câmara Municipal da Ponta do Sol, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais e Arquivo Regional da Madeira.
- BARROS, José D'Assunção, 2021, «Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica», in *Revista Portuguesa de História*, tomo 52, pp. 397-419, DOI: 10.14195/0840-4147_52_17.
- BARROS, José D'Assunção, 2022, «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrónica e diacrónica», in *História Unisinos*, vol. 26, n.º 3, pp. 588-604, DOI: 10.4013/hist.2022.263.15.
- CAETANO, Padre João Vieira (autor) & PITA, Gabriel de Jesus (organização, introdução e notas), 2007, *Notas Históricas e outras Estórias da Ponta do Sol*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- CAMACHO, Élvio, 2016, «França, João», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/45c57hdt>, consultado em 03-01-2023.
- CARMO, Octávio, 2020, «Imprensa Católica», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/4eesu9dx>, consultado em 03-01-2023.
- CASTRO, Fernanda de, 2016, «Periódicos Literários (sécs. XIX e XX)», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/tdsmpdfy>, consultado em 03-01-2023.
- Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia – Funchal 1862-1962*, 1962, Lisboa, s.n.
- CLARK, Christopher & KAISER, Wolfram, 2003, «Introduction. The European Culture Wars», in CLARK, Christopher & KAISER, Wolfram (ed.), *Culture Wars. Secular-Catholic Conflict in Nineteenth-Century Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-10.
- CLODE, Luiz Peter, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.
- COELHO, Francisco Senra, 2015, «D. Manuel Agostinho Barreto. O homem e o seu tempo», in FRANCO, José Eduardo & COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global: História, Cultura e Espiritualidades*, vol. II, Funchal, Diocese do Funchal, pp. 577-606.
- CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, 2007, «Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa», in *Projeto História*, n.º 35, pp. 253-270.

- DACIANO, Bertino, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)», in *Gazeta Literária*, n.º 5, 6-7 e 8, separata com numeração própria.
- FERRAZ, José Manuel, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26)», in *Análise Social*, vol. XI, n.º 42-43, pp. 454-471.
- FLORENÇA, Teresa, 2010, «Imprensa republicana madeirense. 1880-1926», in *República e Republicanos na Madeira, 1880-1926*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura e Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 490-544.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira & FERREIRA, Nuno Estêvão, 2022, «A I Guerra Mundial na imprensa católica: o caso da *Liberdade*», in *Lusitania Sacra*, n.º 46, pp. 61-100.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira, 2000, «Imprensa Católica», in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 423-429.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira, 2000, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 129-351.
- FOUILLOUX, Étienne, 1997, «Intellectuels Catholiques? Réflexions sur une naissance différée», in *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n.º 53, pp. 13-24.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX: breve caracterização», in *Revista Portuguesa de História*, tomo 46, pp. 369-389, DOI: 10.14195/0870-4147_46_19.
- GOMES, Jesué Pinharanda, 1987-1988, «O Pensamento Teológico Contemporâneo em Portugal», in *Theologica*, vols. XXII-XXIII, fascs. 1-4, pp. 333-435.
- GOMES, Sílvia G., 2016, «Santos, Jaime Vieira dos», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/3zczsxux>, consultado em 03-01-2023.
- GUERREIRO, Jacinto Salvador, 1998, «A Imprensa Católica no Século XX em Portugal: Apresentação de um projecto», in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n.º 10, pp. 383-388.
- GUIMARÃES, Bráulio de Sousa, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, 3 vols., Lisboa, Esfera do Caos.
- GUNZBERG, Lynn M., 1992, *Strangers at Home. Jews in the Italian Literary Imagination*, Berkeley, University of California Press.
- HOFFMANN, B. & PIEPER, J., 1967, «Espérance», in FRIES, H. (dir.), *Encyclopédie de la Foi*, tomo II, Paris, Éditions du CERF, pp. 9-18.
- JANES, Emanuel, 1996, «Cerejeira na Madeira: As Conferências de Acção Social 1924», in *Islenha*, n.º 19, pp. 139-146.

- LEMOS, Mário Matos e, 2020, «1931 – A Imprensa dos Revoltosos – Madeira, Açores e Guiné», in BAPTISTA, Carla & SOUSA, Jorge Pedro (org.), *Para uma História do Jornalismo em Portugal*, Lisboa, ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA, pp. 137-160.
- MACHADO, José Paulo Fernandes de Oliveira, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores: Do início do século XX ao Concílio Plenário Português*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- MATA, Eugénia & VALÉRIO, Nuno, 1994, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito, 2010, *A «Guerra Religiosa» na I República*, 2.^a ed., Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- NETO, Vítor, 2010, «A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade», in ROSAS, Fernando & ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, pp. 129-148.
- OLIVEIRA, A. Lopes de, 1969, *Arquipélago da Madeira. Epopeia Humana*, Braga, Editora Pax.
- PAIS, José Machado *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos: A “Campanha do Trigo”: 1928-38 (I)», in *Análise Social*, vol. XII, n.º 46, pp. 400-474.
- PITA, Gabriel de Jesus, 1985, «Decadência e Queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da Época (1924-1926)», in *Atlântico*, n.º 3, pp. 194-208.
- PITA, Gabriel de Jesus, 1986, «Decadência e Queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da Época. 1924-1926 (2.^a e última parte)», in *Atlântico*, n.º 5, pp. 37-50.
- PITA, Gabriel de Jesus, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República: Repercussões na Madeira», in *Isleña*, n.º 52, pp. 101-120.
- PITA, Gabriel, 2019, «Ação Católica», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Lisboa, Theya Editores, pp. 19-41.
- PITA, Gabriel, 2019, «Araújo, Juvenal Henriques de», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Lisboa, Theya Editores, pp. 554-556.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1953, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III – 3.º Período – 1910-1952, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- RODRIGUES, Ana Salgueiro, 2008, «Olhando sobre a *Margem*: notas acerca de uma revista cultural (Funchal, 1981-2008)», in *Margem 2*, n.º 25, pp. 141-161.

- RODRIGUES, Manuel Augusto, 1980, «Problemática Religiosa em Portugal no Século XIX, no Contexto Europeu», in *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62, pp. 407-428.
- RUIZ ACOSTA, María José, 1999, «El Despegue de la “Buena Prensa” y el Correo de Andalucía en la Sevilla de comienzos del siglo XX», in *Ámbitos*, n.º 2, pp. 229-240.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Isidro, 2005, «El Pan de los Fuertes. La “Buena Prensa” en España», in DE LA CUEVA MERINO, Julio & LÓPEZ VILLAVERDE, Ángel Luis (coord.), *Clericalismo y Asociacionismo Católico en España: De la Restauración a la Transición. Un siglo entre el palio y el consiliario*, Cuenca, Universidad de Castilla-La Mancha, pp. 51-105.
- SANTOS, Cláudia Cristina Ponte, 2012, *A Revista Atlântico (1985-1989): do Suporte Impresso ao Digital – Construção de uma Base de Dados Bibliográfica*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, Universidade da Madeira.
- SANTOS, Filipe dos, 2022, «Atlântico, revista», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 9-11.
- SEABRA, João, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX – A Lei da Separação de 1911*, Cascais, Principia.
- SILVA, Amaro Carvalho da, 2022, «Percurso e conflitos no catolicismo político e seu confronto com a sociedade liberal: a organização de um partido católico (1890-1913)», in *Lusitania Sacra*, n.º 46, pp. 61-100.
- SILVA, Ana Isabel Marques da, 2017, «Silva, António Marques da», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/3rvrx5x5>, consultado em 03-01-2023.
- SILVA, Luís Eduardo Nicolau Marques da, 2016, *De Hintze a Afonso Costa. O fenómeno (anti)clerical na imprensa madeirense (1901-1910)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Regionais e Locais, Funchal, Universidade da Madeira.
- SILVA, Paulo Sérgio Cunha da, 2012, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal (1915-1957). Igreja e sociedade nos inícios do século XX no Funchal*, Dissertação de Mestrado em Teologia, Lisboa, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.
- SMITH, Denis Mack, 1997, *Modern Italy: A Political History*, New Haven, Yale University Press.
- SOUSA, Andreia, 2020, «Jornal da Madeira disponível na plataforma de pesquisa de bibliotecas», in *ABM*, disponível em <http://tinyurl.com/bdf9azsx>, consultado em 17-02-2023.

- SOUSA, Luís Filipe Marques de, 2010, «A Diocese do Algarve e a Implantação da República. A Questão Religiosa e a Lei da Separação das Igrejas do Estado através do Boletim do Algarve (1911-1912)», comunicação apresentada em *I República e Republicanismo. Congresso Histórico Internacional*, disponível em <http://tinyurl.com/hnaaxhcw>, consultado em 17-02-2023.
- TACCHI, Francesco, 2017, «“La propaganda dell’errore non si combatte se nom mediante la propagazione della verità”. L’Opera Nazionale per la Buona Stampa e la Grande Guerra (1915-1918)», in *Rivista di Storia del Cristianesimo*, vol. 14, n.º 1, pp. 165-190.
- TRINDADE, Cristina & PAOLINELLI, Luísa M. Antunes, 2019, «Andrade, Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa de», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Lisboa, Theya Editores, pp. 446-447.
- TRINDADE, Cristina & PAOLINELLI, Luísa M. Antunes, 2022, «Branco, Maria Tereza Castro Leal de Freitas», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 547-548.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1994, «Sebastião Pestana», in *Girão*, vol. II, n.º 12, pp. 5-8.
- WILHELM, Eberhard Axel, 2011, «O Ataque de um Submarino Alemão ao Porto do Funchal, em 1916», in *Islenha*, n.º 48, pp. 97-119.
- ZICMAN, Renée Barata, 1985, «História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas», in *Projeto História*, vol. 4, pp. 89-102.